



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

MARCUS TADEU BARBOSA FERREIRA

**DA LAMA AO CAOS: IMPLICAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS A PARTIR DO
ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE REJEITOS DE FUNDÃO NAS
COMUNIDADES ATINGIDAS DE SÃO MATEUS NO ESPÍRITO SANTO**

AMARGOSA - BA
2020

MARCUS TADEU BARBOSA FERREIRA

**DA LAMA AO CAOS: IMPLICAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS A PARTIR DO
ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE REJEITOS DE FUNDÃO NAS
COMUNIDADES ATINGIDAS DE SÃO MATEUS NO ESPÍRITO SANTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/UFRB, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação do Campo

Linha de Pesquisa: Trabalho, Movimentos Sociais e Educação

Orientador (a): Prof. Dr. Luís Flávio Reis Godinho

AMARGOSA-BA
2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - UFRB
Bibliotecário: André Montenegro – CRB-5ª / 1515

- F383I Ferreira, Marcus Tadeu Barbosa.
Da Lama ao caos: implicações socioambientais a partir do rompimento da barragem de rejeitos de fundão nas comunidades atingidas de São Mateus no Espírito Santo. / Marcus Tadeu Barbosa Ferreira. – Amargosa, BA, 2020.
131 fls.; il. color.
- Orientador: Prof. Dr. Luís Flávio Reis Godinho.
Dissertação (Mestrado Profissional em Educação do Campo) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. – UFRB – Amargosa, BA. 2020.
Bibliografia: fls. 123 -130.
Inclui Anexo
1. Educação do Campo. 2. Crime ecológico – Aspectos sociais. 3. Movimentos sociais. I. Godinho, Luís Flávio Reis. II. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. III. Título.

CDD – 379

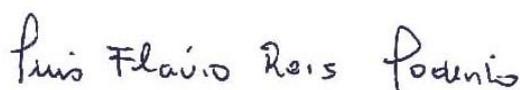
MARCUS TADEU BARBOSA FERREIRA

**DA LAMA AO CAOS: IMPLICAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS A PARTIR DO
ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE REJEITOS DE FUNDÃO NAS
COMUNIDADES ATINGIDAS DE SÃO MATEUS NO ESPÍRITO SANTO.**

Dissertação apresentada a banca examinadora para fins de
titulação Programa de Mestrado Profissional em Educação do
Campo do Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo
da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia UFRB/Centro
de Formação de Professores – CFP, como requisito parcial para
conclusão do curso

Aprovado em: 26 / 09 / 2020

BANCA EXAMINADORA



Orientador (a): Prof. Dr. Luís Flavio Reis Godinho
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

Avaliador Interno: Prof. Dr. Thiago Rodrigues Santos
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB



Avaliadora Externa: Prof. Dr. Rosana Soares
Instituição: Universidade Federal da Bahia - UFBA

Emitido em 2021

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 1/2021 - PPGEDCAMP (11.01.25.17)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 11/03/2021 14:38)

TIAGO RODRIGUES SANTOS
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
1108855

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sistemas.ufrb.edu.br/documentos/> informando seu número: **1**, ano: **2021**, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **11/03/2021** e o código de verificação: **79b9936b9b**

DEDICATORIA

Dedico com todo o meu amor, a minha mãe Doraci e ao meu pai Aélston, que são meu maior orgulho, e me deram todas as condições para me formar enquanto sujeito da minha própria história;

Dedico com muito afeto e saudade, as minhas tias Delba(in memorian) e Doraildes(in memorian), ao meu tio Rômulo Barreto(in memorian) e ao meu avô Argemiro(in memorian), que não tive a oportunidade de agradece-las/os, mas que saibam que jamais esquecerei da força, do carinho e apreço que demonstraram;

Dedico com minha eterna gratidão, ao Diretório Acadêmico dos Estudantes “Gabriel Felipe dos Santos Rigamonte”, a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil e ao Movimento dos Atingidos por Barragens que me proporcionaram uma formação concreta, me construindo enquanto ser humano e me ajudando a traçar meus caminhos na vida.

A todos estes, Dedico

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Jah pela força e confiança que consigo desenvolver a cada dia de vida;

Agradeço eternamente aos meus companheiros e companheiras da Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil, do Diretório Acadêmico dos Estudantes “Gabriel Felipe dos Santos Rigamonte” e do Movimento dos Atingidos por Barragens, pelos grandes momentos de aprendizagem, luta e contribuição para a transformação de nossa sociedade;

Agradeço imensamente a antiga Escola Agrotécnica Federal de Colatina, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e ao Ifes Campus Itapina, onde fiz muitos amigos, e que me proporcionaram uma formação acadêmica e pessoal de excelência;

Agradeço com amor, a minha companheira Mariana que esteve ao meu lado neste período;

Agradeço imensamente ao meu orientador Luís Flavio Reis Godinho e ao meu amigo Rosinei Ronconi pelas orientações e companheirismo que desenvolvemos ao longo da escrita deste trabalho;

Agradeço a todos os atingidos e atingidas pelo crime de Mariana, que todos os dias, tem que travar uma luta frente as violações dos direitos sofridos e que me ajudaram a construir a várias mãos esta pesquisa.

Agradeço e parablenizo ao programa de Mestrado Profissional em Educação do Campo da UFRB por ser uma forma de resistência e formação dentro da academia, se colocando como agente de transformação de diversas realidades.

A todos estes, agradeço

(...)Eu acho que o primeiro que deve caracterizar um jovem comunista é a honra que sente por ser um jovem comunista. Essa honra que o leva a mostrar perante todo o mundo a sua condição de jovem comunista, que nem o vira para a clandestinidade, que nem o reduz a fórmulas, mas que o exprime a cada momento, que lhe sai do espírito, que tem interesse em demonstrá-lo porque é o seu símbolo de orgulho.

Junto disso, um grande sentido do dever para a sociedade que estamos a construir, com os nossos semelhantes como seres humanos e com todos os homens do mundo. Isso é algo que deve caracterizar o jovem comunista. Ao lado disso, uma grande sensibilidade ante todos os problemas, grande sensibilidade face à injustiça. Espírito inconformado cada vez que surge algo que está mal, tenha-o dito quem o disser. Pôr em questão tudo o que não se entenda. Discutir e pedir esclarecimentos do que não estiver claro. Declarar a guerra ao formalismo, a todos os tipos de formalismo. Estar sempre aberto para receber as novas experiências, para conformar a grande experiência da humanidade, que leva muitos anos a avançar pela senda do socialismo, às condições concretas do nosso país, às realidades que existem em Cuba. E pensar – todos e cada um – como irmos mudando a realidade, como irmos melhorando-a.

O jovem comunista deve tentar ser sempre o primeiro em tudo, lutar por ser o primeiro, e sentir-se incomodado quando em algo ocupa outro lugar. Lutar sempre por melhorar, por ser o primeiro. Claro que não todos podem ser o primeiro, mas sim estar entre os primeiros, no grupo de vanguarda. Ser um exemplo vivo, ser o espelho onde possam olhar-se os homens e mulheres de idade mais avançada que perderam certo entusiasmo juvenil, que perderam a fé na vida e que ante o estímulo do exemplo reagem sempre bem. Eis outra tarefa dos jovens comunistas.

Junto disso, um grande espírito de sacrifício, um espírito de sacrifício não apenas para as jornadas heroicas, mas para todo o momento. Sacrificar-se para ajudar o companheiro nas pequenas tarefas e que possa cumprir o seu trabalho, para que possa cumprir com o seu dever no colégio, no estudo, para que possa melhorar de qualquer maneira. Estar sempre atento a toda a massa humana que o rodeia.

Quer dizer: apresenta-se a todo jovem comunista a tarefa de ser essencialmente humano, ser tão humano que se aproxime ao melhor do humano, purificar o melhor do homem por meio do trabalho, do estudo, do exercício de solidariedade continuada com o povo e com todos os povos do mundo, desenvolver ao máximo a sensibilidade até se sentir angustiado quando um homem é assassinado em qualquer canto do mundo e para se sentir entusiasmado quando em algum canto do mundo se alça uma nova bandeira de liberdade.

O jovem comunista não pode estar limitado pelas fronteiras de um território, o jovem comunista deve praticar o internacionalismo proletário e senti-lo como coisa de seu. Lembrar-se, como devemos lembrar-nos nós, aspirantes a comunistas cá em Cuba, que somos um exemplo real e palpável para toda a nossa América, para outros países do mundo que lutam também noutros continentes pela sua liberdade, contra o colonialismo, contra o neocolonialismo, contra o imperialismo, contra todas as formas de opressão dos sistemas injustos. Lembrar sempre que somos um facho aceso, que somos o mesmo espelho que cada um de nós individualmente é para o povo de Cuba, e somos esse espelho para que se olhem nele os povos da América, os povos do mundo oprimido -que lutam pela sua liberdade. E devemos ser dignos desse exemplo. Em todo o momento e a toda a hora ser dignos desses exemplos(...)

Trecho do discurso: O que deve ser um Jovem Comunista

Ernesto Guevara de La Serna

RESUMO

O rompimento da barragem de fundão em Mariana/MG, se apresenta como o maior crime socioambiental da história do país e seus impactos e desdobramentos são incontáveis, apresentando um leque gigante de violações de direitos das populações atingidas por esse crime. Diante da magnitude deste crime, voltamos o foco desta pesquisa para a cidade de São Mateus no Espírito Santo, que foi severamente atingida pela lama de rejeitos, criando um cenário de caos para as comunidades. Neste sentido esta pesquisa trouxe como objetivo, entender o processo de rompimento e evidenciar formas distintas dos impactos socioambientais nas comunidades atingidas pela lama de rejeitos de minério, na cidade de São Mateus no Espírito Santo, em decorrência do rompimento da barragem de fundão em Mariana/MG. Este estudo, se fez necessário pois pudemos avançar na raiz do problema estudado, tentando obter a essência dos processos, frente a aparência que pode estar presente em muitas descrições do crime. Para alcançar nossos objetivos, a luz do materialismo histórico dialético, utilizamos uma pesquisa militante, de caráter qualitativo, através de um estudo de caso, com um percurso metodológico bem definido em uma linha crítica e reflexiva. Por conseguinte, conseguimos identificar diversas violações de direitos das populações atingidas de São Mateus-ES, que vão desde a disputa pela narrativa e memórias do rompimento, até as decisões e execuções dos processos de reparação, levando os atingidos a reboque das empresas criminosas. A pesquisa nos trouxe diversos elementos para desnudar o processo de reparação criado pelas empresas, e neste trabalho, abordamos a exclusão das mulheres, a desvirtuação do conceito de atingido, a caracterização da categoria crime e os impactos ambientais severos que assolaram as comunidades e seus modos de vida. Também construímos caminhos para entender que a organização dos atingidos é o ponto motor para a luta em busca dos direitos violados frente as empresas responsáveis pelo rompimento. Este trabalho se torna breve para dar conta de toda a discussão levantada, porém, apresenta um vasto leque de elementos que podem trazer subsídios para o entendimento do complexo problema causado no conflito socioambiental gerado entre os grandes impérios capitalistas, como as mineradoras, e as comunidades atingidas pela implantação destes grandes empreendimentos.

Palavras Chave: Crime, Atingidos, Violações, Organização e Luta.

SUMMARY

The rupture of the dam in Mariana/MG, presents itself as the biggest socio-environmental crime in the history of the country and its impacts and unfoldings are countless, presenting a giant range of violations of the rights of the populations affected by this crime. Given the magnitude of this crime, we turn the focus of this research to the city of São Mateus in Espírito Santo, which was severely hit by the mud of rejects, creating a scenario of chaos for the communities. In this sense, this research brought as an objective, to understand the rupture process and to evidence different forms of social and environmental impacts in the communities affected by the ore tailings mud, in the city of São Mateus in Espírito Santo, as a result of the rupture of the dam in Mariana/MG. This study was necessary because we were able to advance at the root of the problem studied, trying to obtain the essence of the processes, in view of the appearance that can be present in many descriptions of the crime. To reach our objectives, in the light of dialectical historical materialism, we used militant research, of a qualitative nature, through a case study, with a well-defined methodological path in a critical and reflexive line. Consequently, we were able to identify several violations of the rights of the affected populations of São Mateus-ES, ranging from the dispute for the narrative and memories of the rupture, to the decisions and executions of the reparation processes, leading the affected to the tow of the criminal companies. The research brought us several elements to uncover the reparation process created by the companies, and in this work, we approached the exclusion of women, the distortion of the concept of affected, the characterization of the crime category and the severe environmental impacts that devastated the communities and their ways of life. We also build ways to understand that the organization of those affected is the driving point for the struggle in search of the violated rights in front of the companies responsible for the rupture. This work becomes brief to account for all the discussion raised, however, it presents a wide range of elements that can bring subsidies for the understanding of the complex problem caused by the socio-environmental conflict generated between the large capitalist empires, such as mining, and the communities affected by the implementation of these large undertakings.

Keywords: Crime, Affected, Violations, Organization and Struggle.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA- Agência Nacional de Águas

AGERH- Agência Estadual de Recursos Hídricos

CIF- Comitê Interfederativo

DNPM- Departamento Nacional de Produção Mineral

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

IBAMA- Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDAF- Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo -

IEF- Instituto Estadual de Florestas

IEMA- Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo

IGAM- Instituto Mineiro de Gestão de Águas

FEAM- Fundação Estadual de Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais

MAB- Movimento dos Atingidos por Barragens

TTAC- Termo de Transação e Ajustamento de Conduta

LISTA DE FIGURAS

Figura1- Reunião de grupo de atingidos.....	29
Figura 2 - Reunião de grupo de atingidos.....	29
Figura 3 - Reunião de grupo de atingidos.....	30
Figura 4 - Destruição causada pela lama.....	33
Figura 1 - Atingidos cobram justiça em Bento Rodrigues.....	35
Figura 2 - Lama de rejeitos em Gov. Valadares-MG.....	36
Figura 3 -Rejeito na praia de Barra nova em São Mateus-ES.....	36
Figura 8 - Peixes mortos no Rio Mariricu em São Mateus-ES.....	38
Figura 4 - Morte de peixes pela contaminação no Rio Mariricu.....	71
Figura 10 - Denúncia feita pelos atingidos em Mariana-MG.....	80
Figura 5 - Atingidos em marcha contra a empresa e a violação dos direitos.....	83
Figura 12 - Atingidos em marcha pelo reconhecimento dos direitos na cidade de Mariana-MG.....	87
Figura 13 - Encontro das mulheres atingidas para discutir a violação dos direitos no processo de reparação.....	92
Figura 14: Foto de capa do documentário produzido pelo MAB acerca das violações cometidas pela Fundação Renova.....	97
Figura 15 - Organograma do conselho curador da Fundação Renova.....	98
Figura 16- Atingidos ocupam escritório da Fundação Renova.....	99
Figura 17 - Caranguejo morto em meio a lama de rejeitos no manguezal de campo grande em São Mateus-ES.....	101
Figura 18 - Mar de lama de Rejeitos de minério na foz do Rio Doce em Regência no Espírito Santo.....	102
Figura 19 - Contaminação do Rio Mariricu em São Mateus-ES.....	103
Figura 20 - Atingidos em luta pelo reconhecimento dos direitos para populações atingidas por barragens.....	107
Figura 21 - Reunião de grupo de base dos atingidos.....	108
Figura 22 - Logo do Movimento dos Atingidos por Barragens.....	109
Figura 23 - MAB ocupa linha de trem da Vale em busca de resposta para a demanda dos atingidos.....	112

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização do delta do Rio Doce no Espírito Santo.....	34
Mapa 2: Características geomorfológicas da planície quaternária do Rio Doce.....	38
Mapa 3: Identificação do recorte espacial.....	40

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1: Produção anual de rejeitos da Samarco. Fonte: Movimento dos Atingidos por Barragens.....	79
Gráfico 1: Cadastros por Gênero. Fonte: Relatório técnico da Ramboll.....	90
Gráfico 2: Distribuição de cartões e acordos por Gênero. Fonte: Relatório da Defensoria Pública do Espírito Santo.....	90
Gráfico 3: Responsáveis pelo núcleo familiar nos territórios. Fonte: Relatório técnico da Ramboll.....	91

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	16
1.1 ESTRATÉGIAS PARA COMPREENSÃO DOS IMPACTOS.....	23
1.2 METODOLOGIA DA COMPREENSÃO	25
1.3 COLETANDO AS INFORMAÇÕES	28
1.4 ANÁLISE DO CONTEÚDO.....	33
1.5 ESTRUTURA DISSERTATIVA.....	34
1.6 O CAMPO DA PESQUISA.....	35
2. FUNDAMENTANDO A COMPREENSÃO DOS CONFLITOS E IMPACTOS DO CRIME.....	44
2.1 A PRODUÇÃO DO CAPITAL	45
2.2 A CONSTITUIÇÃO DOS GRANDES IMPÉRIOS DO CAPITAL.....	50
2.3 TERRITÓRIOS NATURAIS E A RIQUEZA.....	58
2.4 MODOS DE VIDA	62
2.5 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS.....	66
3. DO CAOS A LAMA: ATINGIDAS E ATINGIDOS POR BARRAGENS CONTRA A VIOLAÇÃO E PELO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS.....	73
3.1 O SOL QUEIMOU, QUEIMOU A LAMA DO RIO: ELES SABIAM QUE ÍA ROMPER, VALE, SAMRICO E BHP.....	78
3.2 UM HOMEM ROUBADO NUNCA SE ENGANA: SOMOS TODOS (AS) ATINGIDOS (AS)!.....	84
3.3 POSSO SAIR DAQUI PARA DESORGANIZAR: MULHERES NÃO SÃO MERCADORIAS	92
3.4 E COM O BUCHO MAIS CHEIO COMEÇEI A PENSAR: O CRIME SE RENOVA ...	96
3.5 Ô JOSUÉ, EU NUNCA VI TAMANHA DESGRAÇA: NÃO FOI ACIDENTE, A VALE MATA RIO, MATA PEIXE E MATA GENTE.....	103
3.6 EU ME ORGANIZANDO POSSO DESORGANIZAR: NOSSOS DIREITOS SÓ A LUTA FAZ VALER	108
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
REFERÊNCIAS.....	122
ANEXOS.....	130

1. INTRODUÇÃO

A construção de minha trajetória enquanto pesquisador, é, sobretudo, baseada no propósito de se entrelaçar à tarefa de construir um projeto de uma nova sociedade, pautado na ruptura do sistema econômico, buscando a soberania dos povos, a distribuição da riqueza e o controle popular. A luz destes elementos centrais, vamos construir nesta dissertação uma análise das implicações do crime de Mariana no norte do Espírito Santo, levando milhares de pessoas a desgraça, perdendo renda, trabalho e devastando todo o meio ambiente, por consequência da ganância pela riqueza constituída ao longo processo histórico da exploração de minério em todo o mundo.

Na sociedade capitalista, historicamente, a produção mineral é ponto motor para a consolidação e acumulação do capital, onde então, tal produção não se coloca como condição para a manutenção da existência humana, mas, a partir da subversão da ideia produtiva, se coloca como meio promotor de exploração do lucro incessante, secundarizando as necessidades humanas.

Só então a natureza torna-se puro objeto para o homem, pura coisa da utilidade; deixa de ser conhecida como poder em si; e o próprio conhecimento teórico das suas leis autônomas aparece unicamente como ardil para submetê-la às necessidades humanas, seja como objeto de consumo, seja como meio da produção (MARX, 2011, p. 542).

Assim como Marx (2011), Mészáros (2005) entende que além de tornar o lucro como parâmetro principal nas relações produtivas que envolvem o trabalho e os meios para tal, em sua essência, o capital tem a necessidade de dar um novo significado em seu detrimento. Assim, temos como ponto de partida, o entendimento de que o princípio da acumulação de riquezas e da apropriação do trabalho, também passa pela ressignificação do processo de exploração dos recursos, e dentre os múltiplos, um dos principais e determinantes são os elementos minerais (ARAUJO, 2018; BARROS, 2018).

A necessidade da apropriação dos recursos da natureza, que agora estão colocados como fontes abundantes de riquezas, para o capital, intermediados pelo trabalho alheio, formam a sincronização perfeita da produção e da acumulação de lucros, uma vez que o trabalho empreendido na extração natural, gera riqueza, logo, sem trabalho não há exploração mineral, que conseqüentemente não há riqueza. Portanto, a exploração do trabalho se coloca como princípio da força motriz que geram as riquezas existentes e expropriadas pelos capitalistas (ARAUJO, 2018; HARMAN, 1995; MARX, 1996).

A problematização da relação com espaço e seus recursos que trazemos para a centralidade do debate, explicita que todo espaço bem como a sua utilização, não pode ser encarado como um campo isento ou passivo, mas como um reflexo direto das construções das relações sociais, como também uma representação histórica das construções socioambientais ali estruturadas, que tornam evidente as conformações sociais e ambientais provenientes desta trajetória histórica vivenciada no espaço.

Então, a partir da análise da materialidade da origem da exploração dos recursos da natureza, podemos entender que a atividade da mineração, desde a sua exploração até a sua comercialização, pode construir historicamente ressignificações e disputas pelos espaços abundantes em riquezas naturais, se tornando um ponto determinante para o avanço do capital nestas áreas (BARROS, 2018; LISBOA, 2014).

Em terras brasileiras, desde a invasão portuguesa, o avanço do capital foi materializado pelo extrativismo precoce dos recursos naturais, que tem início ainda no século XVI, com a extração de pau brasil e posteriormente, começa a avançar, se caracterizando pelo aumento das fronteiras agrícolas, interiorização da pecuária, aprisionamento dos povos originários, e em seguida, após as expedições em busca de riquezas, a exploração do minério, com predomínio do ouro. Essas campanhas em busca dos recursos minerais que eram realizados pela coroa portuguesa, durante a fase colonial, foram norteadas pela busca ao salitre, o ouro e a prata (NUNES, 2013; LIMA JUNIOR, 1985; BISPO, 2013).

Registros da exploração de minério já existem a mais de 300 anos, tendo como uns dos territórios históricos o estado de Minas Gerais, principalmente nas cidades Mariana e Ouro Preto, com as extrações de ouro, que se caracterizaram desta forma desde o período colonial. Moraes (2000) conta um pouco desta história no trecho:

A par da atividade agrícola, e ao escambo que prosseguia, a maior fixação ativava o imaginário dos colonos e das autoridades coloniais quanto às riquezas escondidas na hinterlândia. O contato com os índios, e com remanescentes de expedições ou naufragos espanhóis vai alimentando uma “geografia fantástica” que animava o desvendamento dos sertões. Tal móvel estimulou precocemente a organização de enteadas, processo que conhece aceleração com as notícias referentes à descoberta do ouro de Potossí, que a consciência de então considerava mais próximo da costa brasileira. Entrando na segunda metade do século XVI, observa-se a proliferação de expedições que demandam o interior em busca de minérios, num movimento irradiador que parte de diferentes núcleos costeiros. Além das riquezas minerais, o apresamento do gentio também começa a emergir como móvel dessas

incursões, pelo fato de que se expandi a demanda de braços com a consolidação das plantações (MORAES, 2000, p. 303).

Toda a extração de ouro da época era destinada para a Europa, sendo utilizados pela burguesia portuguesa como pagamento na compra de pessoas escravizadas, produtos manufaturados, pagamento de dívidas e impostos (PRADO JÚNIOR, 1985). Portanto a exploração mineral do Brasil, historicamente, é peça para a acumulação primitiva do capital nos países europeus, como é elucidado a seguir:

O ouro brasileiro no primeiro ciclo de retirada mineral do país resultou num dos produtos que sustentou e possibilitou a tríade: acumulação primitiva do capital; mercantilismo; empresa colonial no Brasil. Impulsionando a liquidação das relações feudais que existiam no velho continente para triunfo do modo capitalista de produção. (...) Assalariados na Inglaterra e escravos no Brasil: ambos trabalhando colados ao desenvolvimento capitalista da época sob a égide da acumulação do capital fincado na mineração. (ZONTA & TROCATE, 2015, p.9-10)

Já no século XX, com influência da revolução industrial, o Brasil começa a alternar sua estrutura de produção econômica, que deixaria de ser em sua maior parte agrícola, para a industrialização, como afirma Araujo (2018) quando diz que:

A partir da segunda metade do século XX observou-se no Brasil um intenso processo de transformação na estrutura produtiva, sob a influência das ideias cepalinas, bem como das instituições supranacionais –BIRD e FMI - que buscavam o controle hegemônico da economia a nível mundial. Até meados da década de 1950, o país permanecia essencialmente agrícola e com forte concentração de população rural (ARAUJO, 2018, p. 24)

Neste período, houve o desenvolvimento dos meios de produção e a aceleração da urbanização, que culminou com o avanço do capitalismo em diversos setores da sociedade. Na mineração, no governo de Getúlio Vargas, é criada a companhia Vale do Rio Doce (CVRD) na região de Itabira-MG, com o objetivo de explorar as minas de ferro da região. Já em 1995, segundo a Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, a Vale do Rio Doce em poder do Estado, apresentou um faturamento de 6 bilhões de dólares, operando em 10 estados brasileiros e 11 países. Posteriormente, a CVRD foi privatizada pelo governo no ano de 1997, fato que ficou conhecido como um dos maiores escândalos do governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, que leiloou a companhia por 3,3 bilhões de dólares, quando na época, era avaliada em mais de 8 bilhões de dólares (RUSSO, 2002).

Nos últimos 20 anos, houve um aumento da produção dos chamados commodities, e com a extração de minério não foi diferente, o preço do minério de ferro que em 2003 custava cerca de 32 dólares, valorizou sistematicamente chegando a bater a casa dos 196

dólares em 2008 (WORLD BANK, 2015). Este avanço proporcionou uma supervalorização no setor, que aqueceu o mercado global e intensificou a extração por todo o planeta.

Ainda hoje, o Brasil, segue no topo da exploração mineral pelo mundo, estando entre os 5 maiores países que configuram este cenário, que foi fomentado com o intuito de ampliação do poderio econômico nacional desde a década de 90, para a resolução do subdesenvolvimento pautado pela ONU, que discutia então, que somente o avanço econômico seria suficiente para resolver os problemas sociais (LISBOA, 2014).

A busca pelo avanço desenfreado e inconsequente, nos remete a uma problemática também de caráter histórico, que é a disputa pelos territórios por parte dos atores envolvidos e as relações sociais que circundam todo o processo de exploração da terra, bem como de seus recursos. Estas relações, são de poder mais especificamente, entre as empresas e as comunidades atingidas, gerando grandes conflitos de interesses relacionados a exploração e controle do espaço em disputa.

Conforme Marx (2013, p. 13) “toda produção e apropriação da natureza pelo indivíduo no interior é mediada por uma determinada forma de sociedade”. Tais fatos acarretam em disputas com as grandes empresas pelo controle dos territórios que possuem recursos ou pelos próprios recursos naturais. Como dito anteriormente, estas disputas estão presentes ao decorrer do percurso histórico de nossa sociedade, sendo assim, a problemática ambiental e os conflitos que surgem nesta perspectiva, se tornam um outro elemento chave na discussão das disputas e relações sociais de poder. Acselrad (2004) discorre e detalha mais sobre esta questão quando diz que:

Os conflitos ambientais são, portanto, aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. O conflito pode derivar da disputa por apropriação de uma mesma base de recursos ou de bases distintas, mas interconectadas por interações ecossistêmicas mediadas pela atmosfera, pelo solo, pelas águas etc. Este conflito tem por arena unidades territoriais compartilhadas por um conjunto de atividades cujo “acordo simbiótico” é rompido em função da denúncia dos efeitos indesejáveis da atividade de um dos agentes sobre as condições materiais do exercício das práticas de outros agentes (ACSELRAD, 2004: p. 26).

Partindo dessa premissa, voltaremos nosso foco para a extração de minério a partir dos confrontos com as empresas devido as barragens de armazenamento de rejeitos, que

inclui não só as discordâncias nas construções dos diques, mas também com o rompimento das barragens como ocorreu em Mariana/MG, que é o foco de nosso trabalho.

O rompimento de barragens de minério já é um fato que vem sendo recorrente pelo mundo, e no Brasil, esse contexto não é diferente, já que ao longo da história encontramos várias tragédias relacionadas a barragens de rejeitos que podem ser catalogadas em nossas terras, onde na maioria das vezes, são oriundas de rejeitos de minério que acabam rompendo, em sua maioria, devido ao somatório de forças da natureza e falhas provenientes da negligência dos responsáveis pelas barragens.

Um trabalho desenvolvido pelo historiador Henrique Rosmarinho Alves para a revista vertentes do direito da Universidade Federal do Tocantins, veiculado no portal online “O Sul”, traz em sua 6ª edição, um histórico recente de rompimentos de barragens em nosso país, onde podemos destacar o rompimento da barragem de Nova Lima –MG (2001), Na cidade de Alagoa Nova – PB (2004), em Miraf – MG (2007), Buriti dos Lopes-PI (2009) e Laranjal do Jari – AP (2014). Todos casos de rompimentos de barragens que levaram o caos a milhares de famílias atingidas.

Os impactos causados por esses rompimentos são incontáveis, e passam frente aos eixos socioambientais, políticos, econômicos e geográficos, além de deixar um rastro de destruição desde a barragem rompida até a foz da bacia atingida. O crime do rompimento ocorrido na barragem de fundão se encaixa neste perfil, principalmente por tomar uma proporção acentuada, pois, segundo a veiculação das mídias, foram aproximadamente 60 milhões de m³ de rejeitos de minério despejados na natureza.

É comum encontrar pelo mundo impactos causados por grandes empreendimentos do capital que causem a desterritorialização das comunidades, uma vez que é impossível explorar os recursos minerais sem uma radical mudança na forma de organização do espaço explorado, desestruturando totalmente a paisagem, bem como toda a lógica do *modus operandi* do território. Porém, que é importante frisar, que as populações desterritorializadas, em sua maioria, não tem especificamente o interesse na exploração dos minerais em si, como a bauxita por exemplo, mas eles estão inseridos diretamente numa área propícia para tal exploração, com um interesse na superfície do espaço, para a manutenção dos modos de vida através do que está disponível no espaço concreto, como água, alimentos ou a pesca.

Tal fato nos remete a caracterizar diversos conflitos sociais e violações de direitos basilares a partir destes, onde podemos destacar a violação no conflito pela utilização da água de qualidade, direito ao acesso à terra, direito à moradia, direito à saúde, direito ao exercício do trabalho, de viver em um meio ambiente saudável, isto é, o conflito é pelo direito a vida.

Um dos conflitos com maior amplitude nos últimos anos, foi o rompimento da barragem de Fundão no Município de Mariana em Minas Gerais, que era controlada pela mineradora Samarco Mineração S.A. A empresa que é pertencente a VALE S.A e a BHP Billinton, atua no Brasil desde 1973, mais especificamente nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, atuando na extração de minério de ferro.

Os danos provenientes do crime de Mariana, causados ao meio ambiente são de extrema magnitude e se desdobrarão por décadas, pois toda a bacia hidrográfica do rio Doce foi amplamente atingida pela lama e pelos metais pesados que continham nos rejeitos, causando impactos graves a toda a fauna e flora que tínhamos ao entorno dessa bacia, bem como num raio considerável da foz do rio Doce, já em pleno oceano atlântico. Podemos entender um pouco deste panorama com Fellipe (2015) quando ele discorre:

O volume de rejeitos liberado pelo rompimento da barragem fez surgir um fluxo de lama que rapidamente atingiu as artérias fluviais, causando distúrbios impensáveis na dinâmica dos rios, na sociedade e no meio ambiente. A cerca de 2,5 km do dique, a localidade de Bento Rodrigues foi atingida pela lama 15 minutos após o rompimento, tendo grande parte de sua estrutura urbana destruída. Segundo informações do Corpo de Bombeiros Militares de Minas Gerais, os depósitos de rejeitos atingiram mais de 10 metros de altura em alguns pontos do vilarejo. Outras localidades de Mariana também foram atingidas pela lama, com destaque para Paracatu de Baixo, que teve parte das casas soterrada. Aproximadamente 750 pessoas perderam suas casas e as mortes podem chegar a 19. Drenados pelo rio Gualaxo do Norte, parte significativa dos rejeitos chegou ao rio do Carmo e atingiu, posteriormente, o rio Doce, acompanhada por uma onda de cheia que promoveu inundações em diversos trechos, com destaque para a área urbana de Barra Longa-MG. No dia 21 de novembro, a água com os rejeitos alcançou o Oceano Atlântico e se espalhou por uma extensão superior a 10 quilômetros no litoral do Espírito Santo. Os rejeitos depositados agora vão sendo remobilizados paulatinamente pelos processos pluviais e fluviais, mantendo os sedimentos oriundos do rompimento da barragem nas águas do rio Doce por um período de tempo ainda inestimável (FELLIPE e et al., 2015, p.5).

De acordo com uma nota técnica acerca dos danos ambientais sofridos, que foi divulgada pelo IBAMA, o centro de sensoriamento remoto concluiu que a Samarco foi responsável pela destruição de “1.469 hectares ao longo de 77 km decursos d’água,

incluindo Áreas de Preservação Permanente” (BRASIL, 2015, p. 10). O estudo ainda se aprofunda apontando que:

O desastre em análise causou a devastação de matas ciliares remanescentes (fragmentos/mosaicos), já o aporte de sedimentos (lama de rejeito da exploração de minério de ferro) imediatamente soterrou os indivíduos de menor porte do sub-bosque e suprimiu indivíduos arbóreos. Os rejeitos de mineração de ferro também têm potencial para afetar o solo ao longo do tempo por se tratarem de material inerte sem matéria orgânica, causando desestruturação química e afetando o Ph do solo. Tal alteração dificultará a recuperação e o desenvolvimento de espécies que ali viviam, podendo modificar, a médio e longo prazo, a vegetação local, com o estabelecimento de ecossistemas diferentes dos originais (BRASIL,2015, p. 10-11).

Em solo capixaba, após o rompimento, segundo parecer preliminar do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA), foram identificadas alterações significativas na biodiversidade, levando a situação de emergência ambiental na bacia hidrográfica do rio Doce, por meio da Portaria Conjunta Seama/Iema/AGERH N° 004-R/2015, publicada no 23 de novembro.

O estado então, decide a atuação pelo poder público estadual em 5 (cinco) áreas temáticas, quais sejam, Monitoramento de Águas Interiores, Monitoramento Marinho, Tecnologias e Tratamento, Fauna e Flora e Socioeconomia. Já em 2017, no dia 10 de janeiro, devido aos severos impactos socioeconômicos acumulados desde a chegada da lama no Espírito Santo, foi emitida nova portaria declarando a manutenção da situação de emergência (Portaria Conjunta Seama/Iema/AGERH N° 002-R/2017).

Portanto, este trabalho se justifica, para entender a materialidade da origem dos conflitos e relações sociais que permeiam o contexto das populações atingidas, como a comunidade atingida mateense, visto que a identificação e mapeamento dos impactos sofridos, na perspectiva dos atingidos/as, podem ser importantes para estabelecer as possibilidades e parâmetros para a reparação dos danos e a seguridade dos direitos basilares, tentando constituir uma relação com as diferentes formas de organização social e de reivindicação de direitos.

Ou seja, se faz necessário compreender a raiz do problema vivido pelos atingidos e atingidas de São Mateus, pois somente entendendo como se materializa o conflito vivido pelas comunidades do norte do Espírito Santo, poderemos construir elementos para contribuir em uma reparação justa e digna para os indivíduos ali em disputa.

Outro ponto em que esta pesquisa se justifica, é que por estar imerso no meio do contexto social do crime, enquanto militante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), todo o processo de atuação nas comunidades, se torna relevante pois constitui elementos que podem me colocar como agente central na construção de formas de contraposição do modelo de reparação apontado pela Fundação Renova, que é responsável por todo o processo, pois estes apresentam princípios excludentes, degradantes e injustos nas alternativas elaboradas, tendo sérias dificuldades na aplicação da justiça social para as populações atingidas.

Toda a lógica criada a partir da perspectiva da empresa criminosa, nos leva a perguntar quais os impactos socioambientais sofridos pelas comunidades atingidas, olhando pela sua própria ótica? E qual a relação desta ótica com o fato do rompimento? Logo, este trabalho traz como objetivo principal, entender o processo de rompimento e evidenciar formas distintas dos impactos socioambientais nas comunidades atingidas pela lama de rejeitos de minério, na cidade de São Mateus no Espírito Santo, em decorrência do rompimento da barragem de fundão em Mariana/MG.

Os impactos causados acabaram acarretando em diferentes formas de organização do povo atingido, que são mediadas por ações ou movimentos sociais que visam a denúncia frente as violações de direitos e a exigências dos mesmos. Portanto, também elencamos como primeiro objetivo específico, compreender determinadas formas de ações ou movimentos sociais que emergiram nas comunidades em decorrência do rompimento da barragem.

As formas de organização que as comunidades assumem, para reivindicação de suas pautas, caminham na contramão da lógica da empresa, que é baseada no processo de acumulação de capital, e portanto, de imediato, se materializam os conflitos socioambientais entre as comunidades e as empresas. A partir desta problemática, elencamos como segundo objetivo específico: entender os principais pontos de discordância entre atingidos e atingidas com a empresa para a reparação dos danos causados.

1.1 ESTRATÉGIAS PARA COMPREENSÃO DOS IMPACTOS

Para o desenvolvimento de uma pesquisa, enquanto um processo científico, é necessário que o autor assuma uma posição teórica, que exige uma concreta

fundamentação epistemológica, que mostrará ao leitor, qual o posicionamento teórico-metodológico que a pesquisa trata.

Neste trabalho, a premissa teórico-metodológica se baseia no materialismo histórico dialético que em sua essência, permite compreender o modo de existência humana, que determina a produção das relações sociais como um todo, bem como a concepção da realidade, da vida e do mundo. Triviños diz que:

O materialismo histórico é a ciência filosófica do marxismo que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens, no desenvolvimento da humanidade. O materialismo histórico significou uma mudança fundamental na interpretação dos fenômenos sociais que, até o nascimento do marxismo, se apoiava em concepções idealistas da sociedade humana (TRIVIÑOS, 1987, p.79).

A construção desta fundamentação na pesquisa se dá, pela análise da mudança de realidade, ser baseada nas contradições encontradas no contexto vivido, daí a ideia da dialética, que considera que as coisas estão em constante movimento. Podemos entender a dialética como “a ciência das leis gerais do movimento e desenvolvimento da natureza, da sociedade humana e do pensamento” (ENGELS, 1877).

A teoria marxiana foi desenvolvida com base em três influências constitutivas: a filosofia alemã, a economia política inglesa e o socialismo francês (LÊNIN, 2009). Marx utilizou a produção intelectual, até então produzida, analisando-a criticamente para formular as bases do seu pensamento na análise das contradições da realidade, considerando a totalidade das relações de produção humana e suas múltiplas determinações (ARAUJO, 2018, p. 26).

Todo o processo de desenvolvimento da natureza e da sociedade como um todo, também é constituída, além do movimento do mundo com seus sujeitos, de condições reais da vida, que estão estabelecidas de acordo com as formas de produção da existência dos povos, ou seja, as condições objetivas, determinam as relações de produção entre os homens.

[...] na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas pelo contrário, o seu ser social é que determina sua consciência (MARX, 1996, p. 47).

Esta abordagem teórica tem como alicerce, o posicionamento do sujeito histórico, e de sua subjetividade, como reflexo da inteiração e da movimentação dialética com o espaço onde ocupa, e da relação direta com a base material da sociedade. Todo este processo, também condiciona a construção das relações econômicas, políticas e sociais, logo, ao mesmo tempo que as relações de produção de mundo constituem o ser social, o ser social constitui as relações de mundo, tudo de forma dialética em consequência da realidade objetiva. Marx elucida esta ideia quando diz que:

A produção das idéias, de representações e da consciência está em primeiro lugar direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens, é a linguagem da vida real. São os homens que produzem as suas representações, as suas idéias, etc., mas os homens reais, atuantes e tais como foram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e do modo de relações que lhe corresponde, incluindo até as formas mais amplas que estas possam tomar. A consciência nunca pode ser mais que o Ser consciente; e o Ser dos homens é o seu processo de vida real (MARX; ENGELS, 1986, p.89).

Portanto a utilização do materialismo histórico e do materialismo dialético, nos trouxe a compreensão do sujeito da pesquisa numa perspectiva histórica, produzida a partir de sua trajetória social, alinhado a suas relações pré-existentes, produzidas entre seus pares. Por conseguinte, toda esta lógica, passou por investigar e entender as construções das relações sociais, das vivências e das experiências vividas pelos sujeitos nas comunidades atingidas, afim de entender a dinâmica social existente, bem como suas singularidades.

Também se tornou importante, a partir da análise materialista, compreender as contradições sociais que a partir do modelo de produção capitalista, se fazem presentes nas comunidades, uma vez que este aspecto, pode determinar vários das relações sociais existentes, como econômica e cultural por exemplo.

1.2 METODOLOGIA DA COMPREENSÃO

O processo estratégico ou metodológico é a parte onde se caracterizarão todos os procedimentos necessários para a realização da pesquisa a que se destina, tendo em vista a explicação detalhada desse processo. Para Fonseca (2002, p.23):

O significado de *metodos* é organização e o significado de *logos* é estudo, investigação ou pesquisa, logo a metodologia pode ser definida como estudo da organização, ou dos caminhos a serem percorridos para que se realize uma pesquisa ou um estudo ou para se fazer ciência. Na Etimologia podemos conceituar como estudo dos caminhos e dos instrumentos utilizados para fazer uma pesquisa científica.

Diante disso, este estudo que buscou compreender os impactos socioambientais causados pelo crime de Mariana, bem como alguns desdobramentos em decorrência deste evento, e para alcançar tais objetivos traçados, buscamos ter base em formas, procedimentos e instrumentos metodológicos que pudéssemos obter com maior precisão, a realidade dos impactos sofridos pelos mateenses nas comunidades impactadas.

Objetivando tal compreensão, na busca pela conclusão da pesquisa, constituí elementos de um militante-pesquisador, uma vez que a produção científica não exprime em nenhum aspecto um caráter neutro, mas, se constitui enquanto parte de uma construção socialmente produzida e historicamente localizada. Logo, esta pesquisa vai assumir seu papel de contribuição para mudança de condição encontrada no objeto estudado, não deixando frestas para uma ideia de neutralidade e tampouco de cientificismo abstrato, mas sim, completamente ancorada na realidade concreta dos atingidos e atingidas, expressando a necessidade do enfrentamento ao cenário socioambiental historicamente produzido.

Para tal, Bringel e Varella (2014, p. 5) entendem que uma militância imbricada na pesquisa seria:

[...] o compromisso ético e político com a mudança social e que, por isso, envolve posicionamentos e atuações pró-ativas em várias áreas da vida, como a profissional e a acadêmica, envolvendo a inserção em espaços coletivos de discussão, articulação e mobilização com objetivo de viabilizar e potencializar lutas políticas que representem a construção de uma sociedade justa e igualitária.

Assim, a conclusão deste trabalho vai apontar um conjunto de informações e dados que serão parte de um processo científico de construção da transformação social da realidade das comunidades em questão, como a pesquisa-militante traça sua solidez, sendo não só viável, mas necessária para a construção de um conhecimento a serviço das necessidades socialmente produzidas.

Portanto, esta pesquisa se constitui com uma abordagem qualitativa de campo, através do estudo de caso, que segundo Silva (2008, p.29) se caracteriza por:

Se dizer que as investigações qualitativas têm-se preocupado com o significado dos fenômenos e processos sociais, levando em consideração as movimentações, crenças, valores, representações sociais e econômicas, que permeiam a rede de relações sociais.

Este trabalho, terá como primazia, o encontro do sentido crítico, tentando confrontar as ideias que estão em lados opostos, mostrando as faces contrárias de um

mesmo processo, entendendo a práxis da raiz do problema a ser estudado, fugindo de um panorama ortodoxo de análise, mas qualificando empiricamente a reflexão teórica abordada, buscando uma dialética como essência do entendimento do objeto em questão.

As pesquisas com abordagens crítico-dialéticas criticam fundamentalmente a visão estática da realidade implícita nas anteriores abordagens. Visão esta que esconde seu caráter conflitivo, dinâmico e histórico. A racionalidade crítica, presente nessa abordagem, busca desvendar não apenas o ‘conflito das interpretações’, mas o conflito de interesses que determinam visões diferenciadas de mundo. Essas pesquisas manifestam um ‘interesse transformador’ das situações ou fenômenos estudados, resgatando sua dimensão sempre histórica e desvendando suas possibilidades de mudança (Gamboa, 1996, p. 113).

A pesquisa qualitativa neste caso, se torna uma peça importante, pois busca por entender de forma detalhada, na visão do pesquisador, todas as relações e processos sociais que envolvem o campo estudado. Esta metodologia consegue levar em consideração todos os valores, crenças e representações encontradas nas relações sociais existentes (KNECHTEL, 2014).

O estudo de caso se identifica com o trabalho por ser importante em uma pesquisa delimitada, com características de um estudo mais específico sobre os impactos nas comunidades, como afirma Lüdke e André (1986, p. 17), quando diz que o estudo de caso deve ser aplicado quando o pesquisador tiver o interesse em pesquisar uma situação singular, particular.

Para tanto, esboçamos este estudo de caso metodologicamente com 3 fases, onde a primeira se caracteriza pela fase exploratória de campo, adiante, trabalhamos num segundo momento na coleta dos dados e concluímos com a sistematização do que foi obtido para a transcrição e conclusão da pesquisa.

Iniciando a primeira etapa, buscamos a identificação do espaço estudado, bem como a sua compreensão, focando amplamente no objetivo a ser alcançado dentro das comunidades e buscamos as fontes de dados necessários para a coleta. Apesar da proximidade e da imersão previa no espaço de pesquisa, foi importante uma aproximação na etapa inicial com um olhar mais específico á realização do trabalho, uma vez que minha atuação enquanto militante nas comunidades, não sendo exclusivamente uma abordagem investigativa, como a pesquisa necessita.

No segundo momento, pudemos desenvolver a coleta sistemática dos dados, utilizando os instrumentos previamente organizados, que nos trouxeram confiabilidade

científica necessária para a conclusão da pesquisa. Neste ponto, também foi fundamental mergulharmos nas problemáticas apontadas e nas ações desenvolvidas pelas comunidades, buscando superar alguns contornos que a campanha pode nos apresentar.

Para obtermos a finalização da metodologia utilizada, construímos na sistematização e tessitura do trabalho, que a última etapa estivesse de encontro com as anteriores, pois a ideia trabalhada se ancorou na perspectiva de que esta etapa concluída, corroborasse com toda a seleção das informações coletadas a serem utilizadas, bem como a sistematização para que os resultados representem a realidade encontrada no campo de pesquisa, e estejam totalmente coerentes no trabalho ao longo do corpo do texto.

Diante dos processos, a pesquisa-militante se desenhou como qualitativa e exploratória de campo, por meio do estudo de caso, com intuito de apontar e compreender como se caracterizam os impactos socioambientais causados pela lama de rejeitos, bem como suas ações ou movimento de resistência, acarretando nos conflitos socioambientais, sob a ótica dos sujeitos atingidos, na cidade de São Mateus/ES, focando nos modos de vida e nas relações sociais e ambientais que se constituíram ao longo dos anos nas comunidades.

Como aponta Vergara (2000), a pesquisa exploratória é realizada em áreas onde há pouco conhecimento disponível; como ocorre no caso da perspectiva dos atingidos, acerca dos impactos socioambientais decorrentes do crime de Mariana. Logo, a pesquisa teve subsídios para assumir este caráter exploratório, tendo em vista, não somente a busca pelas informações diretamente do campo, mas todas as vivências e experiências, que constituem suas próprias visões de mundo enquanto sujeitos, apresentando então, fragmentos para construção de novos conceitos, hipóteses e teorias, podendo ser aprofundadas em outras pesquisas.

1.3 COLETANDO AS INFORMAÇÕES

Como início de pesquisa em campo, já na busca por dados empíricos, afim de cumprir os objetivos propostos, buscamos como primeiro instrumento metodológico a ser utilizado, a observação, que foi executada de forma planejada, com foco voltado para os modos de vida, bem como das formas de organização estabelecidas pelas comunidades, com intuito de construir suas reivindicações. Esta análise por meio da observação, foi construída de forma natural, afim de manter ao máximo a naturalidade e a rotina já desenvolvida, por meio das atividades do MAB já em curso.

A observação feita, é caracterizada por uma observação participante, visto que, enquanto pesquisador, estive completamente imbricado com os sujeitos da pesquisa, participando junto ao processo de construção de suas realidades diárias. Esta observação se constituiu de elementos inteirados e participativos, já que a mais de um ano me encontro inserido nas comunidades estudadas. Moreira (2002, p. 52) diz que:

A observação participante é conceituada como sendo uma estratégia de campo que combina ao mesmo tempo a participação ativa com os sujeitos, a observação intensiva em ambientes naturais, entrevistas abertas informais e análise documental.

Esta pesquisa corrobora com elementos de um caráter etnográfico por meio da observação, pois buscamos entender um grupo específico, através de uma busca de dados focais, já inseridos no contexto das comunidades através da militância e da observação, buscando tecer uma produção acerca da realidade vivida pela população atingida. Angrosino (2009, p. 34), reitera que:

No entorno dessa discussão destaca a importância da observação participante para o desenvolvimento da pesquisa etnográfica: A observação participante não é propriamente um método, mas sim um estilo pessoal adotado por pesquisadores em campo de pesquisa que, depois de aceitos pela comunidade estudada, são capazes de usar uma variedade de técnicas de coleta de dados para saber sobre as pessoas e seu modo de vida.

Na concretização do trabalho a campo, junto a observação, ainda na primeira etapa, também foi realizada uma pesquisa bibliográfica, que de acordo com Marconi (2001), tem por objetivo aproximar o pesquisador com tudo o que foi escrito sobre um assunto determinado, permitindo que o pesquisador tenha uma ajuda paralela no exame de suas observações. Nesta etapa, me debrucei sobre os principais teóricos que fundamentam a pesquisa que dentre eles estão, não se limitando somente: Karl Marx, Henri Acselrad, István Mészáros, Reinaldo Calcanholo.

Podemos compreender melhor, quando o autor diz:

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Esta fase, permite que o autor/pesquisador tenha um fundamento paralelo a realização da pesquisa, que elencará ao corpo do trabalho, subsídios por meio de outros autores que discorrem sobre o tema, contribuindo amplamente no sentido de entender, delimitar e explorar o problema abordado, identificando as possíveis formas de impactos e resistências, associando-as aos conflitos socioambientais já existentes, com intuito de problematizar a abordagem feita pela Samarco, Vale e BHP Bilinton, que nos indica a preocupação excessiva com o lucro em detrimento das vidas presentes no espaço estudado.

Outro importante instrumento que foi utilizado para a coleta das informações, foram os relatos orais dos atingidos e atingidas, que além de nos dar um contexto histórico do crime, conseguiram trazer uma gama de possibilidades para o entendimento na mudança dos modos de vida. O relato é um método amplamente utilizado por cientistas sociais, pois conseguem fornecer uma variedade de informações que são oralizadas, mas também que precisam ser percebidas pelo autor de forma subjetiva.

O Relato oral se constituiu como um elemento importante na pesquisa, pois também conseguiu proporcionar certo protagonismo ao relator, pois colocou em evidência ao pesquisado, a oportunidade de contar sua própria existência, fazendo-o enxergar seu protagonismo no processo. De encontro a esta ideia, Ferreira diz que:

Herdada e construída, acima de tudo esta memória evoca histórias de vida que são contadas por seus próprios protagonistas, que se tornam então narradores de si próprios, quando suas palavras, saberes e vivências traçam suas leituras acerca da própria existência. Para quem faz a pesquisa, adotar a metodologia da história oral abre a possibilidade de "escrever com, e não escrever sobre" o que é pesquisado, abrindo espaço para a fala e o olhar específico destes sujeitos (FERREIRA, 2009, p. 19).

Na busca da conclusão de nossos objetivos, também utilizamos a roda de conversa como instrumento de coleta de informações que, ao mesmo tempo, é uma ferramenta de cunho emancipatório, uma vez que ela potencializa a visão sobre um problema por diferentes perspectivas, partindo de suas inquietações, tendo como alicerce central uma fundamentação teórica feita previamente, que possibilitou e potencializou a criação de uma percepção política crítico-reflexiva acerca do assunto tratado.



Figura 6 – Reunião de grupo de atingidos. Fonte: Acervo do autor..

A roda de conversa subsidiou elementos para uma construção coletiva e sistemática sobre a problemática estudada, pois se trata de um interesse comum através de escutas e falas de diferentes visões que se manifestam. A roda de conversa é uma técnica de construção coletiva, que através da interação entre os participantes, estabelece formas e expressões a partir do espaço do encontro dos diferentes sujeitos implicados e suas contribuições (PINHEIRO, 2007).



Figura 7 - Reunião de grupo de atingidos. Foto: Acervo do autor.

Gatti (2005, p.11), afirma que essa construção:

[...] permite compreender processos de construção da realidade por determinados grupos sociais, compreender práticas cotidianas, ações e reações a fatos e eventos, comportamentos e atitudes, constituindo-se

uma técnica importante para o conhecimento das representações, percepções, crenças, hábitos, valores, restrições, preconceitos, linguagens e simbologias prevalentes no trato de uma dada questão por pessoas que partilham alguns traços em comum, relevantes para o estudo do problema visado.

Em resumo, na busca pela conclusão dos objetivos, procuramos realizar nas comunidades atingidas, encontrar uma realidade empírica concreta, em consequência do crime ambiental ocorrido em Mariana/MG, a partir do rompimento da barragem de rejeitos de minério da mineradora SAMARCO Mineração S.A. Para tanto, buscamos conhecer essa realidade através de uma pesquisa de caso, onde lançamos mão de observações, pesquisas bibliográficas e rodas de conversas, realizadas com os atingidos/as na comunidade, em conformidade com a atuação militante no Movimento dos Atingidos por Barragens.



Figura 8 - Reunião de grupo de atingidos. Foto: Marcus Tadeu, outubro de 2019.

Tal empreitada tem elementos que podem trazer pressupostos empíricos concretos, considerando que a atuação em campo, na prática, de lado a lado com a observação e a vivência com os sujeitos atingidos do seu território, nos apresenta dados concretos para uma análise fundamentada, entendendo quais os danos sofridos? Como este impacto influencia na comunidade? Quais ações ou movimentos foram desenvolvidos para cobrar os direitos violados? Em que tais perguntas e repostas nos levarão a entender o problema, culminando em obter um sentido para contribuir em

alguma medida para a garantia de direitos, bem como modos de reparação ou diminuição dos impactos sofridos, para os atingidos de São Mateus/ES.

1.4 ANÁLISE DO CONTEÚDO

As análises de conteúdo, conforme Triviños (1987), além de método de análise único, pode servir de auxiliar em pesquisas mais complexas, fazendo parte de uma visão mais ampla. Tomando esta ideia como base, todo o material encontrado na fase de campo se fez como ponto norteador dos resultados da pesquisa, uma vez que elas fundamentaram a ordem lógica do pensamento, bem como a concretude do campo estudado, culminando na compreensão do objeto de estudo.

Todo o processamento e análise dos dados obtidos na campanha, foram trabalhados na perspectiva do materialismo histórico dialético, no qual esta pesquisa se ancora, visto que todo o processo histórico de construção social, assim como seus fenômenos alicerçados na realidade objetiva que está presente, na busca pela compreensão dos impactos socioeconômicos e ações de resistência, sob a visão dos atingidos.

De caráter qualitativo, esta dissertação tem a possibilidade de apontar em sua caracterização a intencionalidade e o significado do objeto estudado, desvelando os atores, seus atos, relações e estruturas sociais, indo de seu advento até as transformações obtidas (BARDIN, 1977). Logo, com tal abordagem, tivemos elementos que propiciaram de forma sistematizada, o entendimento das comunidades estudadas, progredindo até o processo estudado, perpassando por toda a sua engrenagem de compreensão, indo do local ao global, da essência a aparência, e vice versa.

Toda a análise também foi sistematizada e tecida em acordo com o arcabouço teórico trabalhado no corpo da pesquisa, no sentido de dialogar as informações levantadas em campo com o referencial teórico que subsidia o trabalho, no intuito de entender as condições objetivas e as subjetivas que se fazem presente na área afetada pela lama toxica.

Deste modo, a análise de todo o material levantado, bem como sua incorporação no texto, foi construída de forma relacionada com um leque de elementos visuais e (con)textuais coletados do que foi observado, bem como de todo o acervo teórico utilizado para a fundamentação, sem perder de vista, o diálogo de todos os dados adquiridos, com as rodas de conversa que foram realizadas para sistematizar e entender

as informações levantadas, bem como para obter a compreensão necessária do objeto para que fossem dissertadas no texto.

1.5 ESTRUTURA DISSERTATIVA

Nosso trabalho¹ está estruturado, em sua fase escrita, em seis partes distintas, a luz do materialismo histórico e materialismo dialético, tendo início pela Introdução, adiante três capítulos, e por fim, as considerações finais. No primeiro capítulo, a ideia foi iniciar a escrita com uma fundamentação teórica conceitual, com intuito de apresentar previamente, todos os conceitos das categorias de análise ao qual este trabalho trata, bem como iniciar todo o debate acerca da problemática exposta aqui, lançando mão de autores que elucidarão as questões chave que serão abordados nesta dissertação.

No segundo capítulo, objetivamos trabalhar a questão dos conflitos socioambientais no Brasil, tentando apresentar como o discurso desenvolvimentista pregado pelos modos de produção capitalista, procuram subverter e esconder as violações de direitos presente nestes conflitos, que sempre causam a alteração drástica nos modos de vida das populações atingidas. Também traremos apontamentos de como os movimentos e ações de resistências criados ou que emergem pelas populações atingidas, conseguem construir formas de denúncia e construção de pautas para reparações frente ao descaso apresentado pela ampla maioria destes empreendimentos.

O terceiro capítulo construímos a apresentação das informações e dados coletados durante as incursões a campo, trazendo a visão dos atingidos e atingidas, sobre os impactos socioambientais no litoral norte capixaba, provocados pelo rompimento da barragem de Fundão, mostrando nesta perspectiva, as alterações em seus modos de vida, uma vez que o contexto deste crime, provocou e com seus desdobramentos, continua provocando alterações significativas em diversas relações sociais existentes.

A última etapa, elencamos as considerações finais, que tiveram a incumbência de apresentar as conclusões, colocando algumas hipóteses e relacionando-as com os

¹ Título do Trabalho: Da Lama ao Caos: Implicações Socioambientais a Partir do Rompimento da Barragem de Rejeitos de Fundão nas Comunidades Atingidas de São Mateus no Espírito Santo. Tanto no título do trabalho, quanto no título e subtítulos do capítulo 3, foram utilizados trechos da música “Da Lama ao Caos” composta por Chico Science e apresentada no CD, que leva o mesmo nome da música, da banda Nação Zumbi.

objetivos da pesquisa, partindo sempre dos resultados obtidos para trazer elementos científicos concretos para novas pesquisas mais específicas sobre os temas.

1.6 O CAMPO DA PESQUISA

No dia 05 de novembro de 2015, a tarde, aconteceu na cidade de Mariana, Minas Gerais, o maior crime socioambiental da história do Brasil (BOWKER ASSOCIATES, 2015). O crime foi causado pela mineradora SAMARCO MINERAÇÃO S.A, que pertence as mineradoras VALE e BHP BILLINTON.

A barragem de fundão, que se rompeu, estava localizada a aproximadamente 35 quilômetros do município de Mariana/MG, e a volta dos 125 quilômetros de Belo Horizonte, capital do estado mineiro. Segundo matérias divulgadas pelos veículos de comunicação, aproximadamente 65 milhões de m³ de rejeitos de minério foram lançados a natureza, devastando os lugares por onde a lama se espalhou.

A barragem neste período, passava por um processo de alteamento, que ocorre quando a empresa decide fazer um suspensão em seu dique, ou seja, é uma elevação no aterro de contenção, pois o reservatório já estava no seu ponto limite, não havendo mais espaço para o deposito de mineração, comprometendo as atividades da empresa.

Figura 9 - Destruição causada pela lama.



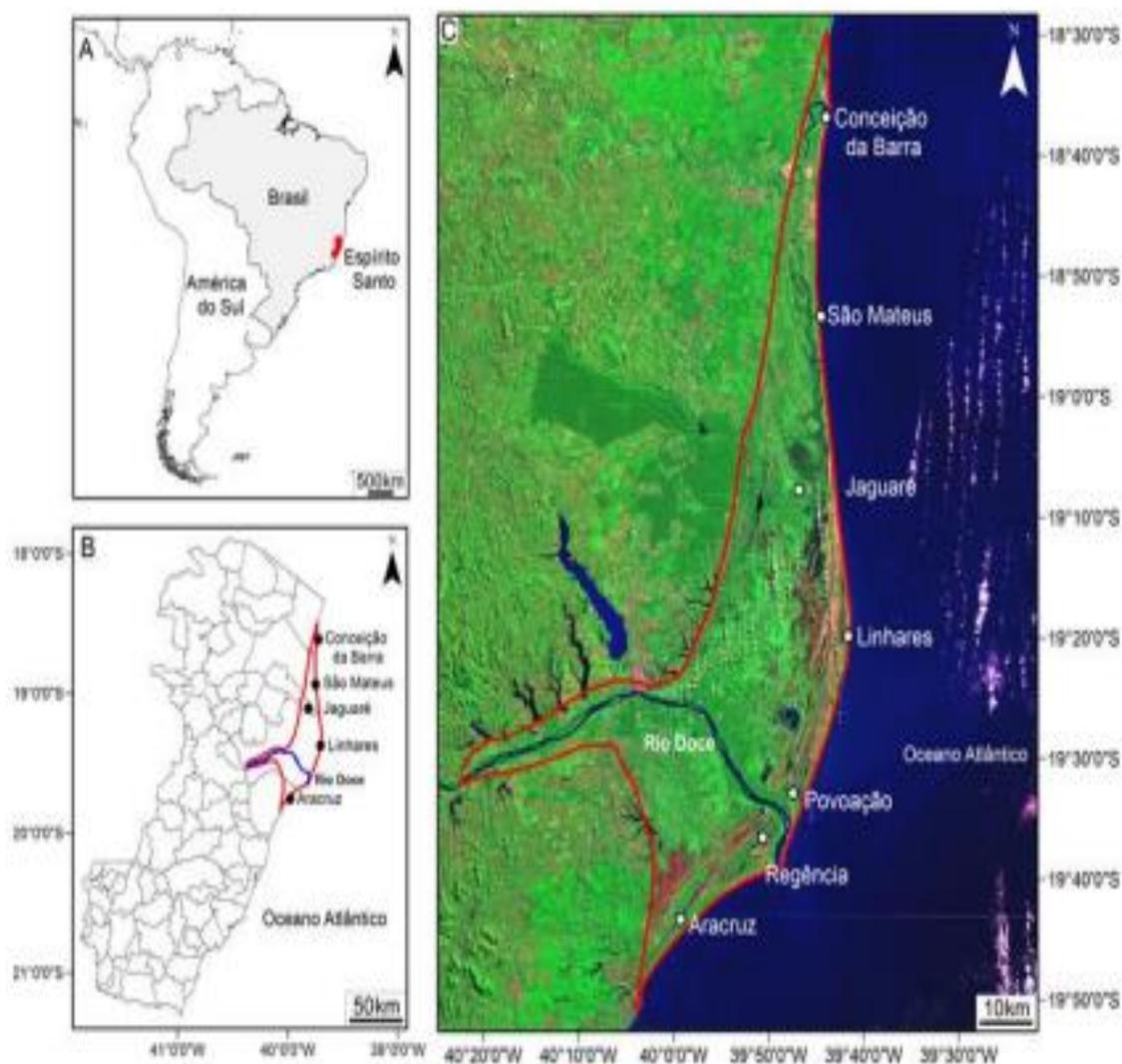
Fonte: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/processos-e-acordos-marcam-30-meses-do-desastre-da-barragem-de-mariana.ghtml>

A catástrofe foi enorme ao decorrer da enxurrada de lama, em que na trilha formada, morreram 19 pessoas, dentre os quais, 15 eram trabalhadores da barragem (1

empregado direto da SAMARCO e outros 14 terceirizados). A lama causou um desastre sem tamanho no estado de Minas, destruiu completamente os distritos de Bento Rodrigues, Paracatu de Cima, Paracatu de Baixo, Gesteira, Ponte do Gama, Rio Doce e Pedras, destruindo também, parte da cidade de Barra Longa.

Durante seus 880 quilômetros de extensão, o Rio Doce, que recebeu todo esse lixo, tem ao longo da sua bacia, mais de 1 milhão de pessoas, que dentre os principais municípios atingidos diretamente estão: Mariana com 54.219, Ipatinga com 239.468, Governadores Valadares com 263.689, Colatina com 122.646, Linhares com 163.662 e São Mateus com 126. 437 habitantes, totalizando apenas nestes: 970.121 habitantes (MAB, 2016).

Mapa 1 - Localização do delta do Rio Doce no Espírito Santo.



Fonte: <http://mtcm21b.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/mtcm21b/2014/03.24.12.33/doc/publicacao.pdf?metadatarpository=&mirror=iconet.com.br/banon/2006/11.26.21.31>

Por onde a lama percorreu, de Mariana/MG até Regência/ES, na foz do Rio Doce, ela destruiu moradias, matou animais, matou pessoas, colocou espécies em extinção e quase zerou a fauna existente no rio. O Rio Doce tem a área de sua bacia, estimada em aproximadamente 83.400 km², com algo próximo de 370 mil nascentes, nos seus 228 (26 Espírito Santo e 202 em Minas Gerais) municípios atingidos pela bacia hidrográfica (MAB,2016).

Figura 10 - Atingidos cobram justiça em Bento Rodrigues.



Fonte: <http://minas.portalbrasilcontemporaneo.com.br/verbete/movimento-dos-atingidos-por-barragens-mab/>

Durante o período que a lama ia descendo a jusante da barragem, diversas pesquisas acerca dos materiais que continham na lama eram elaboradas, e de acordo com pesquisas iniciais divulgadas por pesquisadores, os efeitos da contaminação eram evidentes, apresentando alto teor de metais pesados em sua composição, além da supressão da oxigenação da água, causando mortes de peixes já de imediato (MAB,2016).

Figura 11 - Lama de rejeitos em Gov. Valadares-MG.



Fonte: <https://www.ufmg.br/sbpcnaufmg/patogenia-organizacional-determinou-desastre-de-mariana/>

No Espírito Santo, após o rompimento no dia 05 de novembro, a lama chega na cidade de Baixo Guandu às 17h:20min do dia 16 de novembro, segundo o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) da cidade, e posteriormente, no dia 23 do mesmo mês, ela chega na cidade de Linhares, mais especificamente na comunidade de regênciã, já desembocando no mar capixaba.

Já em meados do mês de dezembro, toda a foz norte e sul do rio Doce no Espírito Santo se encontrava contaminada com rejeitos de minério, afetando toda a biodiversidade na costa capixaba, afetando os mangues, rios e matas ciliares, contaminando toda a fauna e flora da região.

Na cidade de São Mateus, no norte do Espírito Santo, segundo relatos dos atingidos, os impactos dos rejeitos de fundão também foram severos para a vida marinha, onde toda a cadeia de reprodução dos animais do mar foi atingida, em que principalmente os peixes deste nicho foram os mais afetados. Este impacto afetou em demasia a cidade inteira, que tem parte da sua renda concentrada no turismo e no comércio de pescados.

Figura 12 -Rejeito na praia de Barra nova em São Mateus-ES



Fonte: https://www.facebook.com/MardeRejeitos/?epa=SEARCH_BOX

Ao olharmos sob a ótica dos pescadores, vemos que o contexto se agrava ainda mais, visto que segundo os mesmos, eles tiveram seus modos de vida extremamente

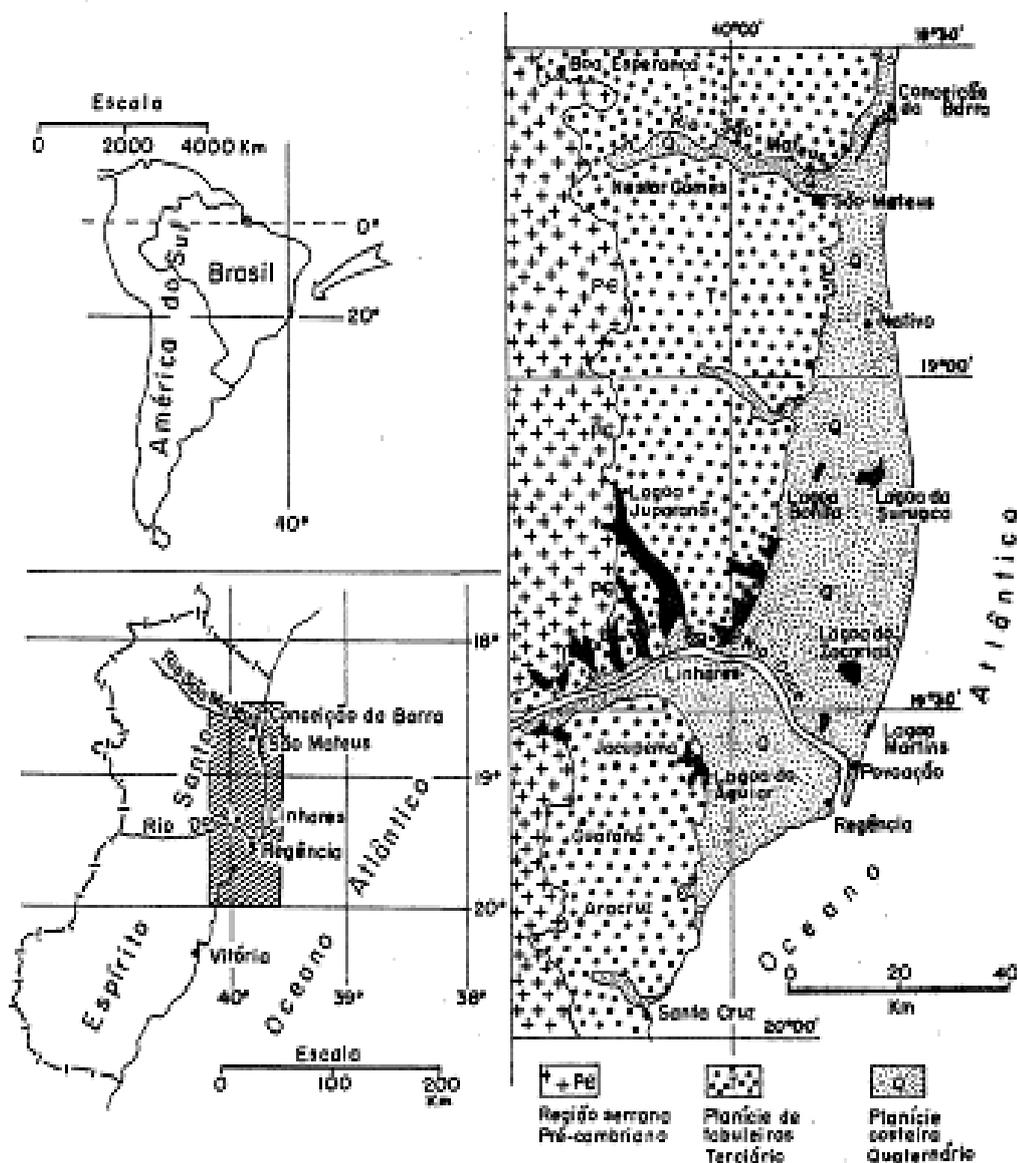
afetados no âmbito do trabalho, devido a queda na renda da renda dos pescados, uma vez que houve a diminuição drástica na quantidade de mariscos e peixes em alto mar, como consequência da péssima qualidade da água que está altamente contaminada.

As comunidades de Barra Nova Sul, São Miguel, Gameleira, Campo Grande, Fazenda Ponta, Urussuquara, Barra Nova Norte, Nativo e Ferrugem, que se situam na região conhecida como nativo de barra nova, são as atingidas em São Mateus/ES, e possuem características fisio-geográficas peculiares, que são caracterizadas por forte influência marinha, apresentando mangues, rios, vegetações de restinga, riachos e lagoas. Esta região, conhecida também como beira mar, situa esta riqueza natural, que também é somada a um número expressivo de fauna e flora, se colocando como um berçário natural rico e de alta biodiversidade.

Como toda área litorânea, apresenta características fisio-geográficas singulares, marcada por diferentes ecossistemas sob uma intensa influência marítima: mangues, vegetação de restinga, rios e riachos, lagoas temporárias, lagoas permanentes, lagunas, restingas e planície de inundação e brejos. São habitats, isto é, berçários naturais que acomodam um número expressivo de fauna e flora. Por ser extremamente de alta biodiversidade, essa região da beira-mar é considerada uma das áreas prioritárias do litoral capixaba para conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade brasileira⁴¹, portanto, de grande importância ecológica (TEIXEIRA, 2010, p. 46).

Toda essa região no litoral sofre bastante influência do Rio Doce, uma vez que sendo parte constituinte de sua bacia, sofreu ao longo de um vasto período histórico, compartimentações geológicas, que são deposição de sedimentos oriundos do Rio Doce, sedimentos fluviomarinhos, que são espalhados ao longo da orla sul e norte do Espírito Santo, estendendo em sua porção norte, até a cidade de Conceição da Barra, como aponta a figura 2 abaixo (SUGUIO, MARTIN & DOMINGUEZ, 1982).

Mapa 2 - Características geomorfológicas da planície quaternária do Rio Doce.



Fonte: https://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_6/b_fdi_35-36/41924.pdf

Neste ambiente natural, historicamente, as comunidades foram se formando ao encontrar meios de manutenção da produção da vida, partindo da utilização do ciclo sociedade-natureza, com manejo altamente sustentável. Ao encontrar condições favoráveis de sobrevivência, essa população desenvolveu um modo de manejo que por décadas manteve as particularidades do litoral, diminuindo, ao ponto que a ocupação urbana alcançava estas áreas (TEIXEIRA, 2010, p.43).

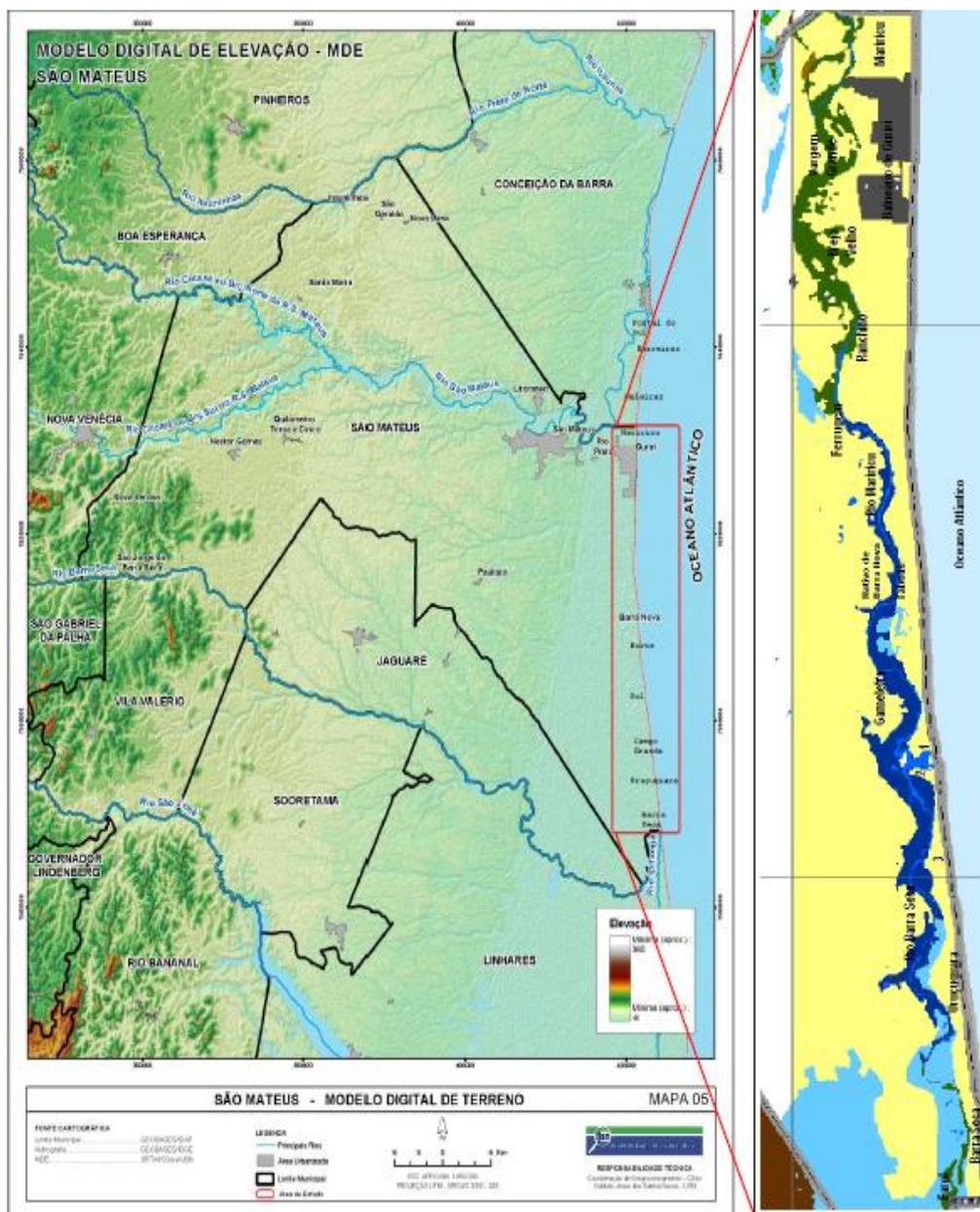
Figura 13 - Peixes mortos no Rio Mariricu em São Mateus-ES



Fonte: https://www.facebook.com/MardeRejeitos/?epa=SEARCH_BOX

Segundo relatos dos moradores locais, a ocupação da área passa por gerações, com baixa densidade populacional e moradias dispersas umas das outras, pois as propriedades eram grandes. A terra ali, devido aos aspectos litorâneos, para a época não tinha muito valor, pois eram impróprias para a produção e tampouco para a urbanização, devido a grande presença de água, e sobretudo água salgada.

Mapa 3 – Mapa de identificação do recorte espacial. Fonte: Arquivos digitais disponíveis em <http://www.ijsn.es.gov.br/mapas-e-geoprocessamento>. Adaptado por Claudinea da Cunha Teixeira.



Fonte: https://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_6/b_fdi_35-36/41924.pdf

Desde o início da ocupação daquela área, as atividades socioeconômicas desenvolvidas, devido a particularidade de ser um campesinato litorâneo eram concentradas na agricultura itinerante, a criação de animais para consumo, a pesca e o extrativismo vegetal. Toda a terra era de uso comum, os rios, mangues, matas e o mar, para que todos pudessem desenvolver seus modos de produção da existência.

Segundo seu Manoel, morador de Campo Grande, a cata do carangueijo, a pesca, a produção de farinha e a criação de porcos, eram as mais antigas e mais comuns das

atividades produtivas desenvolvidas nas comunidades. Na área atingida, posteriormente “na metade do século XX, registra-se o início da comercialização das terras rurais na beira mar, a redução do comércio e a redução da produção agrícola” (Teixeira, 2010 p. 58).

Muito das relações socioambientais desenvolvida ao longo da trajetória histórica da população atingida mateense, se preserva até hoje, em todas as 9 comunidades, as principais atividades socioeconômicas estão voltadas para a pesca, a cata do caranguejo e a produção agrícola. A relação com o meio ambiente e toda a significação dada a ele também mantém elementos firmes numa ocupação do espaço de forma sustentável, na busca pelo equilíbrio entre o sustento adquirido por meio do campo e a sua preservação.

Portanto, estimar ou calcular a dimensão das consequências ambientais e sociais se torna um campo fundamental e vasto de pesquisa, visto que podemos analisar a perspectiva de construção das relações entre homem, sociedade e meio ambiente sob vários aspectos, nunca perdendo de vista uma relação alinhada entre o desenvolvimento saudável e sustentável, visando a soberania das comunidades, levando em consideração os aspectos inerentes as dinâmicas sociais e políticas presentes nesse panorama territorial.

2. FUNDAMENTANDO A COMPREENSÃO DOS CONFLITOS E IMPACTOS DO CRIME

Para tratar da pesquisa dos impactos sofridos em São Mateus no norte do Espírito Santo, é importante que previamente, tenhamos como ponto de partida, alguns autores e considerações, que contribuirão nos conceitos e categorias de análise que vão circundar o presente trabalho, tendo em vista uma boa compreensão dos aspectos a serem estudados, bem como um alinhamento das ideias propostas.

Iniciando a compreensão dos aspectos, é importante dar o primeiro passo a partir do entendimento de que toda a construção das relações sociais e econômicas, pensando a luz da teoria materialista, como esta pesquisa se caracteriza, são frutos do processo de acumulação primitiva das riquezas, da concentração de capital e da (exploração) força de trabalho, em que tudo isso embasa o modo de produção capitalista.

Tal modo, como visto, se alicerça na dominação do processo de produção da existência humana, que tem em seus princípios, o controle do processo de circulação de mercadorias, expropriação da compra e venda de força de trabalho, determinação da construção das relações sociais e sobretudo, a garantia da construção de uma ideologia para a subversão do estado como um ponto neutro na sociedade.

Esse processo de acumulação primitiva, que historicamente constituiu o capitalismo nas bases que temos hoje, passou por diversas (re)organizações, porém, sempre conservando a dominação da estrutura de produção da existência dos povos, bem como desvirtuando o seu real modelo de construção socioambiental. Os processos de escravização, expropriação das terras e apropriação das riquezas corroboram-se enquanto materialidades da acumulação primitiva (BRAUDEL, 2009).

Para tentar entender sistematicamente o crime de Mariana, bem como os impactos na vida dos atingidos e atingidas, necessitamos esmiuçar as principais categorias que este trabalho está ancorado, e como elas dialeticamente se configuram dentro do processo de acumulação de capital. Portanto, é necessário aprofundar na relação de produção do capital, das grandes corporações da mineração, do meio ambiente, do território e dos conflitos socioambientais.

Todos estes aspectos a serem aprofundados neste capítulo, são alguns dos elementos que constituem os processos de produção da vida humana na perspectiva

capitalista, visto que tais aspectos são dialeticamente ligados a acumulação, ao lucro, a mais-valia, a propriedade privada, a exploração da força de trabalho e a apropriação da natureza. Logo, uma visão, no contexto da pesquisa, mais ampla e enraizada acerca de todos estes pontos levantados, bem como as categorias a serem trabalhadas, podem nos dar subsídios para a compreensão histórica dos impactos do crime.

2.1 A PRODUÇÃO DO CAPITAL

A efetivação do processo de construção do capitalismo contemporâneo, passa antes de tudo, pela produção do capital, que tem como fundamento a concentração de riquezas e a exploração da força de trabalho, entretanto, compreender de forma geral o processo de acumulação primitiva do capital, é base fundamental para chegarmos ao modo de produção econômica capitalista estabelecido atualmente.

A partir do ponto de vista que adotamos até agora, é provável, portanto, que o capitalista, alguma vez, se tornou possuidor de dinheiro em virtude de uma acumulação primitiva, independente de trabalho alheio não-pago, e por isso teve acesso ao mercado como comprador de força de trabalho. A mera continuação do processo de produção capitalista, ou a reprodução simples, efetua, contudo, outras estranhas mudanças que não só atingem a parte variável do capital, mas também o capital total (MARX & ENGELS, 2003, p. 379).

Então, já está dado que para compreender o capitalismo, é necessário entender que o ponto crucial para sua materialização está na produção de riquezas (capital) e na exploração do trabalho, contudo, é importante apontar de qual riqueza estamos falando? Qual a natureza desta riqueza citada? Para Marx, basta simplesmente observar a realidade. A riqueza das sociedades nas quais domina os modos de produção capitalista aparece como um imenso acúmulo de mercadorias (MARX, 1990, p.45).

Logo, a partir da crítica econômica construída por Marx, não temos formas para considerar a riqueza propriamente dita como uma riqueza, ou seja, a riqueza não é caracterizada pelo dinheiro e seu valor acumulado, mas pela quantidade de mercadoria a ser transformada em riqueza. Podemos entender melhor colocando:

Em outras palavras, observamos que a riqueza capitalista é um imenso acúmulo de mercadorias; aparece como uma imensa quantidade de mercadorias, Não se trata de uma definição; riqueza capitalista é mercadoria. Trata-se de uma constatação, a partir da simples observação da realidade. (CALCANHOLO, 2011, p.29).

O mesmo autor ainda vai além quanto explica que:

Seria possível, aqui, dizer que riqueza é dinheiro, invés de mercadoria. No entanto, esse simples e sujo pedaço de papel (embora muito complexo e misterioso do ponto de vista teórico) e que constitui pelo dinheiro, só pode ser considerado riqueza por ser capaz de comprar mercadorias; qualquer mercadoria

Entendendo que a centralidade do capital, contida no referido processo de acumulação, está contida na mercadoria, nos apresenta então a própria mercadoria como o elemento fundante do capitalismo, uma vez que se faz necessário se aprofundar também na categorização da mercadoria para entender como funciona a teoria da acumulação primitiva de capital que constitui a base para a implementação e consolidação do sistema capitalista.

A partir dessa premissa, seria muito simplista caracterizar a mercadoria meramente como riqueza, pois a mercadoria não surge por si só, tampouco adentra na lógica da acumulação de forma supérflua, mas sim, pode ser caracterizada pela materialização do exercício do trabalho produzido pelo homem. “A mercadoria é um objeto produzido pelo trabalho humano, que é trocado por seu produto em vez de ser por ele consumido” (LAFARGUE, 2014, p.15).

O valor contido na mercadoria, que caracteriza a toda a sua importância no processo de acumulação, pode ser entendido a partir da ideia da necessidade do seu consumo, uma vez que sua utilidade, a coloca como um elemento central de satisfação, em que essa utilidade, se torna a qualidade indispensável da mercadoria, que a transforma muitas vezes em meio de subsistência.

Se observarmos a mercadoria, nos daremos conta de que ela apresenta duas características que possui dois aspectos imediatamente observáveis. Ela é, antes de mais, um objeto exterior, uma coisa, que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie (CALCANHOLO, 2011, p. 29).

Em todo este processo de produção e transformação da mercadoria em riqueza, que fundamenta a acumulação de capital, base do capitalismo, há um elemento crucial que vai alicerçar todo o processo de produção desta riqueza, e este elemento é o trabalho. Logo, na perspectiva marxista, o trabalho também se coloca como um elemento fundante dentro do sistema, onde o seu exercício gera a produção da mercadoria e conseqüentemente gera a riqueza.

Se agora não olharmos ao valor de uso do corpo das mercadorias, apenas lhes resta uma propriedade, a de produtos de trabalho. No entanto, também o produto de trabalho se nos transformou já na mão.

Se abstrairmos do seu valor de uso, abstraímos também das formas e componentes corpóreas que fazem dele [produto de trabalho] um valor de uso. Ele já não é mesa, casa ou fio ou qualquer outra coisa útil. Todas as suas qualidades sensíveis se apagaram. Ele também já não é o produto de trabalho do marceneiro ou de trabalho de construção ou de trabalho de fiação ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado. Juntamente com o caráter útil dos produtos de trabalho desaparece o caráter útil dos trabalhos neles expostos [dargeselt] e desaparecem, portanto, também as diversas formas concretas desses trabalhos, que já não diferenciam, antes se encontram reduzidas, no seu conjunto, a trabalho humano igual, trabalho humano em abstrato (MARX, 2005 p. 48-49).

Fica evidente que para o processo de acumulação se efetivar, é necessário sobretudo o trabalho, que a partir do seu empreendimento para o processo de produção da riqueza, consegue tornar os meios de produção e subsistência em riqueza propriamente dita, para ser acumulada.

Esse processo configura-se como gênese que estabelece as condições para instauração e consolidação do sistema capitalista. Como ponto básico desse movimento, consolida-se a expropriação dos trabalhadores dos meios de produção, tornando-os vendedores da sua força de trabalho. (ARAUJO, 2018, P. 38).

É importante ressaltar que nesta linha teórica abordada, o trabalho também é entendido sob outros aspectos, como na perspectiva filosófica por exemplo, porém, para dar conta da fundamentação desta dissertação, vamos trabalhar com a categoria trabalho na forma de atividade produtiva, que vai aportar a produção da riqueza para o capitalismo.

A acumulação primitiva, então, antes de tudo, se dá através da exploração do trabalho, mas não somente, uma vez que os meios de produção, quando modificados fazem a transformação da riqueza natural em riqueza material, pelos trabalhadores, sendo acumulada pelos donos dos meios de produção, ou seja, todo o monopólio das condições necessárias para se produzir fica nas mãos dos capitalistas, restando aos trabalhadores somente a condição de venda da força de trabalho. Marx (2005, p. 340) explica:

Mas essa transformação mesma só pode realizar-se em determinadas circunstâncias, que se reduzem ao seguinte: duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias têm de defrontar-se e entrar em contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que se propõem a valorizar a soma-valor que possuem mediante compra de força de trabalho alheia: do outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, vendedores de trabalho. Trabalhadores livres no duplo sentido, porque não pertencem diretamente aos meios de produção, como os escravos, os servos etc., nem os meios de produção lhes pertencem, como, por exemplo, o camponês economicamente

autônomo etc., estando, pelo contrário, livres, soltos e desprovidos deles.

Por conseguinte, diante da explanação de Marx sobre a produção da mercadoria, conseguimos identificar o papel fundamental que os meios de produção têm para o processo de acumulação primitiva, onde, diante de suas falas, podemos caracterizar os meios de produção como todo o conjunto que engloba o processo de transformação da matéria prima em mercadoria, ou seja, é tudo que media o homem e a natureza, no processo de transformação da matéria prima.

A compreensão do capitalismo, que é abordado neste trabalho, parte do princípio desta produção e acumulação primitiva do capital, que se ancora na produção da riqueza pelos trabalhadores, através dos meios de produção, onde então, são colocadas as condições para a consolidação do capitalismo. Ele também aborda esta ideia quando continua o raciocínio:

Com essa polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista. A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista se apóie sobre seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente. Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como “primitivo” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. (Marx, 2005, p.340).

Sendo assim, sabendo que a mercadoria tem como a sua principal qualidade a utilidade, e isso a faz ter valor, podemos então dizer, que a produção da mercadoria se compõe a partir do seu valor de uso. Em síntese, a partir do exercício do trabalho sobre a matéria prima, ela é transformada em algo de valor, um valor que é determinado pela utilidade da mercadoria somado ao trabalho realizado sobre ela.

Com a mesma ideia, Marx diz que “Dinheiro e mercadoria, desde o princípio, são tão pouco capital quanto os meios de produção e de subsistência, eles requerem sua transformação em capital (Marx, 2005, p.340)”. Caminhando a luz desta ideia, Lafargue (2014, p.130) diz que:

O processo extingue-se no produto, isto é, num valor de uso, numa matéria natural adaptada as necessidades humanas por uma mudança de forma. Incorporando-se com seu objeto, o trabalho foi materializado, e a matéria foi trabalhada. O que era movimento, no trabalhador, aparece, agora, no produto, como uma propriedade em repouso. O operário teceu e o produto é um tecido.

A partir da teoria marxista, temos então a compreensão de que para a afirmação do capitalismo, em seu processo histórico, foi constituído um processo de acumulação primitiva, que é fundamentada na dialética entre trabalho, meio de produção, mercadoria e riqueza.

Esse processo, que marcou uma fase anterior ao capitalismo, nos dá elementos que constituem uma violação dos direitos dos trabalhadores, com o objetivo da apropriação da riqueza historicamente produzida. Bercovici aponta que:

A acumulação primitiva (ursprüngliche Akkumulation) de capital é o processo que marcou os primórdios do capitalismo, envolvendo fraudes, roubos e todo tipo de violência. Trata-se de uma “acumulação por espoliação”, em que se aliam o poder do dinheiro e o poder do Estado, seja diretamente, por conivência ou por omissão. (BERCOVICI, 2018, p.1).

Como visto, temos os meios de produção de capital, que somados ao trabalho, produzem a riqueza, assim sendo, o substrato mineral encontrado na natureza, também foi parte do processo de acumulação na sociedade capitalista, uma vez que a ressignificação do valor destes elementos, diametralmente oposto a condição da existência humana, fazem com que o minério extraído seja transformado em mercadoria, e conseqüentemente em capital, como visto na introdução. O movimento de controle metabólico do capital transforma toda a realidade que o precede, potencializando-a para a acumulação de capitais (SMITH, 1988).

Capturada pelo movimento de circulação-valorização do capital, o substrato mineral torna-se mercadoria cujo valor é quantificado pelo quantum de horas de trabalho socialmente necessário. Na particularidade do petróleo e do calcário, formados incondicionalmente pelo acúmulo de microrganismos e/ou algas marinhas, a matéria que antes era a condição de existência/vida torna-se mercadoria, objeto de consumo, descartada, evaporável. (ARAUJO, 2018, p. 21)

Ao ponto que o capital é produzido em seu processo de utilização dos elementos naturais, onde são ressignificados, é importante evidenciar que toda a apropriação de tais recursos, como o minério, são tomados enquanto propriedades particulares, em detrimento do suprimento das necessidades humanas, constituindo agora exclusivamente forma de valor, deixam de ser disponibilizados gratuitamente para a população, como

meio de subsistência, e passa a ser reserva de riqueza, a ser explorada particularmente com intuito do lucro.

Então, ao tratar de capitalismo como uma categoria de análise que sustenta esta pesquisa, é fundamental que tenhamos como base, a exploração de minério não de forma singular no processo de acumulação, mas assim como na exploração do trabalho, se coloca como um eixo que se insere na engrenagem maior da composição deste sistema econômico, como um dos meios de produção, que transforma as condições de produção da vida em mercadoria, “coisificando-as”, transformando tudo em lucro através das cadeias de produção, para a produção do capital.

2.2 A CONSTITUIÇÃO DOS GRANDES IMPÉRIOS DO CAPITAL

Discutir sobre a produção do capital, especialmente em sua materialidade de origem, nos proporciona elementos concretos para entender o processo de fundamentação do capitalismo, já que, em sua plenitude, vimos que ele necessita da acumulação de riqueza para necessariamente se caracterizar como tal, e isso nos leva a uma incógnita, pois quando foi apontado a produção de capital, não se revela então quem de fato fica com toda esta riqueza historicamente produzida pelos trabalhadores.

Ao identificar que, para o processo de produção e acumulação de capital, é necessário antes de tudo, a produção da mercadoria através da força de trabalho empregada nos meios de produção, percebemos que falta uma peça na engrenagem do capitalismo que construímos, que podemos chama-la de “o capitalista”.

Podemos compreender a engrenagem no trecho:

Marx afirma que esse processo ocorre em três estágios. O primeiro estágio corresponde ao momento em que o capitalista aparece no mercado como comprador de mercadorias e trabalho, dessa forma, seu capital sofre uma metamorfose, passando da forma capital monetário (D) para a forma mercadoria (M), corporificada na aquisição, apropriação e controle dos meios de produção e da força de trabalho. No segundo estágio há uma irrupção no processo de circulação, pois nessa fase o capital concentra suas forças no processo produtivo (P). As mercadorias adquiridas no estágio anterior matérias primas, matérias auxiliares, força de trabalho - metamorfoseiam-se em capital constante e capital variável, sendo consumidas de forma produtiva e resultando em um produto-mercadoria com mais valor do que os elementos constituintes da produção - (M''). O terceiro estágio corresponde ao momento da retomada do processo de circulação, o capitalista retorna ao mercado, mas agora com a função de vendedor, pois necessita realizar a conversão do seu capital da forma produto-mercadoria (M'') para a forma dinheiro (D'') (ARAUJO, 2018, p. 125).

Embora tenhamos entendido a acumulação primitiva através da apropriação do trabalho e dos meios de produção, conforme citado, toda essa apropriação não foi de forma pacífica ou voluntária, mas através do uso da força, produzindo regimes de servidão e escravistas para a produção e acumulação do capital.

Nas sociedades escravistas e feudais as classes superiores tinham que ter um controle legal sobre a massa da população trabalhadora. Caso contrário, aqueles que serviam o senhor feudal ou para o proprietário de escravos teriam fugido, deixando a classe privilegiada sem ninguém para trabalhar para ela (HARMAN, 1995, p.1).

Durante o período da acumulação primitiva (pré-capitalismo), no campo, os senhores feudais mantinham o controle dos servos, para que ali eles produzissem em troca de comida e o “direito” de exercer o seu trabalho sobre a terra.

A acumulação primitiva, que se prolongou até ao próprio século XIX, fundiu-se com a acumulação capitalista. A acumulação primitiva significou a separação (pela força) do produtor directo (do camponês ou artífice) dos seus meios de produção; a acumulação capitalista significa a transformação de uma parte da mais-valia em capital (ROTH, 1976, p.1).

Harman (1995) afirma que “Um senhor feudal vivia directamente dos produtos agrícolas que era capaz de obter forçando os servos a produzirem nas suas terras. Ele usava o seu poder pessoal para obrigá-los a fazer isso, sem ter que lhes pagar”.

Ao mesmo tempo, na cidade, parte da burguesia, que adquiriram tal status com a apropriação, começam a montar oficinas de tecelagem cada vez maiores, que com o avanço tecnológico, aumentavam a produção ao mesmo tempo que reduziam a necessidade de trabalhadores. O mesmo autor explica esta fase quando diz que:

Grupos de artesãos e comerciantes começaram a se estabelecer nas cidades, não estando ao serviço de algum senhor feudal como era o caso para o resto da população, mas trocando os seus produtos com diferentes senhores e servos por alimentos. Cada vez mais começaram a utilizar metais preciosos como forma de medir esses intercâmbios. Logo, cada intercâmbio foi uma oportunidade para recuperar um pouco mais do metal precioso, e obter algum lucro. (HARMAN, 1995, p.1)

Imediatamente, conseguimos observar que a acumulação primitiva, ocorria tanto nas cidades quanto no campo, uma vez que, conforme o que foi dialogado com os autores, o que determina a acumulação é a exploração do trabalho e dos meios de produção pelos capitalistas, que são os que detêm tais condições de apropriação, que se consolidam então na transformação do feudalismo em capitalismo.

A caracterização deste processo então pode ser explicada quando ocorre:

A designação científica deste processo conduzido com tamanha crueldade é acumulação primitiva. Entendemos por ela o processo pelo qual os produtores directos foram violentamente privados dos seus meios de produção e transformados em assalariados que, para poderem viver, eram obrigados a vender a sua força de trabalho (ROTH, 1976, p.35).

Todo o processo de acumulação primitiva, constitui as bases para o capitalismo, que então consolidam os capitalistas como provedores das condições e relações a serem estabelecidas neste sistema, já que sob seus domínios, estão todas as condições da produção da mercadoria e das relações do mercado, culminando na acumulação do capital produzido.

Agora, no capitalismo, os capitalistas, por obterem todas as condições para a produção da existência humana, não mais precisam possuir o trabalhador, como um objeto de produção, como ocorre no escravismo, mas sim, podem comprar a força de trabalho dos trabalhadores, como uma mercadoria, pois esta é a única alternativa que resta ao trabalhador, que não tem condições e nem os meios de manter a vida.

Calcanholo (2011) vai discutir este processo quando afirma que:

Em uma sociedade capitalista, para Marx, o único bem que o trabalhador possui, pelo fato de não ser proprietário de meios de produção, é a sua força de trabalho, a sua capacidade de trabalhar, sendo por isso que o trabalhador é obrigado a vendê-la ao capital. Ao contrário da sociedade pré-capitalista, como o feudalismo e a escravidão, no capitalismo o trabalhador entrega sua capacidade de trabalhar por um tempo determinado através de um contrato de trabalho (CALCANHOLO, 2011, p.148).

Com o capitalismo, percebemos que a centralidade do processo de produção da riqueza, assim como em sistemas anteriores, fica baseado na acumulação de capital, onde os capitalistas, mesmo com novas bases, mantem todo o seu sistema monopólio da produção.

Entendemos melhor o papel central do capitalista no trecho:

Estas condições de existência da produção capitalista consistem:

1. Na acumulação de dinheiro e riquezas nas mãos de uns poucos, como pressuposto para a criação de empresas industriais;
2. No facto de haver homens que não possuem quaisquer meios de produção e que são livres como pessoas (isto é, não são servos) e que, dadas estas condições, são obrigados, para poderem sobreviver, a trabalhar para um empresário a troco de «salário e pão» (ROTH, 1976, P.68).

Neste sentido, as condições criadas no capitalismo, são pensadamente para que o capitalista consiga ter cada vez mais domínio sobre as condições para produzir e acumular riqueza, obtendo a expansão do sistema, já que ao tempo que aumenta a acumulação, o capitalista consegue aumentar o seu domínio sobre os meios de produção e sobre os trabalhadores, monopolizando todo o processo de produção da existência humana.

Sob a insígnia do capital, a sociedade é movida por um eterno movimento de apropriação do maisvalor garantida pela produção do trabalho abstrato, assim, não se produz de acordo com o suprimento das necessidades humanas, mas conforme as determinações que emanam do capital e engendram sua contínua autoexpansão sociometabólica. Com efeito, a tendência à contínua expansão do vórtice do capital, implica em capturar novos mercados, novos nichos de mercados, outrossim, ampliar a esfera da circulação do capital (ARAÚJO, 2018, p. 126)

Logo, a produção de mercadoria e a exploração dos capitalistas ganhavam proporções enormes, pois eles avançavam nas técnicas de produção mercadorias de forma mais veloz com o surgimento das máquinas, ao passo que diminuía os custos da produção, aumentando assim as margens de lucro. Tal avanço, retirava o papel dos artesãos e manufactureiros, por que agora as divisões em cadeias de produção aumentavam a produtividade e reduzia custos, retirando-os da concorrência e os subjugando a lógica capitalista, vendendo a força de trabalho para os capitalistas, que desta forma, ampliavam seus domínios cada vez mais.

Os seus proprietários procuravam, por isso, novos meios para produzir mais mercadorias mais depressa e mais baratas (e para, deste modo, obterem maiores lucros). Mas o processo de trabalho, tal como existia no seio da manufatura, não comportava uma maior divisão. A necessidade de fio para as oficinas de tecelagem tornou-se particularmente urgente. Para fiar a quantidade de fio que um tecelão era capaz de utilizar no seu tear era preciso o trabalho de oito a dez fiandeiras (...) Os operários artesanais e os produtores individuais de mercadorias foram desalojados de uma posição após outra pelo avanço vitorioso da maquinaria e transformados em operários assalariados. O avanço vitorioso da maquinaria transformou-se, assim, no avanço vitorioso do capitalismo. (ROTH, 1976, P.92.

A expansão capitalista foi inevitável, a tecnologia avançava, as oficinas de produção passam a ser fábricas, condicionando as criações das cidades de produção, gerando aumento na produção de capital a medida que o império capitalista ia se consolidando. Na continuação do texto vemos que:

Todas as máquinas redobraram de importância com a máquina a vapor de James Watt, inventada por volta de 1764 e utilizada desde 1785 como meio motriz de máquinas de fiação. Esta nova força motriz, segura e poderosa, trabalhava, ao contrário da força hidráulica, em

qualquer estação do ano, em qualquer local. Com o desenvolvimento da máquina a vapor, tornou-se possível, por meio da utilização de correias de transmissão, como elos de ligação entre a máquina motriz e as outras, o funcionamento simultâneo de várias máquinas de fiar e de vários teares. Com a deslocação das fábricas para as proximidades das minas de carvão, pequenas aldeias transformaram-se em grandes cidades industriais. Por toda a parte onde havia minas de carvão rendosas surgiram novas fabricas e grandes cidades industriais. Pareciam nascer do solo como cogumelos depois da chuva (ROTH, 1976, p.93).

Portanto, este crescimento industrial que um pouco mais tarde, viria a se chamar “revolução industrial”, perdura virando séculos, enquanto consolidava o capitalismo, colocando na mão dos capitalistas o monopólio de quase todos os meios de produção do mundo, formando verdadeiros impérios industriais, que movimentavam a produção das mercadorias.

Os trabalhadores por sua vez, ao tempo que ficavam “livres” necessitavam ir vendendo sua força de trabalho para os capitalistas nas industrias para não morrerem de fome. Harman elucida este raciocínio quando diz que:

Levou séculos os capitalistas construir o seu total monopólio sobre os meios de produção. Na Inglaterra, por exemplo, os parlamentos dos séculos XVII e XVIII tiveram primeiro que aprovar uma sucessão de leis chamadas “Leis de Cercamento” (Enclosure Acts), que separaram os camponeses dos seus próprios meios de produção, a terra que cultivaram por séculos. A terra tornou-se propriedade de uma parte da classe capitalista e a massa rural foi forçada a vender o seu trabalho para os capitalistas ou morrer de fome. Uma vez que o capitalismo foi capaz de monopolizar os meios de produção, pôde dar ao luxo de permitir à massa do povo uma aparência de liberdade e igualdade de direitos políticos com os capitalistas. Já que, qualquer que seja a “liberdade” que tenham os trabalhadores, devem sempre trabalhar para viver. (HARMAN, 1995, p.1).

Todo esse avanço na produção capitalista, que nos primórdios inicia com o setor têxtil, agora, diante da expansão no mercado como um todo, começam a expandir diversos setores produtivos, uma vez que que, como a revolução industrial, o ponto chave não foi a produção em si, mas a mudança na forma de produzir, que proporcionava maiores lucros.

A ganância do lucro dos proprietários privados capitalistas dos meios de produção tornou-se o motivo principal e, deste modo, a principal força motora de ulteriores transformações técnicas e tecnológicas. O único objectivo da produção do capitalismo é o lucro, não o lucro em geral, mas o lucro elevado, o maior lucro (HARMAN, 1995, p.1)..

Todo este processo revolucionário proporcionou avanços também na circulação das mercadorias, com a construção de pontes, estradas e formas de transporte de

mercadorias, como o surgimento dos trens de ferro a vapor. O desenvolvimento capitalista dá para ser visto no trecho:

Foi a máquina a vapor que deu importância aos grandes jazigos de carvão da Inglaterra. Sem carvão não poderia ter havido uma indústria siderúrgica moderna. A indústria siderúrgica moderna é, por seu turno, a chave técnica não apenas do fabrico de máquinas, mas de toda a grande indústria. Ainda no século XVIII se utilizava carvão de madeira para fundir o ferro. A escassez da madeira e a grande procura do ferro levaram à descoberta da destilação da hulha que permite obter o coque. Esta descoberta conduziu a um novo e rápido incremento da indústria siderúrgica. Em 1740 conseguiu-se pela primeira vez, em Inglaterra, vaziar aço líquido para dentro de moldes e, deste modo, obter aquilo a que se chama aço fundido. A construção das máquinas aperfeiçoadas e complexas de que a indústria têxtil carecia teria sido completamente impossível sem uma indústria siderúrgica moderna, tal como a construção de máquinas a vapor, que tinham de ser robustas e seguras para servirem de fonte de força motriz na indústria, e tal como a construção de pontes de ferro, de barcos e locomotivas de ferro (ROTH, 1976, p.1).

Ao passo que era aumentada a circulação das mercadorias, aumentava também a obtenção da matéria prima, que, assim como a circulação, se constituiu como um elemento central na acumulação capitalista, como podemos ver no trecho onde o mesmo autor da prosseguimento ao raciocínio:

O consumo da lã, que aumentara repentinamente, provocou uma expansão enorme da criação de ovelhas. Como exemplo do método dominante, no século XIX, para a expansão da criação de ovelhas, refiram-se aqui as «clareiras» da duquesa de Sutherland. «Clareira» é a expressão escolhida por esta mulher verdadeiramente esperta para designar a expulsão da população rural dos seus domicílios. No espaço de seis anos (1814-1820) transformou todo o condado numa área de pastagem para ovelhas, e expulsou 15 000 habitantes. Todas as aldeias foram destruídas e queimadas, e todos os campos transformados em pastagens. Os desalojados foram absorvidos como operários assalariados pela indústria, que crescia rapidamente. A importação crescente de linho e seda e a invasão dos mercados estrangeiros provocou um aumento da frota inglesa, que, por seu lado, para ter a tonelagem necessária, se tornou um grande cliente de muito dos ramos da indústria em desenvolvimento. O programa de construção naval levou também à criação de novos ramos da indústria.

Na agricultura o cenário não foi diferente, a concentração de terras e a utilização da terra como objeto de acumulação também iam se materializando, consolidando uma nova forma de produção agrícola em evidencia.

Também na lavoura houve transformações, graças a uma cultura mais intensiva do solo. A modificação, surgida em finais do século XVIII com a introdução da cultura do nabo e da beterraba, quase se assemelhou a uma revolução. (3) A terra foi trabalhada de modo a produzir uma cultura anual. Deixou de ser necessário, como até então,

deixá-la improdutivo de 2 em 2 ou de 3 em 3 anos. Para isto contribuiu essencialmente o desenvolvimento da produção industrial de adubos. O aumento directo da produtividade da terra possibilitou um crescimento rápido do número de rezes, o que, por seu turno, permitiu dispor de mais adubo orgânico. A importação e o cultivo generalizado da batata e a mecanização de determinados trabalhos agrícolas trouxeram grande incremento à agricultura. A charrua pesada, a drenagem de pântanos, a introdução de máquinas de joeirar e debulhar, etc., tudo isto se tornou possível com o desenvolvimento da indústria e com o desenvolvimento da técnica agrícola que lhe está associada. Estes factores favoreceram grandemente o desenvolvimento do capitalismo na agricultura(...)Nestas condições novas desenvolveu-se, pela primeira vez na história, um mercado mundial, constituído por um conjunto de países principalmente ou exclusivamente agrícolas, agrupados em torno de um grande centro industrial: a Inglaterra (ROTH, 1976, p.102).

Com o desenvolvimento a todo vapor, a Inglaterra se consolidava como o seio da produção industrial da época, se apresentando como o eixo principal da produção, consumo e circulação de mercadorias, fazendo também entrar em destaque as contradições presentes no sistema de exploração. Entendemos melhor a seguir:

A Inglaterra consumia a maior parte das matérias-primas destes países e fornecia-lhes, em contrapartida, mercadorias industriais. Isto processou-se predominantemente na base da troca de mercadorias de valor desigual, ou seja, os capitalistas ingleses determinavam tanto os preços das matérias-primas como os preços das suas mercadorias industriais. Estavam, pois, desde o início empenhados, para satisfazerem os seus interesses de lucro, em que o desnível entre os preços baixos das matérias-primas e os preços elevados das mercadorias industriais fosse o maior possível. Não admira, portanto, que o progresso industrial da Inglaterra, assente na propriedade privada dos meios de produção e subordinado à valorização máxima do capital, representasse ao mesmo tempo a base para o desenvolvimento do bárbaro sistema colonial capitalista, do qual os povos só após a Revolução de Outubro, na época da transição do capitalismo ao socialismo, ficaram em condições de se libertar. (...)Este turbilhão do movimento geral do mundo arrastou tudo consigo, com a força de um processo histórico-natural, e não pela vontade subjectiva de alguns indivíduos. A vontade subjectiva dos capitalistas como classe apenas acelerou o turbilhão do movimento geral, avivou-o e deu-lhe traços plenamente capitalistas (ROTH, 1976, p.1).

Com o avanço e solidificação do capitalismo, os capitalistas conseguiram já conseguirem construir verdadeiros impérios de produção, monopolizando boa parte dos setores fundamentais para a existência humana, ampliando cada vez mais o processo de acumulação de capital. Harman mostra que:

O capitalismo é baseado na propriedade desses meios de produção por uma minoria. Na Inglaterra de hoje, por exemplo, um por cento da população detém 84% das ações e participações na indústria. Nas suas mãos está concentrado o controle efetivo sobre a grande maioria dos meios de produção - as máquinas, as fábricas, os campos petrolíferos e

as melhores terras agrícolas. A massa da população só pode sobreviver se o capitalista lhe permitir trabalhar com os seus meios de produção. Isto dá aos capitalistas um imenso poder para explorar o trabalho das outras pessoas – ainda que sob a lei “todos os homens são iguais” (HARMAN, 1995, p.1).

Conforme discutimos anteriormente, para a acumulação primitiva, a produção de minério, caracterizava uns destes setores estratégicos, ao qual, também integrava o conglomerado de setores dominados pelos capitalistas, para extração de riquezas e ganho de capital. E o Brasil foi peça fundamental neste período da extração de minério pelos capitalistas, que iniciaram explorando minério de ferro por aqui, para manutenção das indústrias no velho continente.

Os intérpretes brasileiros desse debate ecoam praticamente em uníssono a grande desconfiança com relação aos interesses estrangeiros que os contemporâneos alardeavam e que se concentrou sobretudo na famosa empresa inglesa Itabira Iron Ore Co. e na figura do empresário norteamericano que esteve à sua frente nas décadas de 1920 e 1930, Percival Farquhar. O interesse estrangeiro, no caso o dos países grandes produtores siderúrgicos, dessa perspectiva, é tipicamente retratado como apenas importar o minério de ferro brasileiro para abastecer a sua própria produção – ou adquiri-lo e entesourá-lo para importação futura – e um desinteresse em promover a produção siderúrgica no Brasil, quando não um interesse ativo em impedi-la (BARROS, 2018, P. 2).

Na busca pela compreensão da produção de capital na sociedade contemporânea, necessitamos, de antemão, conhecer os aspectos históricos que levaram ao desenvolvimento das chamadas grandes empresas, que se caracterizam pelo domínio dos meios de produção, geração de riqueza e pela compra em massa de força de trabalho dos trabalhadores.

Ainda na mineração, dentro do capitalismo, foco de nossa pesquisa, como protagonistas do crime de Mariana/MG, temos 2 das maiores empresas de mineração do mundo, VALE e BHP Bilinton, que juntas, detêm a posse da mineradora SAMARCO S.A. A VALE de 1997 a 2018, segundo matéria divulgada pela FUP (Federação única dos petroleiros), saltou de um lucro anual líquido de 756 milhões de reais para 17,6 bilhões de reais. A BHP mostra números ainda maiores, sendo que no ano de 2018, no 1º semestre, segundo dados veiculados pelo portal globo.com, ela aumentou em 25% seu lucro líquido, batendo a casa dos 7 bilhões de dólares.

Por sua vez, A SAMARCO, responsável direta pelo crime, em 2014, ano anterior ao desastre, lucrou em torno de 7,6 bilhões de reais, tendo aumento de 15,4% na produção

média anual, que chegou a casa das 25 milhões de toneladas de minério explorado em solo nacional, segundo dados do portal em.com.br.

Portanto, para entender o contexto do crime, bem como dos criminosos, é de extrema importância entender também, o contexto que a mineração se materializou no processo de consolidação do capitalismo, condicionando a produção de riquezas pelas grandes corporações capitalistas da mineração, produzindo e acumulando capital, girando assim a engrenagem perversa do capitalismo.

2.3 TERRITÓRIOS NATURAIS E A RIQUEZA

Perante diálogos traçados neste trabalho, conseguimos construir as relações de produção da sociedade, nos aprofundando um pouco acerca da produção de capital pelos capitalistas, assim como suas formas de manutenção do poder. Fincados nesta ideia, conseguimos perceber o papel chave do meio ambiente através de seus recursos naturais, que através do trabalho humano exercido sobre ele, produz a riqueza.

Partindo deste pensamento, através da relação trabalho e natureza, chegamos a produção da mercadoria, que podemos entendê-la como a mercantilização da mercadoria, por meio da necessidade da manutenção da utilização humana, ou seja, a natureza é parte das relações socioeconômicas estabelecidas, uma vez que através de sua modificação, são sanadas as necessidades humanas.

(...) é, antes de mais nada, um objeto, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for sua natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia. Não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção (MARX, 2006, p. 57).

Contudo, esta fala de Marx, também pode nos colocar em um outro ponto de análise, que aqui, não pensa a natureza para a produção da existência humana a partir da sua comercialização, como nas relações capitalistas, mas sim, que a própria interação entre indivíduo e natureza, compõe a própria natureza, e ao passo que ele a modificou para produzir sua existência, reciprocamente foi modificado. Ele explica que:

O sujeito trabalhador é um indivíduo natural, um ser natural, da mesma forma a primeira condição objetiva de seu trabalho aparece como a natureza, a terra, como um corpo inorgânico. O próprio indivíduo não é apenas o corpo orgânico, mas, ainda, esta natureza inorgânica como sujeito. Esta condição não é algo que ele tenha produzido, mas algo que encontrou ao seu alcance, algo existente na natureza e que ele pressupõe (MARX, 1986, p. 81).

Então, podemos tirar como ideia, a partir destas colocações, que o trabalho exercido pelo homem na natureza, contribuiu para que ele obtivesse condições de produzir sua existência, evoluindo como ser, logo, percebemos então, que o trabalho em si não gera acumulação de capital, mas sim, que a sua apropriação pelos capitalistas junto a apropriação dos territórios naturais, fazem funcionar o capitalismo.

o que exige explicação não é a unidade dos seres humanos vivos e ativos com as condições naturais e inorgânicas de seu metabolismo com a natureza e, portanto sua apropriação da natureza; nem isto é o resultado de um processo histórico. O que tem de ser explicado é a separação entre essas condições inorgânicas de existência humana e a existência ativa, uma separação somente completada, plenamente, na relação entre trabalho assalariado e capital. (MARX, 1986, p.82).

Configura-se então, o processo de que a existência humana se constitui, sobretudo, a partir de sua relação com a natureza, seja ela de forma capitalizada, como na produção de mercadorias para o mercado, ou de forma natural, com a utilização para sobrevivência. Vejamos que nos dois casos, há a utilização da natureza para manutenção da vida, tanto no suprimento das necessidades por meio do comércio de mercadorias que são baseadas em uma demanda, como na utilização da natureza como manutenção da vida, onde as necessidades são supridas através da interação direta, tendo os recursos naturais, tanto valor quanto nas mercadorias, porém, não há a comercialização de tais recursos.

Dando luz a esta discussão, Bernadelli (2010) afirma que:

Em A Ideologia Alemã (1984), Marx e Engels esclarecem que é na produção que as relações dos agentes sociais entre si e com a natureza são fundadas, ou seja, na atividade da produção os homens não só atuam sobre a natureza, mas também sobre os outros homens. Para os autores, a produção da vida material torna-se o elemento fundamental de toda história, sem a base material não há existência humana, é necessário que as necessidades básicas sejam supridas para que haja sobrevivência física e social dos seres humanos (BERNADELLI, 2010, p.16).

Por conseguinte, tais ideias trabalhadas até aqui, nos dão subsídios para entender que o meio ambiente, não é primariamente, visto como reserva de capital, mas que, com o advento do capitalismo, temos também a subversão do objetivo de exploração da natureza, que agora, tem o intuito de produzir capital, deixando de ser uma riqueza natural, ao qual o os indivíduos fazem parte, e através dela, constroem sua existência.

Na efetividade da construção da vida, relacionando-se com e na natureza, o ser humano dá a ela um significado único, não capitalizável, com alto valor de uso, e

construindo suas relações a partir desta interação primária com o território. De encontro a este pensamento, temos o seguimento:

O que é a riqueza, despida de sua estreita forma burguês, senão totalidade das necessidades, capacidades, prazeres, potencialidades produtoras, etc., dos indivíduos, adquiridas no intercâmbio universal? O que é, senão o pleno desenvolvimento do controle humano sobre as forças naturais – tanto as suas próprias quanto as da chamada natureza? (MARX, 1986, p.80)

Nesta concepção de utilização do espaço natural² como meio de produção da vida, tal produção, não se caracteriza somente em exercer o trabalho de automanutenção, mas também, é neste lugar que se realiza e materializa todas as relações socioambientais dos indivíduos. Sendo assim, agora, este lugar na natureza passa a caracterizar um território, não no sentido da propriedade privada, mas apresentando as várias relações sociais existentes neste espaço. Território tem o caráter da execução do trabalho, onde o homem reside, onde ele desenvolve suas relações sociais, o lugar onde ele constrói a vida (SANTOS, 1996).

Logo, o espaço natural se constitui como território, pois assim toma forma de uma fração deste, que possui agora, uma conformação política, uma vez que as relações estabelecidas, lhe dá uma ressignificação.

Os territórios são formados no espaço geográfico a partir de diferentes relações sociais. O território é uma fração do espaço geográfico e ou de outros espaços materiais ou imateriais. Entretanto é importante lembrar que o território é um espaço geográfico, assim como a região e o lugar, e possui as qualidades composicionais e completivas dos espaços (FERNANDES, 2015, p.2).

Por isso, que o a utilização do meio natural, caracterizada como território, se apresenta também, como uma categoria importante para a análise deste trabalho, visto que a partir do território, as populações apresentam uma caracterização que vai determinar as relações construídas historicamente.

As relações sociais e os territórios devem ser analisados em suas completividades. Neste sentido, os territórios são espaços geográficos e políticos, onde os sujeitos sociais executam seus projetos de vida para o desenvolvimento (FERNANDES, p.2).

² Neste caso, o termo “Espaço Natural” tenta trazer a ideia de lugar, não sendo utilizado enquanto a categoria de análise Espaço.

Pausando a perspectiva da geografia crítica, e entrando brevemente no campo da antropologia, o conceito de território utilizado, complementa a ideia que apresentamos quando aborda:

O território, ocupado durante gerações, não é definido somente pela extensão territorial e os recursos naturais existentes nele, mas também pelos símbolos que representam a ocupação por longa data(...) entre esses símbolos, os rios, riachos, lagos, córregos, poços (para as populações litorâneas a praia e o mar) desempenham um papel fundamental para produção e reprodução social e simbólica dos modos de vida(...) (DIEGUES,2005, p.1)

Adiante nesta discussão, podemos compreender, que a dimensão da constituição do espaço enquanto território, que se estabelece, em virtude destas relações homem-natureza, e os outros elementos que se apresentam neste conceito, caracterizam também, a ideia de territorialidade a ser trabalhada no texto, uma vez que ela é elemento fundante das relações do homem em sua coletividade e do homem e a natureza.

Na construção das características da territorialidade, podemos enxergá-la como o cotidiano de múltiplas interações construídas com e em seu território, que fundamenta um sentimento de pertencimento ao lugar coletivo, próprio de sua comunidade, tendo aquele lugar como seu espaço de vida, que podem reunir alguns elementos sociais como regras estabelecidas entre eles, saberes construídos, acordos com base na oralidade e etc. Silva (2006) esmiúça esta ideia quando esclarece que:

[...] a territorialidade/ territorialização ocorre quando determinado indivíduo ou grupo de indivíduos tomam para si uma dada parcela do espaço, imprimindo poder ou a noção de posse daquele espaço delimitado abstratamente (delimitações mentais), ou concretamente (delimitações concretas, exemplo; muros, cercas etc.) (SILVA, 2006, p. 62).

Ainda nesta compreensão acerca da constituição dos territórios, assim como de suas territorialidades, Silva (2006) continua sua análise apontando:

[...] um espaço natural ou humanizado, onde ocorre uma delimitação qualquer, com um uso ou múltiplos usos que implicam uma manifestação de Poder, gerando ou não conflitos entre os personagens que vivem ou que se apropriam subjetivamente e efetivamente deste espaço (SILVA, 2006, p.15).

Nas comunidades mateenses, ao qual nossa pesquisa é voltada, toda a territorialidade apresentada, conforme apontado anteriormente, historicamente, é baseada nas relações de trabalho realizado na pesca, agricultura e cata do caranguejo, com isso,

todas as relações socioambientais constituídas, são uma caracterização da relação de troca que Marx chamava de humanização da natureza e a naturalização do homem.

Uma exemplificação de tal relação, vemos no contexto:

O que o homem elimina, nutre a planta. A planta transforma o ar em elementos sólidos e nutre o animal. Os carnívoros vivem dos herbívoros, que por sua vez são presas da morte e difundem uma nova vida que germina no mundo vegetal. A esta troca da matéria se denominou troca material. Esta palavra se pronuncia, com razão, não sem um sentido de veneração, pois assim como o comércio é a alma da troca, também o ciclo eterno da matéria é a alma do mundo (MOLESCHOTT, 1986, p.84).

O indivíduo é parte neste processo de constituição do espaço onde vive, que é o todo da natureza, em seguida, podemos então, entender que toda esta relação de troca entre homem-natureza realizada no processo histórico das comunidades atingidas, naturalizou-os, tornando-os parte de seu território, criando suas relações e por meio destas trocas, produzindo sua existência a partir da humanização da natureza.

Uma vez que a dinâmica do exercício do trabalho empreendido na pesca, na cata ou na produção agrícola, ocorre no território, sua construção enquanto indivíduo, está relacionada dialeticamente ao seu modo de vida construído. Pensando nesta perspectiva abordada, as relações de troca, organizadas no território, se dá onde ocorre suas atividades, ou seja, é por excelência “um espaço onde se projetou um trabalho” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Para as populações atingidas, é extremamente importante a compreensão de suas relações com a natureza, pois através da percepção destas, vemos que toda a produção da existência das comunidades está dialeticamente ligada as relações socioambientais constituídas historicamente, logo, com a destruição natural proporcionada pelo crime do rompimento da barragem, tais relações são afetadas drasticamente, fazendo com que os atingidos e atingidas percam suas características, tendo novas relações socioeconômicas.

2.4 MODOS DE VIDA

Toda a discussão levantada até o momento sobre o lugar habitado e o território constituído ali, nos mostra a relação direta entre a dinâmica da ocupação do espaço para produzir a existência e as relações estabelecidas a partir desta atuação. Seja através das relações produtivas capitalistas ou pela territorialização construída pelos sujeitos coletivos que ocupam seu espaço na natureza, o certo é que tal relação construída no

território, fundamentará também os tipos de relações sociais, econômicas, culturais, políticas, dentre outras, que se estabelecerão nas comunidades.

Esta discussão, apesar de particular para cada território, é base fundamental de um contexto coletivo vivido para diversas populações que, ao construir suas relações socioambientais nos territórios, constrói também o seu modo de vida, sua forma de existir.

Por conseguinte, pontuamos de início, que podemos chegar a percepção do modo de vida construído, é forjado a partir das relações produtivas das comunidades, ou seja, ele se constitui a partir de uma base política de poder sobre a natureza, que determinará se a relação é a partir da exploração das relações mercantis de trabalho ou da própria autonomia na produção da vida da comunidade.

Trotsky diz que temos necessidade de desenvolver a cultura do trabalho, a cultura da vida, a cultura do modo de vida. Ele ainda vai além quando diz:

É o problema do modo de vida que nos mostra, mais claramente do que qualquer outra coisa, em que medida um indivíduo isolado se mostra ser o objecto dos acontecimentos e não o seu sujeito. O modo de vida, isto é, o meio ambiente e os hábitos quotidianos, elabora-se, mais ainda do que a economia ‘nas costas das pessoas’ (expressão de Marx). A criação consciente no domínio do modo de vida ocupou um lugar insignificante na história da humanidade. O modo de vida é a soma das experiências inorganizadas dos indivíduos; transforma-se de maneira de todo espontânea sob a influência da técnica ou das lutas revolucionárias e, no total, reflete muito mais o passado da sociedade do que seu presente (TROTSKY, 1979)

Ainda sem uma definição mais específica, Marx e Engels, não construíram acerca dos modos de vida como uma categoria de análise elaborada, mas abordaram um pouco sobre o assunto de forma indireta, trabalhando em cima de uma ideia fundamentada na sociologia e na economia, foco de seus estudos, quando na leitura e interpretação do capitalismo, ao apontar suas contradições, colocaram que:

O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da natureza dos meios de vida já encontrados e os que tem de produzir. Não se deve considerar tal modo de produção de um único ponto de vista, a saber: a reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se, muito mais, de uma determinada forma de atividade dos indivíduos, determinada forma de manifestar sua vida, determinado modo de vida dos mesmos. (MARX e ENGELS, 1986, p.27).

Outro ponto que podemos identificar, é que os modos de vida constituídos só podem se materializar enquanto sujeitos coletivos, pois o indivíduo aqui tratado não é isolado, autossuficiente, separado da sociedade, mas como fruto da própria sociedade que

ele constitui, através do trabalho socialmente desenvolvido, sendo que somente em conjunto, se tem a possibilidade de se constituir ao mesmo tempo que constitui a sociedade e suas relações.

Tendo estes pontos como base, seguimos na discussão entrando diretamente na essência dos modos de vida que é visto por Guerra (1993) sob 2 aspectos, onde ele diz que:

A análise da relação entre as diferentes práticas cotidianas, trabalho, vida familiar, consumo, lazer e etc. e, por outro lado, às relações que o conjunto dessas práticas cotidianas estabelece com as relações sociais mais gerais. Assim, os estudos ligados aos aspectos da vida cotidiana deveriam preocupar-se com o grau de consciência dos atores sobre a condução dos seus destinos, individuais ou coletivos (GUERRA, 1993, p.59)

Sendo necessário compreender em sua magnitude o conceito de modo de vida, podemos entender, já no ponto de vista coletivo, este conceito para e com a comunidade, como toda a interação social exercida pelos sujeitos com o meio ambiente, bem como suas relações de hábito cotidiano que foram construídas ao longo do tempo, passando pelos eixos cultural, econômico, social e político. Bourdieu e San Martin (1976 p.18) esmiúçam esta ideia quando dizem que:

Às diferentes posições nos espaços sociais correspondem *styles de vie*, sistemas de separações distintivas que são a retradução simbólica de diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência. As práticas e as propriedades constituem uma expressão sistemática das condições de existência (aquilo mesmo que se denomina um *style de vie*) porque são o produto do mesmo operador prático, o *habitus*, sistema de disposições duráveis e trasladáveis que exprimem sob a forma de preferências sistemáticas as necessidades objetivas das quais ele é o produto (BOURDIEU; DE SAINT MARTIN, 1976, P. 18).

Todo este diálogo nos ajuda a entender modos de vida, mas como base concreta, concepção que construímos e que vamos adotar é de que os modos de vida, além das relações produtivas, também estão diretamente ligados na trajetória histórica e cultural, que em interação com o território e suas territorialidades, produziram formas e técnicas para os meios de manutenção da vida da comunidade.

Ainda que com uma visão um pouco naturalista das relações de construção dos modos de vida, em sua finalidade, La Blache converge neste sentido quando diz que:

[...] O homem criou para si modos de vida. Com o auxílio de materiais e de elementos tirados do meio ambiente conseguiu, não só de uma vez, mas por uma transmissão hereditária de processos e de invenções, constituir qualquer coisa de metódico que lhe assegura a existência e

lhe organiza um meio para o seu uso. Caçador, pescador, agricultor – eleé tudo isso graças a uma combinação de instrumentos que são sua obra pessoal, sua conquista, aquilo que ajuntou por sua iniciativa a criação. (LA BLACHE 1954, p. 172).

Após o diálogo acerca da categoria, aprofundando um pouco mais, a partir da indissociabilidade dela do território, as comunidades desenvolvem seus modos a partir das relações territoriais constituídas. Então, segundo a contextualização das comunidades mateenses, obtemos tais características, a partir de sua trajetória histórica, que foi consolidada todas as relações territoriais ali presentes.

Estando a quase 10 quilômetros do perímetro urbano, a primeira comunidade da região do nativo de barra nova, São Miguel, mesmo sendo a mais próxima da cidade, preserva, como as demais, toda a caracterização das relações de produção baseada no campesinato, com a pesca, a cata do carangueijo e a agricultura. De encontro a esta ideia, Fernandes diz que:

Pensar o campo como território significa compreendê-lo como espaço de vida, ou como um tipo de espaço geográfico onde se realizam todas as dimensões da existência humana. O conceito de campo como espaço de vida é multidimensional e nos possibilita leituras e políticas mais amplas do que o conceito de campo ou de rural somente como espaço de produção de mercadorias (FERNANDES, 2015, p.4).

O modo de vida do camponês é conformado pelas relações de trabalho, costumes e ao meio natural, uma vez que é materializado nas estruturas das paisagens naturais (MULLER, 1951, p. 15). Apesar de uma produção antiga, a obra de Muller foi base para o entendimento camponês ao qual estamos tratando. “O modo de vida camponês tradicional é caracterizado por sociabilidades e territorialidades enraizadas” (MARQUES, 2004, p. 9).

Logo, devido a proximidade com o mar, as comunidades se caracterizam por um campesinato litorâneo, que ao longo da história, constituiu suas relações em decorrência das interações com o mar. Segundo Teixeira (2010) podemos entender esse conceito como:

O campesinato litorâneo caracteriza-se por diferentes atividades: a agricultura itinerante, a criação de animais, a pesca, a caça e o extrativismo vegetal. Nesse padrão de ocupação, uma importante característica nesse território é à coletividade na apropriação dos ambientes naturais, ou seja, a existência de terras de uso comum, uso comunal ou uso costumeiro: o rio, o mangue, as matas, o brejo e o mar cujo acesso era de/para todos que estivessem na beira-mar (TEIXEIRA,2010, p.53).

Ou seja, a análise a ser conduzida, não pode em nenhuma hipótese, desprender os modos de vida do território onde foi constituído, uma vez que as relações sociais, ambientais, econômicas e etc. constituíram o objeto de análise, o *locus* da pesquisa, considerando que as interações territoriais ocorrem historicamente e dialeticamente, promovendo a consolidação da comunidade enquanto sujeito de seu território.

Cada alteração nos modos de vida de comunidades com o viés do campo, que tem suas relações homem-natureza baseadas na produção da existência, muda todo o contexto de se relacionar com o ambiente, como também as relações sociais já estabelecidas. É fundamental, a compreensão do aspecto dos modos de vida nos territórios, sobretudo para este trabalho, uma vez que sua dimensão, é ponto chave nas determinações dos conceitos das comunidades atingidas que veremos mais adiante.

2.5 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

Toda a discussão teórica que tecemos neste capítulo, nos levou ao ponto central para as comunidades, que como para as atingidas mateenses, a grosso modo, são os conflitos gerados a partir das disputas pela utilização do território, que a partir da acumulação primitiva do capital, onde se constituiu as grandes corporações capitalistas, que até os dias atuais, pelo interesse na comercialização dos bens naturais, disputam territórios com os trabalhadores, os obrigando a alterar seus modos de vida, suas relações sociais e ambientais, em que tais conflitos podem ser denominados por conflitos socioambientais. Discorremos mais adiante.

Para início do entendimento acerca do âmbito do conflito socioambiental, lançaremos mão de Zhourri (2005, p.18) que diz que:

O conflito eclode quando o sentido e a utilização de um espaço ambiental por um determinado grupo ocorre em detrimento dos significados e usos que outros segmentos sociais possam fazer de seu território, para com isso, assegurar a reprodução do seu modo de vida.

Podemos perceber de antemão que, a partir da colocação de Zhourri, se constitui uma relação de poder nos territórios, visto que os objetivos distintos entre capital e os sujeitos do espaço, trazem um contexto conflituoso em potencial. Souza (2001) afirma que:

Os teóricos do conflito vêm, de uma maneira geral, que as normas e o poder devem ser considerados como modos gerais e alternativos de institucionalização de relações sociais. Também consideram os potenciais conflitos de interesse como endêmicos em todos os sistemas sociais que institucionalizam as relações de poder, dado que o poder (e a autoridade) é a mais corrente forma de 'bem raro', e ao mesmo tempo

um bem raro apenas inerente às sociedades e não aos sistemas biológicos. Assim, se os potenciais conflitos de interesse entre os que exercem o poder e aqueles sobre quem o poder é exercido se revestem de um caráter normal na organização social, então a desinstitucionalização do poder e o uso do mesmo para manter instituições são possibilidades sempre presentes. Desta forma, toda a visão realista e dinâmica da institucionalização deveria atribuir um interesse capital ao papel do poder simultaneamente na origem e no controle do conflito (SOUZA, 2001, p. 29).

As relações de poder que se caracterizam nos conflitos são, partindo da teoria de Marxista, fruto da luta de classes que determina a correlação de forças entre quem detêm os meios de toda a produção e os que não as detêm. “A história da sociedade que até agora existe, é a história da luta de classes” (MARX; ENGELS, 1975, p.1).

Podemos chegar a compreensão de que, frutos desta luta de classes, os conflitos emergem a partir do momento em que uma relação estabelecida no território, sobretudo as de poder, é ameaçada pela mercantilização desenfreada que está colocada no capitalismo, quebrando suas relações de convivência que foram forjadas historicamente, causando uma desigualdade na utilização do território.

Como tratamos na categoria território, as disputas pelos espaços naturais, muitas vezes, são determinadas pelas ressignificações dadas aos recursos ali presentes, que ao invés de servir para a produção da existência, viram excedentes de mercadorias, prontas ao comércio e produção de capital. Quando há comunidades territorializadas nestes espaços que contem riqueza, os conflitos são gerados pelas determinações diferentes que ambos (comunidades e capitalistas) dão aos recursos.

Com a apropriação dos recursos pelos impérios capitalistas, altera-se toda a dinâmica do território, que só se constituiu como tal, a partir das relações construídas entre os indivíduos e a relação homem-natureza.

O conflito consiste na interação entre seres humanos, uma forma de relação social que só existe se exercida entre dois ou mais atores que se empenham numa conduta, na qual cada lado considera o comportamento alheio na luta por capital, recursos e significação (WEBER, 2005, p.14).

Essa alteração sofrida pelos indivíduos em seu território, decorrente da apropriação capitalista dos recursos, afeta diretamente seus modos de vida, pois em suma, modifica as relações sociais, ambientais, econômicas e etc., causando os chamados conflitos socioambientais, que não são denominados de ambientais somente, justamente

pelas comunidades ali presentes que tem suas relações concretizadas. Souza (2006) vai de encontro a esta ideia quando afirma que:

As razões específicas para se desejar territorializar um espaço e manter o controle sobre ele são várias, sempre ligadas ao substrato espacial em seu sentido material e, eventualmente, também aos significados atribuídos às formas espaciais: as características geoecológicas e, em particular, os recursos naturais de uma certa área; o que se produz ou quem produz em um dado espaço; as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço ou objetos geográficos específicos (SOUZA, 2006: p.335).

Tendo esta ideia como base, os conflitos socioambientais se dão a partir do tempo em que a expropriação ou dos impactos do mesmo, atingem e impedem as comunidades de reproduzir seus modos de vida culturais, sociais ou ambientais, interferindo diretamente na vida dos atingidos, visto que afetam seus modos de vida, os colocando em situação de vulnerabilidade e de risco social, uma vez que estes modos de vida vão na contramão dos projetos que as grandes empresas têm para os territórios. Por conseguinte, Acselrad (2004) vai de encontro a esta ideia quando caracteriza conflitos sociais como:

Como aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis - transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos - decorrentes do exercício das práticas de outros grupos (ACSELRAD, 2004, p.26).

Então, diante a ideia apresentada e a partir do mesmo autor, podemos entender conflitos socioambiental como:

Os conflitos socioambientais são, portanto, aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. O conflito pode derivar da disputa por apropriação de uma mesma base de recursos ou de bases distintas, mas interconectadas por interações ecossistêmicas mediadas pela atmosfera, pelo solo, pelas águas etc. Este conflito tem por arena unidades territoriais compartilhadas por um conjunto de atividades cujo “acordo simbiótico” é rompido em função da denúncia dos efeitos indesejáveis da atividade de um dos agentes sobre as condições materiais do exercício das práticas de outros agentes (ACSELRAD, 2004: p. 26).

Ao mesmo tempo em que os conflitos são gerados, também surge a necessidade e a capacidade das comunidades de contrapor na luta de classes, isto é, dentro do conflito, os indivíduos se organizam coletivamente para reivindicar ou defender seu território, uma

vez que as relações antes estabelecidas, agora constroem um outro tipo de relação a partir do conflito materializado.

Para Jensen (2014) uma ação social ou um movimento social surge quando em prol de um objetivo, um coletivo promove ações conscientes provenientes do conflito. Ou seja, os conflitos são um fator determinante para que as comunidades consigam se organizar frente as classes dominantes. Viana (2015) vai além quando diz que tais caracterizações se dão devido a alguns elementos como: situação social, insatisfação, sentimento de pertencimento, mobilização e objetivos específicos.

Diante das ideias apresentadas, temos elementos para então, evidenciar que a partir de um método embasado no materialismo histórico dialético, como este trabalho trata, chegamos à percepção de que o entenderemos o conflito como uma ação promotora de mobilização e organização social frente ao poderio do capital que se materializa nos grandes empreendimentos, causando a emergência de movimentos e ações sócias através do conflito.

Logo, é importante considerar que dialeticamente, tais organizações são produtos e produtores dos conflitos, mediante um processo de relação social criado no território atingido, que se dá no e pelo próprio conflito gerado. Também é importante apontar que os movimentos que surgem a partir do conflito de interesses territoriais, nem sempre estão relacionados a super estrutura da luta de classes, mas que, se caracterizam por questionar relações de produção, ainda que em um âmbito reduzido. Partindo dessa premissa, segundo Jensen (2014, p. 134):

Os movimentos sociais são diferentes dos movimentos políticos das classes sociais. Os movimentos sociais possuem como base grupos sociais e não classes sociais. A luta de classes gira em torno das relações de produção e as lutas dos movimentos sociais giram em torno de questões específicas relacionadas aos grupos sociais que lhe dão sustentação e Revista Movimentos Sociais. Vol. 01, num. 01, jul./dez. 2016. [32] só combatem diretamente as relações de produção quando surgem momentos históricos de acirramento das lutas de classes ou então quando um movimento social específico possui uma consciência revolucionária (com exceção daqueles movimentos que defendem tais relações).

Portanto, entender o conflito, se torna papel de extrema importância neste contexto, pois ele consegue materializar as relações de força entre atores de interesses divergentes, capital/poder diferentes, mas que coloca em xeque a ordem estabelecida neste mesmo campo de poder exercida pelo capital (BOURDIEU, 1996).

Neste mesmo sentido, é preciso compreender também, que tais atores com proposições diferentes que disputam o mesmo espaço, divergem na significação dos recursos ambientais, que logo, se transforma em uma disputa simbólica pelo meio ambiente, espaço de atuação e reprodução de seus modos de vida. Por conseguinte, qualquer disputa é uma contradição centralizada nos valores e nos interesses para um determinado meio, se caracterizando como luta de classes e ao mesmo tempo luta de valores (THOMPSON,1981).

Então, os conflitos ambientais podem ser entendidos a partir de uma perspectiva socioambiental como Lopes (2012, p. 46) aponta:

Os conflitos socioambientais, portanto, se expressam e se confundem com a construção e a dinâmica territorial, ou pelo menos como de forma amenizada, aparece em Zhouri e Laschefski (2010). Eles entendem que a questão territorial e/ou espacial se encontram no cerne de muitos conflitos ambientais que envolvem as relações entre poder e meio ambiente. Nessa perspectiva, os autores apontam três diferenciações entre o conflitos socioambientais: distributivos, espaciais e territoriais. Os conflitos ambientais distributivos se expressam pelas desigualdades sociais relativas ao acesso e ao uso dos "recursos naturais", conforme Zhouri e Laschefski (2010). Essa modalidade de conflito marca os debates ambientais internacionais desde o seu surgimento e o Relatório Brundtland já enfatizava a questão da distribuição dos recursos entre poder e meio ambiente.

Também caminha no mesmo sentido, Ascerald (2004) quando afirma que:

Desta feita, devem ser considerados os aspectos culturais e históricos da comunidade que sofrerá os impactos da implantação da atividade, destacando no caso em questão que os pescadores e o litoral têm significados diferentes para as comunidades de pescadores locais e as empresas que lá pretendem se instalar. (ACSELRAD, 2004 p.28).

Logo, os conflitos sociais e ambientais nas comunidades atingidas de São Mateus, no Espírito Santo, emergiram a partir deste contexto apresentado, uma vez que os territórios ocupados pela população impactada, são comuns, de bem coletivo, pois a grande maioria são pescadores e pescadoras do mar ou do rio, catadores de caranguejo e agricultores, que entraram em desacordo com o modelo de exploração utilizado pela mineradora, que devido ao lucro demasiado, provocou um colapso social, ambiental e econômico para as comunidades, gerando o conflito socioambiental.

Vários movimentos sociais, tais como aqueles formados por atingidos por barragens, ou de seringueiros, de ribeirinhos, entre outros, mostram que diante dos conflitos sofridos, os grupos que sofrem com os danos não são sempre passivos ao processo de conflitos com as grandes empresas (ZHOURI, 2005).

Ainda nesta discussão, Zhouri (2005) enfatiza o argumento quando diz que empreendimentos econômicos de grande porte, envolvendo exploração de recursos ambientais, não só nos apresentam injustiças e conflitos sociais com o explorador, pois imputa uma série de riscos e danos às camadas da população a vulnerável impactada da sociedade, como também ele exclui estas mesmas pessoas dos chamados efeitos positivos provenientes do desenvolvimento gerado pela exploração.

Ainda que a barragem de fundão estivesse a uma distância considerável de São Mateus, toda a Bacia hidrográfica e o ecossistema em que o Rio Doce se encontra, deve ser caracterizado como território em conflito, uma vez que a sua utilização também se dá pela mercantilização do minério, visto que em sua bacia se encontram várias barragens. O conceito de Bacia hidrográfica, nesta perspectiva, deve ser pensado como paralelo ao de ecossistema, incluindo todos os componentes bióticos e abióticos de suas fronteiras, seja para análises ou seja para gerenciamento ambiental. (LIMA, 1994).

Esta categoria ao qual trouxemos para diálogo, culmina no ponto central para as comunidades atingidas, seja pelas barragens, como no caso de São Mateus, ou por qualquer grande empreendimento, uma vez que o conflito é a contradição entre a capitalização dos recursos naturais e a utilização de forma humanizada, onde a produção da existência, sobretudo a camponesa, é definitiva para a reprodução de suas relações historicamente produzidas.

Nesse sentido, o conflito consegue extrapolar os limites do concreto, do visual, que como já discorremos anteriormente, também é um conflito de narrativas, onde a disputa no campo das descrições do crime, são objetos de uma construção socialmente determinada, se colocando como mais um elemento no conflito apresentado entre as empresas e as comunidades atingidas.

Entendendo este conflito, Pollak (1989) apresenta que o ato de transmissão e da forma de manter a lembrança não pode ser encarado com espontâneo e inconsciente, mas sim de forma determinada, que possui a intenção de servir a um fim deliberado por quem o pretende executar. Ou seja, esse fenômeno é socialmente construído, alocando a memória e a identidade como aspectos e valores disputados em conflitos sociais.

Esta perspectiva do conflito socioambiental também deve se apresentar como um elemento central na discussão, uma vez que no próximo capítulo, vamos obter uma

melhor compreensão das disputas que circundam o processo de reparação, e estas, estão colocadas como peça de entendimento da concepção do conflito sob análise.

Portanto o crime de Mariana não pode deixar de ser enxergado sob a ótica de um conflito socioambiental gerado a partir das relações de produção capitalista, que invisibiliza os sujeitos no processo de utilização dos recursos naturais, como também, não os reconhece como parte do território atingido, inclusive, negando-os no processo de reparação dos danos causados, como discutiremos adiante.

3. DO CAOS A LAMA: ATINGIDAS E ATINGIDOS POR BARRAGENS CONTRA A VIOLAÇÃO E PELO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS.

Nossa pesquisa foi desenvolvida com a coleta de dados se encerrando em novembro, e assim como no início da trajetória já apresentada, obtivemos vários apontamentos da situação precária vivida pelos atingidos. Os pescadores, os comerciantes, os agricultores, as mulheres em todas as categorias, além de outras categorias que não trabalhamos nesta escrita, ainda não obtiveram o reconhecimento enquanto atingidos e atingidas, nos colocando elementos da relevância apresentada pela pesquisa, uma vez que os prejuízos causados pela diminuição da renda na região, afetou drasticamente a vida das famílias atingidas.

A problemática ambiental tratada e vista sob a perspectiva dos atingidos é de total invisibilidade frente ao processo do chamado desenvolvimento proposto pelo sistema capitalista, que além de ser excludente nos remete a uma outra conotação da importância dos territórios e da forma de interação com os mesmos, uma vez que o enraizamento construído a partir do modo de vida, constitui todas as relações sociais presentes na comunidade, principalmente quando voltamos nossa atenção para o trabalho exercido pela maior parte da comunidade que está altamente atrelado ao processo histórico, cultural e econômico, cujos processos de construção destas relações foram criando cada vez mais as especificidades do local.

Podemos compreender melhor estes aspectos quando Escobar (2005) diz que as relações entre cultura, natureza e economia estão ligadas ao mundo/natureza social estão integradas por meio de conhecimentos partilhado que são base para conjunto de práticas realizadas pela comunidade.

Diante deste panorama, em São Mateus/ES, lugar em que todas as atividades, bem como as relações construídas pelos pescadores, estão intrinsecamente ligadas aos seus modos de vida e suas territorialidades, fato este que pude compreender através da observação de todas estas relações constatadas no campo de atuação dos pescadores. Todos os conhecimentos náuticos e pesqueiros construídos são passados através das gerações com vários elementos e condições de aprimoramento como foi relatado, visto que as condições da pesca na região para a comunidade vão se tornando cada vez mais, um elemento de constituição significativa da renda per capita da cidade, logo, este fator

aumenta a importância bem como as necessidades de melhora das condições da manutenção destas atividades, como a aquisição de melhores barcos, redes motores e etc.

Figura 14 - Morte de peixes pela contaminação no Rio Mariricu.



Fonte: https://www.facebook.com/MardeRejeitos/?epa=SEARCH_BOX

Esta relação com a atividade da pesca que foi construída através do processo de construção da territorialidade na comunidade, nos mostra elementos de que houve um avanço gradativo de consciência, que foi se tornando cada vez mais concreto e sofisticado no que diz respeito aos modos de pesca, tudo em decorrência do pescador ser um artesão no mundo do mar ou dos rios, tornando-o um ser humano cada vez mais social, concretizando em sua atividade produtiva uma relação com a natureza e com a comunidade de forma dialética.

Basicamente, nas comunidades atingidas mateenses, podemos considerar a pesca do tipo artesanal, de pequeno porte, com embarcações de pequeno e médio porte, com um nível tecnológico bem razoável. A maioria dos pescadores trabalham com mão de obra familiar, que neste caso os membros da família, filhos, cônjuges ou parentes mais próximos ajudam e/ou exercem a atividade, ou pode correr a pesca em conjunto, com os chamados parceiros de pesca, estes não possuem qualquer grau de parentesco, mas

sempre são íntimos dentro da comunidade, onde neste caso, a divisão da receita é feita de acordo com o investimento feito por cada um para realização da atividade, que geralmente, a maior parte fica para o proprietário da embarcação, em que tudo isso é estabelecido através de um acordo verbal de confiança.

Todos que vivem do comércio de pescados no território, em sua maioria, praticam a pesca para consumo familiar e para o comércio local, sendo a maior quantidade destinada a comercialização, que nos períodos de maior ganho, duram aproximadamente 6 meses no ano, toda a renda é destinada a aquisição de bens para a subsistência da família todo o ano, bem como para a aquisição de bens pessoais como eletrodomésticos e eletroeletrônicos.

Inicialmente, podemos identificar que com crime ocorrido em Mariana, na tarde do dia 05 de novembro, toda essa atividade pesqueira da região ficou seriamente comprometida, uma vez que desde o local do rompimento a até a foz do rio doce, visto que a qualidade da água está gravemente afetada, colocando em risco toda a cadeia produtiva dependente da água nos 41 municípios atingidos pelo mar de rejeitos.

Na comunidade, já com base em alguns relatos dos pescadores, a cidade de São Mateus foi severamente afetada com a quantidade absurda de rejeitos de minério que foram depositados em toda a costa do Espírito Santo a partir da foz norte e sul do Rio Doce, afetando a pesca no oceano e nas bocas de barras, que são os rios que também desaguam no oceano atlântico na altura do Espírito Santo. Toda esta lama de minério, segundo relatório preliminar do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, provocou a morte de mais de 11 toneladas de peixes, colocou sob a ameaça várias espécies de peixes e de outras espécies, comprometeu toda a reprodução animal, bem como o seu fluxo migratório no espaço atingido, causando danos extremamente graves na fauna, flora e área marítima.

Segundo um pescador atingido da comunidade de São Miguel, toda ida ao mar para pescaria, em quatro dias de pesca, já era o necessário para conseguir duas ou três toneladas de pescados para a comercialização, ou seja, toda a pesca era de alto volume para todos os pescadores do bairro. Em uma narrativa ele diz que:

(...)nessa época a gente ia para o mar e pegava muito peixe, em quatro ou cinco dias de pesca a gente pegava 3 toneladas de peixes, mas agora não tem mais nada, a gente sai daqui e fica oito dias no mar pra pegar 700 quilos de peixe, desse jeito não paga nem a nossa saída de casa (PESCADOR A).

Outro pescador de Barra Nova também concorda e faz um relato do problema quando deixa nítido o impacto sofrido dizendo que:

To tendo que ir pescar lá pra fora do abrolhos, passo um dia inteiro só pra chegar no lugar de pescar, aqui não tem mais como, mas antes não era assim, nois ía pescar com rede e dava um lance que com um barco só você não conseguia pegar a rede todinha ta entendendo? Um barco só não levava o peixe de uma rede, dava pra outro, mas agora cadê? Cabou tudo e aí eu te pergunto, eu vou fazer o que agora? (PESCADOR A).

O mesmo pescador continua a fala dizendo sobre a forma de relação com o trabalho e como ela foi afetada, dizendo:

Meu amigo, eu só sei pescar, não sou carpinteiro, nem pedreiro, é o que eu sei fazer, eu nem pesco mais pra lá, sei que lá ta até proibido de pescar, esse foi o maior crime ambiental da historia né? (PESCADOR B)

Tais narrativas nos dão a dimensão do problema enfrentado devido ao crime do rompimento da barragem, já que a pesca está seriamente comprometida e o modo de vida do pescador, que além da concepção cultural, tem esta profissão como única garantia de meio econômico. Ascerald (2004) traz uma reflexão nesse sentido quando diz que:

Os objetos que constituem o “ambiente” não são redutíveis a meras quantidades de matéria e energia pois eles são culturais e históricos: os rios para comunidades indígenas não apresentam o mesmo sentido que para as empresas geradoras de hidroeleticidade; a diversidade biológica cultivada pelos pequenos produtores não traduz a mesma lógica que a biodiversidade valorizada pelos capitais biotecnológicos. Por outro lado, todos os objetos do meio ambiente, todas as práticas sociais desenvolvidas nos territórios e todos os usos e sentidos atribuídos ao meio, interagem e conectam-se materialmente e socialmente seja através das águas, do solo ou da atmosfera. Este caráter indissociável do complexo formado pelo par sociedade-meio ambiente justifica, pois o entendimento de que as sociedades se reproduzem por processos sócio-ecológicos. (...) No processo de suas médias ou grandes e em profundidades que variam de 20 a 60 metros ou mais, dependendo das condições de mar e da própria embarcação, a reprodução das sociedades se confrontam a diferentes projetos de uso e significação de seus recursos ambientais (ACSELRAD, 2004, p. 7).

Aprofundando um pouco mais nesta problemática, Perondi (2007) vai de encontro a temática, explicando que:

[...] os meios de vida consistem nas capacidades, atividades e recursos (tanto materiais quanto sociais) necessários para o sustento. Um meio de vida é sustentável quando pode enfrentar e recuperar-se de um estresse ou impacto, mantendo ou expandindo sua capacidade e seus bens, tanto no presente, quanto no futuro, sem prejuízo para os recursos naturais que lhe servem de base. (PERONDI 2007, p. 296).

Na continuidade das discussões junto aos pescadores da comunidade, vimos o tamanho da complexidade e a amplitude do problema ambiental causado, isto é, toda a cadeia produtiva dos pescados, bem como de seus modos de vida estão totalmente impactados, visto que a pesca como elemento territorial, é ponto fundante das relações sociais e econômicas ali presentes como afirma Diegues (1983) quando diz que:

A pesca é influenciada pelas forças da natureza, com reflexos imediatos na regularidade da captura, na formação do excedente, no relacionamento dos grupos e classes sociais envolvidos no processo de produção [...]A pesca enquanto apropriação material e social de recursos renováveis e móveis coloca problemas relevantes na análise da relação entre homem e a natureza (DIEGUES, 1983, p 7).

Tais relações entre homem e natureza, podem ser exemplificadas na fala do pescador C, da comunidade do Nativo, quando ele explica como funciona o processo da captura do peixe e os impactos sofridos neste aspecto:

“O que acontece, o habitat natural do camarão e do sistema marinho é justamente na lama, na lama saudável, na lama saudável o camarão se procria, por isso que se encontra pescadinha e demais peixes que vem junto no arrasto, não é isso gente? Demais espécies vem justamente ali se alimentar do camarão que é o habitat dele, mas infelizmente como nosso colega já falou, a foz do rio doce é de quase duas milhas e o maior pesqueiro de camarão aqui hoje, uma das maiores do Brasil, é justamente a foz norte e sul do Rio Doce, os barcos grandes, os barcos daqui pescam naquela região, e tão enfrentando esse caos do camarão, pois hoje lá em vitória quando vai vender o camarão o povo já pergunta, esse camarão é do Espírito Santo ou é de fora? Esse peixe é o Espírito Santo ou é de fora? Já ta havendo rejeição justamente pelo fato da contaminação(...) já foi comprovado a contaminação do peixe e se o peixe ta contaminado, quanto mais o camarão que é o alimento natural dele” (PESCADOR C).

“Afetou nossa venda de peixes e de camarão, ninguém quer comprar peixe e camarão contaminado, nossos barcos vão pra vitória pra vender e voltam lotados de pescado, não tem pra quem vender, quem vai comprar um coisa que vai te fazer mal?” (PESCADOR D)

Também podemos frisar nesta última fala, que foi nos apresentado através da narrativa, um outro ponto impactado gravemente pelos pescadores, que foi a baixa comercialização do pescado proveniente desta região atingida, pois com a determinação do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) de que a água está contaminada, mesmo onde a pesca não está suspensa, a comercialização está seriamente atingida, pois a recusa pelos pescados dos pescadores da região é alta, já que a população tem medo da contaminação pelo consumo dos pescados, fato este que só aumenta a problemática da população atingida.

Entender que as disputas e conflitos sociais gerados a partir das grandes corporações capitalistas é um assunto amplamente debatido nos espaços da academia, e na maioria dos estudos realizados acerca da temática, encontramos elementos que nos mostram que a simples presença da empresa e sua forma de atuação nos territórios modificam todas as relações existentes, ainda que não haja um crime específico para tais impactos, como foi no caso a ser abordado neste trabalho.

Portanto, temos subsídios para entender que organizados nos movimentos e fundamentados em suas pedagogias de organicidade, que são um elemento impulsionador frente às grandes corporações, as comunidades atingidas que estão imersas nestes conflitos, terão elementos para construir suas estratégias de organização e defesa do lugar, para conseguir a efetivação de sua afirmação identitária e de pertencimento ao território.

Entrando um pouco mais neste aspecto, podemos tratar a dimensão sociocultural da organização social, como um processo de formação dos sujeitos, entendendo que a forma da experiência humana de participar de um processo de luta organizado socialmente, ainda que pressionado por condições objetivas, é totalmente capaz de se expressar no modo de vida da comunidade e na coletividade das pessoas que as compõem (THOMPSON, 1989).

Dessa forma, como veremos neste capítulo, a continuidade da pesquisa mostrará as potencialidades das comunidades que ingressaram na luta popular em defesa de seus direitos, denunciando a violação dos mesmos e criando possibilidades de um cenário firme de resistência e luta.

3.1 O SOL QUEIMOU, QUEIMOU A LAMA DO RIO: ELES SABIAM QUE ÍA ROMPER, VALE, SAMRCO E BHP

Há uma enorme complexidade na discussão do rompimento da barragem em Mariana e seus desdobramentos, pois como vimos na fundamentação, envolvem uma gama aspectos que vão desde a relação histórica da produção do minério, até a razão pelo qual se dá o próprio rompimento da barragem, porém, como trabalharemos este tema na perspectiva dos atingidos, até a forma de relatar o fato se torna um objeto de disputa entre a população atingida e as empresas, logo, é necessário aprofundarmos um pouco mais neste debate.

Várias são as formas de contar o rompimento da barragem em Mariana, onde para iniciar a discussão, entraremos no campo da caracterização do ato de “romper a

barragem”, em que se constrói as primeiras impressões acerca do acontecimento, podendo levar a mascaração das reais causas que levaram ao crime cometido, passando de forma implícita ou muitas vezes omitindo os elementos concretos que podem nos fazer entender na perspectiva dos atingidos e atingidas, o que levou a este contexto lamentável.

Como início de uma discussão, teórica e empírica como este capítulo vai abordar, já nos posicionaremos de um lado no conflito social visto nas disputas pelas memórias e narrativas do rompimento da barragem, que explicita uma das diversas dimensões que pode se tomar a disputa entre as empresas e as populações atingidas.

Embora na maioria das vezes esteja ligada a fenômenos de dominação, a clivagem entre memória oficial e dominante e memórias subterrâneas, assim como a significação do silêncio sobre o passado, remete forçosamente à oposição entre Estado dominador e sociedade civil. Encontramos com mais frequência esse problema nas relações entre grupos minoritários e sociedade englobante (POLLACK, 1989, p.4).

Então, a narrativa construída pelos atores principais no contexto do rompimento da barragem, disputam a história produzida no âmbito do conflito, assim como a memória acerca do panorama geral, que também é socialmente produzido, e faz parte das relações socioambientais constituídas em torno do processo de luta entre as classes divergentes.

Podemos compreender melhor com a afirmação de Portelli (1994, p.23), quando ele diz que:

Ela se fundamenta na experiência vivida e em emoções profundamente sentidas. Mas não deixa de ser uma construção bastante ideológica e institucional, distinta das memórias pessoais nas quais se baseia(...) Quando compreendemos que “memória coletiva” nada tem a ver com memórias de indivíduos, não mais podemos descrevê-la como a expressão direta e espontânea de dor, luto, escândalo, mas como uma formalização igualmente legítima e significativa, mediada por ideologias, linguagens, senso comum e instituições.

Contudo, ainda que a memória possa trazer elementos individuais, os relatos e todo o processo de compreensão do objeto narrado, tem elementos constituintes de um processo coletivo de violação de direitos, que são oriundos das relações socialmente produzidas que vão tomando corpo, tanto na esfera do dominante, quanto na do dominado, que em suma são antagônicas, sendo mais uma expressão nítida da disputa.

Nesta ideia, a empresa utiliza a denominação do rompimento como um “evento ocorrido” em que os técnicos e representantes da empresa reproduzem a ideia de um fato ocorrido ao acaso, que por meio da reprodução deste termo passa a sensação da tentativa

de evadir-se da responsabilidade direta sobre o ocorrido. Já os meios de comunicação, em sua maioria utilizam uma ideia de fenômeno natural, utilizando os termos “desastre”, “acidente” ou “tragédia”, que se difunde popularmente, dando o entendimento de que a natureza em seus processos, condicionaram ao rompimento da barragem, podendo construir elementos para a isenção da responsabilidade da empresa.

Esta pesquisa, imbricada na luta popular, demandada e entrelaçada ao Movimento dos Atingidos por Barragens, e ainda, utilizando a construção da análise do movimento como suporte, não poderá deixar de utilizar o termo “crime” ou “crime ambiental”, uma vez que a morte de 23 pessoas, além de colocar sob forte ameaça toda fauna e flora existente em todo o ecossistema ao qual o minério teve contato, não nos deixa enxergar o rompimento sob outro aspecto, ainda que seja como um crime de negligência, portanto, é importante discutirmos um pouco acerca desta construção.

O crime de Marina, como ficou conhecido, até então o maior crime socioambiental da história do Brasil, não pode ser considerado desastre, tragédia, tampouco evento, uma vez que desastres e tragédias ambientais, mesmo ocorrendo por meio de fenômenos naturais, ocorrem devido a interações sociais ocorridas pelas ações humanas provenientes de suas relações constituídas, como os danos causados por enchentes, terremotos ou deslizamentos.

Caminhando neste sentido, Sartori (2014) diz que os desastres provocados por fenômenos ambientais, devem ser entendidos também em sua constituição histórica, e relacionado com o modelo capitalista de produção, que é excludente e provoca situações de vulnerabilidade social. O conjunto destas relações históricas acabam gerando as condições para estas catástrofes, tais como as moradias em áreas de risco, falta de urbanização adequada, saneamento básico precário, dentre outras.

Ainda que percorrêssemos pela trilha do direito, o entendimento enquanto crime também se torna cabível, visto que neste campo, “[...] pode ser definido como todo fato humano que, propositada ou descuidadamente, lesa ou expõe a perigo bens jurídicos considerados fundamentais para a existência da coletividade ou paz social” (Capez 2007, p. 113). Ou seja, no âmbito jurídico propriamente dito, podemos entender crime como toda conduta que lesione bens fundamentais para o convívio em sociedade de forma pacífica. Prado (2006) também entende que “o conceito material de crime diz respeito ao

conteúdo do ilícito penal – caráter danoso da ação ou seu desvalor social -, quer dizer, o que determinada sociedade, em dado momento histórico, considera que deve ser proibido pela lei penal” (Prado 2006, p. 235).

Também podemos especificar enquanto crime ambiental, quando o rompimento da barragem feriu expressamente a lei n.º 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), que trata a violação ambiental como todo ou qualquer prejuízo/dano que venha a ser causado ao meio ambiente, além de ser considerado crime ambiental, toda a conduta que não leva em consideração os códigos e normativas ambientais, ainda que não seja caracterizado explicitamente o dano ambiental ocorrido.

Primeiro o crime foi a contaminação dos peixes, do rio, das pessoas, nossa preocupação é com o futuro, isso é ridículo, e as pessoas, as autoridades não percebem (...) mataram pessoas, nosso rio, nossa vida e nada foi feito, ninguém foi preso, e ainda temos que lutar por nossos direitos, é um crime atrás do outro (PESCADOR E)

Entretanto, não é no campo da justiça que vamos avançar neste trabalho, pois nele, se torna raso entender o centro da disputa e das violações dos direitos dos atingidos, então, vamos olhar esta esfera como parte da violência vista no todo, sendo assim, vamos compreender que não será da esfera jurídica que sairá a solução para os problemas do povo visto nos desdobramentos do crime que assolam as comunidades atingidas, pois como veremos adiante, o Estado, materializado nos 3 poderes, não coloca como prioridade entender e construir uma reparação justa e digna para as famílias atingidas, acabando por se alocar, como parte do cenário armado pelas empresas contra o povo.

Diante da percepção dos atingidos, como vemos na fala do Fabricio, nos dirigimos para a análise construída pelas comunidades, relatada na cartilha de análise do crime construída pelo MAB, apontando diversos elementos suspeitos que seriam as prováveis causas para o rompimento da barragem de fundão em Mariana, que nestes, absolutamente, se configura no mínimo negligência por parte da mineradora, apresentando de forma contundente o descaso com todo o meio ambiente e os sujeitos que nele estão inseridos. Segundo a análise os fatores são:

- Obtenção de aumento no lucro: O primeiro ponto abordado como provável causa na análise, é que com o decréscimo do valor do minério no mercado internacional, a empresa necessitava compensar o lucro perdido com a diminuição do preço, e segundo relatório apresentado pela

Samarco, a empresa neste intuito, aumentou sua produção nos anos de 2013/2014 em 15% e no ano de 2015 em mais 15%, e conseqüentemente aumentou consideravelmente a quantidade de rejeitos produzidos pela empresa. No relatório, estes indícios podem ser vistos também no aumento do consumo de energia e água pela empresa que seguiram o mesmo ritmo no mesmo período, aumentando em 22,5% na energia elétrica e 50% no volume de água consumida pela mineradora.

PRODUÇÃO ANUAL DE REJEITOS: SAMARCO	
REJEITOS Produzidos	
Ano	(Em toneladas)
2010	16.358.589,00
2011	15.656.486,00
2012	16.694.664,00
2013	16.542.812,00
2014	21.978.000,00

Fonte: SAMARCO: RAS e RFs (2012 a 2014).

Tabela 1 - Produção anual de rejeitos da Samarco. Fonte: Movimento dos Atingidos por Barragens.

- O levantamento da barragem: A barragem quando se rompeu, estava em processo de alteamento em sua estrutura, com o objetivo de aumentar a capacidade de armazenamento do rejeito. Inclusive, esta é uma das linhas de investigação do Ministério Público Estadual nos processos movidos contra a empresa.
- Estrutura Comprometida: A análise também apresenta a informação de que, segundo apuração do Movimento, a Samarco tinha conhecimento de que a barragem apresentava várias rachaduras e problemas em sua estrutura.
- Descaso na manutenção da barragem: Outro ponto grave relatado pelo MAB é que a mineradora, 4 meses antes do crime, rompeu o contrato com uma empresa terceirizada que prestava serviços de manutenção nas barragens e ambientais.
- Planejamento falho: A análise aponta que tanto a legislação quanto o plano emergencial da empresa criminosa, não consideravam a população a jusante da barragem.

Figura 15 - Denúncia feita pelos atingidos em Mariana-MG



Fonte: <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/protesto-no-rio-marca-dois-anos-da-tragedia-em-ariana-02102017>

Diante dos fatos apresentados pelo Movimento, a responsabilidade pelo rompimento da barragem em fundão é inteiramente da mineradora Samarco, e consequentemente das suas proprietárias Vale e BHP, entretanto, a fiscalização de toda a ação das empresas mineradoras é de responsabilidade do Estado que não consegue exercer com eficiência o seu papel, deixando uma grande questão no ar sobre as situações das barragens. O sucateamento do estado, impede a plena fiscalização dos empreendimentos, deixando livre a atuação das empresas, acarretando nos crimes sociais e ambientais, motivados pelo mínimo controle público sobre os casos (MAB, 2016).

Logo, neste aspecto, o impacto social e ambiental é gerado pelo descaso apresentado pelos responsáveis pela instalação e funcionamento da mineração, desde a pessoa jurídica privada de interesse meramente comercial com a mineração, passando por todos os entes da federação, desde a concessão da mina que é federal, até a fiscalização e manutenção da cobrança pela segurança sob todos os aspectos, do empreendimento que estão na esfera estadual e municipal. Sendo assim, o acirramento do conflito socioambiental é mais latente, colocando nas costas das populações atingidas todo o peso do embate frente ao capital de acumulação, não tendo o aparato estatal que deveria mediar e garantir que em tal conflito os interesses das populações fossem garantidos.

Todo esse processo apontado pelo MAB, por ser construído pelos atingidos e atingidas, fica evidente em suas falas, quando dizem que:

“Essas empresas tiraram vidas, vidas humanas, vidas marinhas, as aves, os peixes, os seres humanos, isso foi um impacto e um crime, pra gente é um crime por causa disso, ela matou milhares e milhares de vidas, de famílias, aquelas o qual foram soterradas, e um crime com aquelas que continuam ai morrendo à mingua, sem nenhuma resposta, a cada dia que passa estão morrendo, muitos estando vivos e mortos ao mesmo tempo, sem saber o que fazer da vida, então, não tem como não dizer que é crime com todas as letras e muito mais” (PESCADORA A)

Apesar de todos estes elementos apresentados, é possível que leve muito tempo para concluirmos a real causa do crime de Mariana, ou é provável que nunca se chegue a real conclusão acerca do rompimento, então, algumas análises mais aprofundadas acerca do contexto que culminou no crime são necessárias, visto que entender o cenário de forma isolada não desnuda o processo macro político que leva a tamanha negligencia, inclusive, uma das formas para esconder os fatos, é o combate feito pela empresa, afim de diminuir gastos com reparação e manter a imagem da empresa.

3.2 UM HOMEM ROUBADO NUNCA SE ENGANA: SOMOS TODOS (AS) ATINGIDOS (AS)!

Para além das disputas e embates territoriais que ocorrem no processo de reparação, temos outro importante eixo de disputa a ser considerado na luta pela reparação justa e integral a ser efetuada em face a violação dos direitos, que inclusive, pode determinar os rumos deste processo conflituoso, pois se trata do conceito de atingido adotado pelas empresas responsáveis. A disputa pelo reconhecimento travada pelos atingidos se dá também na caracterização de “ser atingido”, uma vez que o reconhecimento dos direitos violados ou os impactos sofridos ficam exclusivamente à mercê dos critérios criados pelas empresas, que querem, e conseguem na maioria das vezes, determinar os critérios para que as populações entrem nas políticas de reparação, bem como determinar quais são ou serão tais políticas adotadas.

Para materializar um pouco mais esta discussão, que não é recente, é importante compreender o histórico da concepção de atingido, sobretudo os atingidos por barragens, foco de nossa pesquisa. Até então, grandes empreendimentos de barragens, e as lutas travadas pelo MAB, se davam no campo das usinas hidrelétricas e seus barramentos, que

acarretavam no alagamento de diversas áreas, onde também, atingiam comunidades que se organizavam neste espaço físico, sendo totalmente submersa pela água.

Nestes casos, como nas situações de rompimentos de barragens, as violações de direitos ocorrem de forma semelhante, uma vez que a retirada das comunidades de suas terras corta por completo suas relações sociais e ambientais ali constituídas, bem como toda a forma de organização ali presente, cessando a produção de sua existência a partir do trabalho já desenvolvido historicamente, alterando assim os seus modos de vida.

Para elucidar tal discussão acerca do entendimento do conceito de atingido, lançamos mão de Vainer (2008), que aponta 2 aspectos históricos fundamentais para entendermos este processo que vem sendo construído ao longo do tempo. O primeiro deles, o autor chama de “territorial-patrimonialista” onde nesta definição, a caracterização dos atingidos é feita somente na questão fundiária, ou seja, somente proprietários de terras que tiveram as mesmas afetadas pelo empreendimento são considerados de fato atingidos. “A perspectiva e a ação do empreendedor, neste caso, são determinadas pela aquisição do domínio, isto é, da propriedade da área” (2008, p. 41).

O outro aspecto trabalhado por Vainer (2008) é o que ele chama de atingido “Hídrico” ou concepção “Hídrica” de atingido, que se caracteriza quando há o entendimento de que o atingido é quem foi inundado, ou seja, quem de alguma forma teve algum bem tomado pela água. Ele explica melhor quando afirma que:

Mesmo quando reconhece os não proprietários – isto é, os ocupantes, posseiros, meeiros, etc. esta perspectiva tende a circunscrever espacialmente os efeitos do empreendimento estritamente à área a ser inundada. Neste caso, atingido passa a ser entendido como inundado e, por decorrência, como deslocado compulsório – ou, como é recorrente na linguagem eufemística do Banco Mundial, reassentamento involuntário. (VAINER, 2008, p. 43)

Segundo este mesmo autor, esta concepção ainda está em vigor nos projetos das hidrelétricas do país.

Ambas concepções podem ser consideradas rasas para entendermos e darmos conta da complexidade da categoria atingido, uma vez que elas desconsideram os impactos causados a partir do barramento de água, tratando exclusivamente da ação direta da água nos bens materiais, ignorando as consequências proporcionadas nos aspectos social e ambiental, assumindo assim a posição de que sua responsabilidade é somente na área do projeto, independentemente de suas implicações.

Nestes aspectos que abordamos acima, podemos encontrar semelhanças no *modus operandi* das empresas, bem como das violações cometidas por elas, que no caso desta pesquisa, não são do setor energético, porém, as formas de abordagem para caracterizar os atingidos são sincronicamente idênticas, mesmo que neste caso estejamos tratando de um rompimento de barragem. Podemos ilustrar esta percepção com o caso da pescadora que após 4 anos do crime ainda busca o reconhecimento enquanto atingida.

Até hoje a renova não reconhece a gente como atingido, nós estamos na luta desde o início e até hoje nada. Eu sou pescadora e marisqueira, fui atingida e tá essa enrolação já vai pra 5 anos rapaz, como a gente vai ficar? Só ficam enrolando e enrolando, fazendo a gente de besta, por que é isso que é, fazendo os outros de besta, a gente vai pra tudo quanto é tipo de reunião com eles e até hoje não somos reconhecidos, os pescadores do rio (PESCADORA B).

A partir das falas dos atingidos, vemos convergência nas ideias apresentadas por Vainer (2008), ainda que estejamos falando de uma outra situação problema. Logo, é importante que possamos compreender melhor a atuação das empresas, pois a partir do que foi apontado até aqui, construímos elementos quem mostram que elas têm como característica central, romper e não reconhecer os direitos das comunidades atingidas, seja a partir dos barramentos de água ou na situação de rompimento da barragem, como trata este trabalho.

Figura 16 - Atingidos em marcha contra a empresa e a violação dos direitos



Fonte: <http://www.sitraemg.org.br/movimento-dos-atingidos-por-barragens-fara-encontro-para-denunciar-um-ano-de-impunidade-do-crime-da-samarco/>

Para aprofundar nesta discussão, retomaremos a ideia tratada no início deste tópico, quando tratamos da disputa pelo conceito de atingido e de suas interpretações. Se analisarmos os relatórios anuais e materiais apresentados pela fundação Renova, em seu site, vemos que a empresa não utiliza o termo “atingido”, mas utiliza “impactado”, não estando sequer passível a discussão da amplitude do conceito, já que o termo utilizado traz a conotação da direção do impacto causado.

Conseguimos uma melhor compreensão da concepção de impactado quando analisamos o relatório técnico anual de 2017 fornecido no site da fundação, e a práxis da empresa, onde segundo consta no programa 01 do relatório, no eixo pessoas e comunidades (p. 20), a Renova coloca como objetivo para o levantamento e ressarcimento dos impactados o seguinte ponto:

Levantar informações quanto às perdas materiais e das atividades econômicas através da realização do cadastro individualizado de pessoas físicas e jurídicas (apenas micro e pequenas empresas) impactadas na área de abrangência socioeconômica do TTAC. As informações levantadas pelo cadastro serão utilizadas para a realização de estudos e avaliações socioeconômicas voltados para apoiar a implementação de ações de reparação e compensação dos impactos socioeconômicos (RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE 2017).

O impacto nesta perspectiva da empresa, é levantado a partir de cadastro realizado pela empresa, com intuito de observar perdas econômicas sofridas e seus impactos socioeconômicos causados, porém, na prática o que acontece, segundo os atingidos é interpretado de forma completamente diferente.

O cadastro está tudo errado, não é feito junto da comunidade, eles trazem tudo pronto, e ainda colocam tudo errado nele, é uma bagunça. O que deveria ser feito é que o cadastro tinha que ser junto da comunidade, com o MAB que tem mais experiência acompanhando (PESCADORA A)

Um outro problema gerado neste modelo de reparação é o mencionado pela Claudia, que nestes casos há um despreparo tanto dos aplicadores, quanto dos atingidos e atingidas para responde-lo, e isso provoca diversos conflitos de informações que inviabilizam uma reparação que já é péssima, tornando-a pior, e causando ainda mais violações de direitos nas comunidades.

“Fizeram meu cadastro e ficou tudo errado, eu já liguei e religuei pro 0800 eles nunca vieram refazer, que dizem que tem que ligar, quando vieram fazer o formulário, não colocaram minhas redes, meus botes,

eu tenho 2 botes pra pescar, meu motor, nada disso eles colocaram, eu falei uma coisa e eles colocaram outra, a gente fala que colheu melancia, eles colocam que você colheu jaca entendeu? Então tudo que a gente falou eles colocaram ao contrário, e hoje a gente tá aí dessa maneira, sem saber o que pode ser não tem? Por que você fala uma coisa de um jeito eles fazem de outro, eles que ditam o que eles vão fazer na propriedade da pessoa, e na pescaria é a mesma coisa, você fala uma coisa de um jeito eles colocam ao contrário” (PEQUENO AGRICULTOR A)

Os problemas provenientes deste modelo de reparação, que passa pelo cadastro, são inúmeros, mas o fato principal é que este mecanismo, além de ter sido construído sem a participação da população atingida, coloca estes em uma forma individual de reparação, excluindo o aspecto comunitário, fragmentando as questões, que contribui para a exclusão de indivíduos com seus direitos, causando um novo processo de violação destes, é um novo crime que se configura.

“Em questão dos cadastros eu particularmente achei que eles dificultaram muito, tinham perguntas que a gente nem sabia o que significava, e no nervosismo, colocava qualquer coisa, eu mesmo perguntei o que significava, pois tinham coisas que eu nunca ouvi falar, mas parece que a intenção era essa, confundir o povo, ainda falei, meus filhos também são pescadores, posso fazer o deles separado, pois eles já têm família, e o cara respondeu que o cadastro é único, eles entram junto com você. Hoje vejo pessoas que receberam as indenizações que são casados e receberam partes iguais, e nós até agora nada, nem uma explicação a gente recebe, e olha que fomos uns dos primeiros a fazer o cadastro” (PESCADORA C).

Para conhecer mais esta perspectiva de fragmentação, é importante discorrermos sobre a ideia individualizada de ressarcimento, visto que nestes casos ela é totalmente descabida, pois quando falamos de processos de reparação, a individualização segrega as comunidades, compartimentando-as de acordo com suas funções, perdendo o caráter de atingido, mas se encaixando em ser pescador, marisqueiro, comerciante e etc. ficando a cargo de cada um, de forma individual, comprovar sua atividade e sua perda de renda.

Esse círculo vicioso criado pela empresa em torno do dinheiro que ela pode oferecer como uma forma de indenização, acaba criando uma concepção de reparação exclusivamente financeira, passível de contabilização material, ignorando todo o aspecto social causado em função da alteração dos modos de vida e de produção da existência, que agora fica sob tutela da empresa. A Fala do pescador de Barra Nova, nos dá o alicerce quando afirma:

“Eu nunca queria que tivesse acontecido esse crime, eu queria estar pescando, tendo minha fatura dentro de casa né? Mas o que ela fez ela tá criando essas coisas pra correr do pau pra não pagar (...) lógico

que com isso a pessoa não pode parar de né? principalmente quem não foi assegurado ainda, os que já foram assegurados até podem parar, mas os que não foram não podem. Minha preocupação mesmo são as pessoas que ainda não foram indenizadas e tem que pescar, comer e vender o peixe contaminado né cara? Igual eu falei fica difícil né cara? Mas ao meu ver, independente tem muita gente que como diz o outro, é muito preocupante para o nosso futuro e de nossos filhos, os filhos da comunidade toda (PESCADOR B)

É importante que vejamos também, que a partir do momento que os cadastros individualizados são realizados, cada um se torna responsável por provar seu impacto, logo, é colocado na mão da empresa que comete o crime, o direito de reconhecer ou não a veracidade das informações prestadas pelo indivíduo, então, mais uma divisão acontece, entre reconhecidos e não reconhecidos, acabando completamente com o aspecto comunitário que possa existir. Contudo, é obvio que mesmo que ainda que existam especificidades entre os atingidos, as mesmas devem ser tratadas exclusivamente neste âmbito, de forma específica, porém, a coletivização do processo é fundamental para o reconhecimento enquanto atingido das comunidades, passando para a mão dos atingidos as formas de levantamento e caracterização dos impactos, deixando com que as vítimas participem diretamente da reparação do crime sofrido.

Se por um lado, as empresas que ferem os direitos das populações têm como definição de atingido o impacto materializado exclusivamente na renda ou bens materiais, a Comissão Mundial de barragens, produziu uma análise que nos dá subsidio direto para uma reinterpretação do conceito de atingido. Na visão de um atingido “hídrico” ou “territorial-patrimonialista”, ambos sofrem um deslocamento econômico ou físico, que somente nestes casos são passíveis de reparação. No deslocamento econômico é o impacto direto sobre a renda, já no físico, temos o impacto do alagamento da propriedade, que é passível de reassentamento pela empresa.

Figura 17 - Atingidos em marcha pelo reconhecimento dos direitos na cidade de Mariana-MG



Fonte: <http://sinprominas.org.br/noticias/protesto-marca-um-ano-do-crime-ambiental-em-ariana/>

Entretanto, na análise feita pela comissão, os deslocamentos têm âmbitos maiores do que os apresentados acima, conseqüentemente, nos dá elementos para ampliar também a perspectiva de atingido, alargando a sua escala de compreensão. Podemos ver a seguir no trecho:

Deslocamento é definido aqui englobando tanto o ‘deslocamento físico’ quanto o ‘deslocamento dos modos de vida’. Em um sentido estrito, deslocamento resulta do deslocamento físico de pessoas que vivem na área do reservatório, mas também pela instalação de outras obras de infraestrutura do projeto. Contudo, o alagamento de terras e a alteração do ecossistema dos rios – seja a jusante ou a montante da barragem – também afeta os recursos disponíveis nessas áreas – assim como atividades produtivas. No caso de comunidades dependentes da terra e de recursos naturais, isso frequentemente resulta na perda de acesso aos meios tradicionais de vida, incluindo a agricultura, a pesca, a pecuária, extração vegetal, para falar alguns. Isso provoca não apenas rupturas na economia local como efetivamente desloca as populações – em um sentido mais amplo – do acesso a recursos naturais e ambientais essenciais ao seu modo de vida. Essa forma de deslocamento priva as pessoas de seus meios de produção e as desloca de seus modos de vida. Assim, o termo atingido, refere-se às populações que enfrentam um ou outro tipo de deslocamento. (COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS, 2005).

O grande ponto desta análise, seja para barramento de água ou nas interferências provenientes do rompimento, é de que agora, passa a se considerar o deslocamento dos modos de vida das comunidades, tanto a montante como a jusante da barragem, ou seja, a passa-se a considerar todo o curso alterado proveniente do barramento construído, visto

que os danos decorrentes as jusantes da barragem, na perspectiva da empresa, podem não ser considerados ou interpretados sob uma outra ótica. Vainer (2008, p. 47) afirma que:

O deslocamento físico não se restringe ao resultante da inundação, mas inclui aquele proveniente da perda de acesso a recursos produtivos. (...) O deslocamento econômico é aquele resultante da interrupção de atividades econômicas, mesmo sem qualquer conotação físico-territorial.

Ainda que uma interpretação da concepção de atingido fosse feita na visão dos 2 primeiros aspectos que trabalhamos (hídrico e territorial-patrimonialista), no caso das comunidades atingidas de São Mateus, estes não se aplicam, pois os impactos aconteceram de forma física e direta, com a contaminação por rejeitos de minério em toda a foz norte do Espírito Santo, afetando economicamente as comunidades e consequentemente seus modos de vida.

Antes de chegar a lama, já se imaginava o estrago que ela poderia causar, e quando a lama chegou na foz do Rio Doce em Regência, começou a se espalhar pelo mar, na foz sul e norte, principalmente pro lado de São Mateus e Barra, e aí já acontece a contaminação, por que o peixe e o camarão não ficam só ali, eles ficam no mar como um todo, e a gente que pesca, vai atrás do peixe onde ele está. (...) Na época de reprodução então eles sobem os rios e o camarão se reproduz na lama dos mangues, mas não nessa lama contaminada, mas na lama sadia, a lama natural. (PESCADOR E)

As falas sobre a contaminação de toda a bacia são simultaneamente coordenadas, todos e todas têm plena convicção da contaminação, ancorados na vivência no mar, aos anos de realização de seu trabalho, por conhecer cada espaço do seu local de produzir sua existência, sabendo como se comportam os fenômenos naturais do estuário, e tudo isso é completamente ignorado, ficando a cargo da empresa, que se esconde atrás de falas técnicas rasas, decidir se reconhece ou não os locais e as pessoas como atingidas.

“A lama no mar vai entrando pelo rio na época da seca, todo mundo sabe que existe a enchente e a vazante, na enchente a água do mar entra no rio, na vazante ela sai, quando a mare subiu pelo rio, atingiu todo mundo aqui, o peixe sumiu e as propriedades foram atingidas, as terras de aroeira que agente colhe batata, feijão, arroz, lavoura de quiabo (...) agora a gente só vê aquela nata amarela em cima, o capim, onde a água vai não sai mais capim, onde a água vai o capim que tem morre, o impacto é geral né” (PESCADOR F).

Portanto, a caracterização das comunidades como atingidas, em toda a amplitude do conceito, se torna muito importante, mas não somente, já que todo o processo de reparação e reconhecimento dos impactos estão em poder das empresas que se utilizam destas ferramentas para negar as populações uma reparação justa e participativa, se

eximindo dos danos e consequências deles, de forma semelhante em atingidos por diversos empreendimentos.

No caso do crime de Mariana, o poder das empresas se materializa na Fundação Renova que foi criada para gerir por completo o processo de reparação dos impactos provenientes do rompimento da barragem de Fundão, porém, entender um pouco melhor o papel e a atuação deste ator no cenário do crime é fundamental para conhecermos os desdobramentos e continuções das violações de direitos.

3.3 POSSO SAIR DAQUI PARA DESORGANIZAR: MULHERES NÃO SÃO MERCADORIAS

O conflito socioambiental, do qual se trata este trabalho, se agrava ainda mais quando o processo de reconhecimento dos direitos das populações atingidas entra no campo da negação dos direitos as mulheres atingidas que desde o rompimento da barragem no dia 05 de novembro, sofrem violência de gênero quando se trata do caso Rio Doce e seus processos de reparação.

A violência contra a mulher pode ser materializada das mais diversas formas, conforme discussões pelos movimentos feministas, que vem ganhando corpo e espaço nos debates acerca da vida das mulheres. Em uma assembleia na Organização das Nações Unidas (ONU) ficou entendido a violência contra a mulher como:

Qualquer ato de violência de gênero que resulte ou possa resultar em dano físico, sexual ou psicológico ou sofrimento para a mulher, inclusive ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária da liberdade, que isso ocorra em público ou na vida privada (POPULATION REPORTS, 1999, P.3).

Partindo dessa perspectiva, o caso do rompimento da barragem nos coloca uma gama de elementos que desnudam o processo de reparação, que em sua maioria, é visto como altamente violador do direito da mulher, sobretudo da mulher atingida, que não detêm as condições para construir e tampouco tem a sua mitigação colocada.

Para que possamos entender melhor esta questão, é importante que peguemos alguns dados que tratam da reparação na foz do rio doce, local de nossa pesquisa.

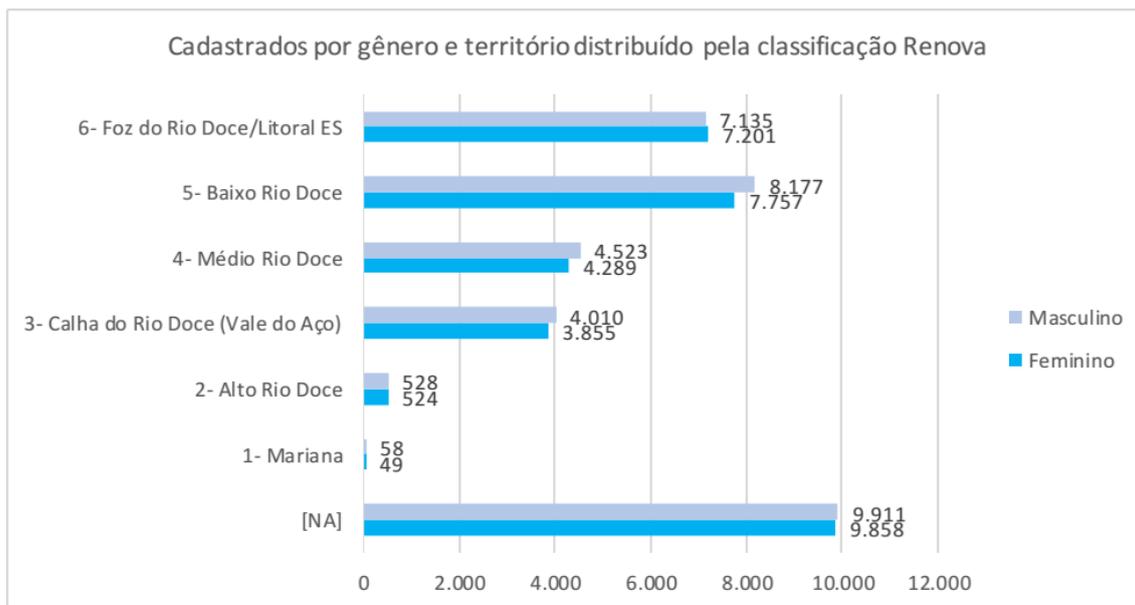


Gráfico 1 - Cadastros por Gênero. Fonte: Relatório técnico da Ramboll

Nesta figura, temos a quantidade de pessoas cadastradas em toda a bacia do Rio Doce, separados por regiões, onde somente no litoral do Espírito Santo, a quantidade de cadastros feitos pelas mulheres, superam a quantidade dos homens, com 7.201 cadastros femininos e 7.135 cadastros masculinos. Essa expressão vista nos números pode ser comprovada nas comunidades atingidas de São Mateus, com a grande presença feminina nas reuniões, inclusive nas reuniões do MAB, onde a presença delas predomina.

Contudo, quando vamos analisar outros dados percebemos que na prática, o reconhecimento das atividades das mulheres na bacia não está de acordo com o número de cadastradas, uma vez que de acordo com o relatório publicado pela Defensoria Pública do Espírito Santo (DPE), as mulheres, apesar de um alto índice de cadastros, são as que menos recebem as indenizações provenientes do crime.



Gráfico 2 - Distribuição de cartões e acordos por Gênero. Fonte: Relatório da Defensoria Pública do Espírito Santo.

Logo, conseguimos perceber que do total de acordos feitos pela fundação, pouco mais de 35% se destinam as mulheres atingidas pela barragem. Este fato preocupante sobre o descaso com as mulheres na bacia, se torna ainda mais absurdo quando pegamos os dados das mulheres que são responsáveis pela família.

Na figura a seguir, vamos ver que no litoral do Espírito Santo (ES), região na qual São Mateus está inserida, além de termos uma quantidade maior de cadastros realizados por mulheres atingidas, também podemos perceber que é a menor diferença dentre toda a bacia do Rio Doce, em que as mulheres são responsáveis pelo núcleo familiar, sendo a diferença percentual de apenas 6% em relação aos homens cadastrados como responsáveis pelo núcleo familiar. Ou seja, no *locus* de nossa pesquisa, a situação ainda é mais latente pois a quantidade de mulheres que ainda não foram reconhecidas pode ser maior, ainda que ela seja responsável por manter a casa.

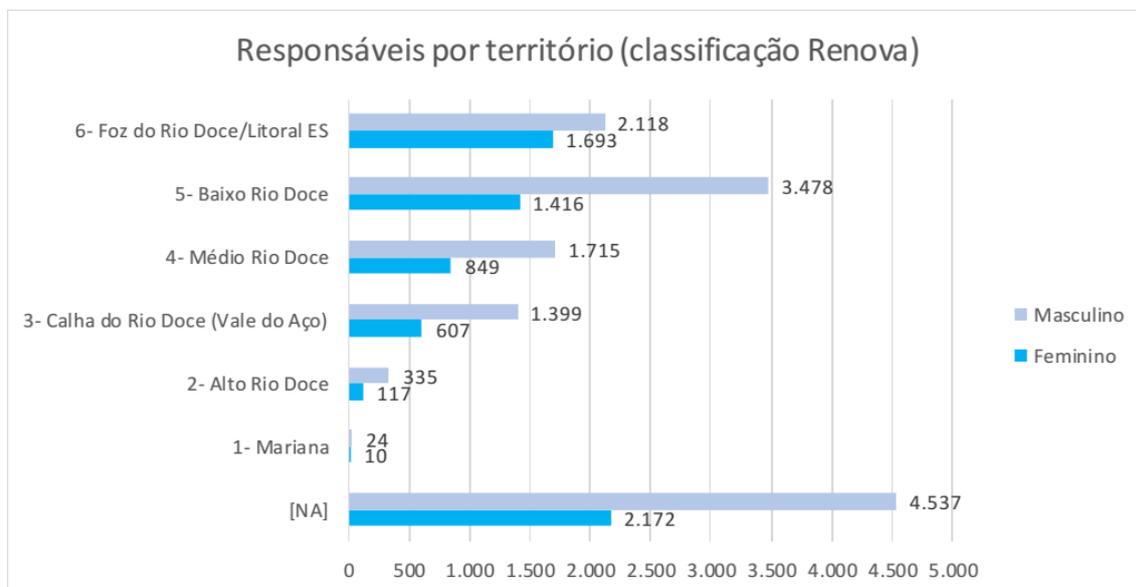


Gráfico 3 - Responsáveis pelo núcleo familiar nos territórios. Fonte: Relatório técnico da Ramboll

Se pegarmos uma média geral, os homens têm em média 66% dos cadastros realizados como responsável pela casa, restando as mulheres, 34% dos cadastros como responsáveis. Todavia, devemos entender que apesar da média global nos apresentar uma quantidade bem menor de cadastros feitos pelas mulheres neste aspecto, o ponto chave é o reconhecimento, que por sua vez, no geral, somente 36,5% foram indenizadas e isso independe se ela é a mantenedora da casa ou não. Logo, uma quantidade bem menor de cadastros feitos por atingidas é reconhecido, assim sendo, a situação ainda se torna mais

preocupante quando, além de ter a problemática da disparidade de gênero, ela ainda é a responsável por manter o lar financeiramente.

Diante destes fatos, é vasto o campo de críticas a este processo violento, que já se inicia de forma errônea ao cadastramento, quando é elaborado de forma a cadastrar núcleo familiar, que por si só, enquanto definição, é vago e cheio de contradições. Nos núcleos, segundo relato dos atingidos, são desconsideradas relações parentescas distantes, como também é necessário haver um responsável pelo lar, o “chefe da família” que em sua maioria é protagonizado pela figura masculina.

Figura 18 - Encontro das mulheres atingidas para discutir a violação dos direitos no processo de reparação.



Fonte: www.mabnacional.org.br

Também pudemos encontrar diversos relatos que nesta ideia da composição do núcleo familiar, e uma figura central para responder por todos, vários cadastramentos de famílias já foram feitos sem a presença da mulher, ou a mulher foi impedida de fazer o seu próprio relato, visto que para além de todo o processo machista que pode ocorrer nas relações entre os atingidos, as próprias perguntas que contem no cadastro são direcionadas a obtenção de uma figura masculina que é responsável pelos demais familiares, seja ele pescador, agricultor ou vendedor.

Outra questão é que nesta forma de levantamento de impactos, por núcleo familiar, há brechas que abrem espaços para invisibilização das atividades produtivas dos membros, uma vez que podem ser desconsideradas, priorizando somente a renda

principal, que em sua maioria é dos homens, excluindo a renda das mulheres e demais pessoas, colocando todos na condição de dependentes.

Toda essa problemática, no processo de cadastro gera uma reparação totalmente descabida e violenta quando se trata das atingidas, pois quando a indenização é paga, o homem recebe o valor em sua conta, que em maioria por ser o titular, fica com o cartão, logo, fica sob sua tutela todo o dinheiro proveniente do acordo. Os demais membros da família, como não possuem valor a receber, o homem que já recebe sua indenização, ainda tem direito a receber 20% por dependente, e nesse caso inclui as mulheres e seus respectivos filhos e filhas.

‘Quando eles estavam fazendo as entrevistas de cadastro, eles perguntavam sempre aos homens né? Nunca escutavam as mulheres, e o próprio cadastro é direcionado aos homens, por que várias profissões das mulheres não existem nos cadastros e até hoje não tem uma política ou um reconhecimento ao certo pra isso, como as lavadeiras, as artesãs e as trabalhadoras do lar’ (COORDENADORA DO COLETIVO DE MULHRES DO MAB).

É um absurdo o que a fundação renova faz, eles tão dando prioridade aos homens e aos casais, as mulheres estão ficando de fora desse processo, principalmente as pescadoras, a gente trabalhava com a pesca, tinha 3 congeladores cheio de peixe aqui, agora até os congeladores eu tive que vender, não tenho mais nada, e não sou reconhecida como atingida (PESCADORA C).

A partir dessa violação, em toda a bacia, conseguimos encontrar relatos de atingidas com várias outras violações tão quanto ou ainda mais graves, provenientes deste péssimo processo de identificação de danos. Segundo a Camila integrante do MAB, relatos das mulheres que após problemas relacionados ao controle do dinheiro que fica na mão do esposo, onde muitos deles têm vícios, acabam por gerar separações e litígios por conta do processo de reparação mal feito. A partir daí cria-se outro problema que a mulher além de não ter sido indenizada, acaba por ter que lutar por um novo processo de reparação, pois o primeiro, mesmo com a separação, continua estado em poder do homem, deixando a mulher desamparada e ainda muitas das vezes com os filhos para manter.

3.4 E COM O BUCHO MAIS CHEIO COMEÇEI A PENSAR: O CRIME SE RENOVA

O crime ocorrido em Mariana no dia 05 de Novembro de 2015 foi noticiado e divulgado amplamente pela mídia em seus primeiros momentos, muitas horas de televisão e rádio quase certamente foram destinada a transmitir as primeiras notícias acerca do ocorrido, levando visivelmente a uma grande comoção nas redes sociais, levantando

diversas discussões sobre o tema. Os portais, em sua maioria, criaram boletins periódicos relatando quase que em tempo real a situação das comunidades a jusante da barragem rompida.

Com o decorrer do tempo, o crime já não é tão lembrado quanto outrora, ainda que deva haver várias menções acerca da temática em algumas mídias, o fato ocorrido em Mariana já não movimentava mais redes e tampouco os portais de notícias. Muito se é lembrado a cada dia 5 de Novembro, quando se completa mais um ano do ocorrido, mas logo já se retorna a normalidade.

Contudo, na perspectiva dos atingidos, o crime de Mariana deveria ser relembrado todos os dias, sempre sob uma nova ótica, já que, para as comunidades o crime se renova por vezes, caracterizando sempre uma nova configuração, com desdobramentos tão graves quanto o rompimento no dia 5 de novembro, porém, estas novas configurações ainda permanecem obscuras para a maioria do povo, que muitas vezes não tem ideia do que se passa nas comunidades que convivem com tais consequências todos os dias.

Toda essa reconfiguração passada constantemente pelas comunidades já está na casa dos 4 anos, ainda sem uma resolução, diversos problemas sociais, ambientais, econômicos e sobretudo na saúde, são constantemente identificados, porém, sequer há previsão de reparação. Mas, para entendermos o porquê do descaso com as populações atingidas, temos que antes de tudo, entender o processo de reparação que foi criado, nele se materializa toda a perversidade de uma forma de decisão sobre a vida dos atingidos e atingidas na bacia do rio Doce, e nas comunidades de São Mateus, foco de nossa pesquisa, não é diferente, onde tudo começa com a chegada da Fundação Renova.

Para entender a entrada da fundação no campo do crime, é necessário que retornemos ao ano de 2016, mais precisamente em março, quando uma reunião, a portas fechadas, selou um acordo entre representantes dos governos de Minas Gerais e do Espírito Santo, representantes das empresas (Vale, Samarco e BHP Bilinton) e governo federal, em que este acordo, proposto pelas empresas responsáveis, foi selado através de um termo, Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC). O objetivo do termo era reparar, mitigar os danos sociais, ambientais e econômicos provenientes do crime, bem como de recuperar o que fosse possível e necessário após a destruição.

Neste acordo, foi criada uma estrutura de governança para a reparação, onde um comitê interfederativo, em conformidade com o TTAC, foi criado, para que o processo

fosse uma forma de suspender o litígio que havia entre as partes, trazendo assim celeridade no processo. Neste comitê estão presentes pela União, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis - IBAMA, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, Fundação Nacional do Índio – FUNAI, Agência Nacional de Águas - ANA, Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, já pelo estado de Minas Gerais estão o Instituto Estadual de Florestas- IEF, Instituto Mineiro de Gestão de Águas - IGAM, Fundação Estadual de Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais – FEAM, representado pela Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais, e pelo estado do Espírito Santo temos o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo - IEMA, Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo - IDAF, Agência Estadual de Recursos Hídricos – AGERH, além da Samarco Mineração S.A., Vale S.A. e BHP Billiton Brasil Ltda.

O acordo firmado também traz outras consequências, uma vez que a ideia da superação das desavenças foi proposta neste termo, logo, houve a suspensão de todas as ações civis públicas movidas contra as empresas. No documento, do mesmo modo, ficou previsto que uma fundação de direito privado, com gestão própria e sem fins lucrativos, seria responsável por construir, gerir e aplicar os processos de reparação, mitigação e recuperação, sob todos as esferas, das consequências originárias do rompimento da barragem.

O TTAC, a fim de gerir, propor e monitorar as ações da fundação a ser criada, foi constituído também, neste termo, o já citado Comitê Interfederativo (CIF) que tem o papel de ser o interlocutor entre o estado e a fundação, construindo uma relação direta entre ambos na reparação dos direitos. Segundo o acordo o comitê é composto por: 2 (dois) representantes do Ministério do Meio Ambiente; 2 (dois) outros representantes do Governo Federal; 2 (dois) representantes do Estado de Minas Gerais; 2 (dois) representantes do Estado do Espírito Santo; 2 (dois) representantes dos municípios de Minas Gerais afetados pelo Rompimento da Barragem; 1 (um) representante dos municípios do Espírito Santo afetados pelo Rompimento da Barragem; e 1 (um) representante do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Ao mesmo tempo que a barganha era organizada, os atingidos, organizados no Movimento dos Atingidos por Barragens denunciavam que o processo de reparação criado não contou com a participação dos atingidos, ou seja, excluindo a vítima da reparação do crime. O MAB relata que “o primeiro acordo firmado após o crime,

conhecido como Acordão, nós do Movimento denunciemos a falta de participação dos atingidos de toda a Bacia do Rio Doce em cada uma das fases do processo”, disse um dos coordenadores.

Os atingidos e atingidas conseguem perceber a gravidade da situação em relação a empresa, que é totalmente desconexa ao que ela se propõe a campo. Na fala dos pescadores podemos perceber a ideia central observada pelos atingidos.

Essa entidade, empresa, eu nem sei o que é, contratada pelas empresas para intermediar os acordos com os atingidos, essa fundação Renova vem prestando um péssimo trabalho, nenhum atingido participou dessa criação, desse processo, ninguém sabe onde isso foi aprovado, se teve alguma participação, é uma empresa que só veio atrapalhar, a gente vê vários relatos de pescadores e atingidos reclamando dela, trabalha muito mal (PESCADOR G).

Você cria uma fundação, se cria uma fundação que era pra gerir todo esse problema, que era pra estar do lado da comunidade, cuidando de todo o contexto do crime, do ambiente, dos afetados em si, só que você criou isso lá em cima, você não criou isso com a comunidade, além do mais ela foi criada pela empresa, foi um meio da empresa, do criminoso legalizar suas ações e falta de ações na verdade, perante tudo isso né, perante todo o crime em si (PESCADOR F).

Em nota oficial lançado no site do movimento, os questionamentos são ainda mais profundos, pois um trecho diz que:

Nossos corpos, territórios, terras e vidas estão marcados pela falência do sistema de controle dessas empresas. O maior crime socioambiental da história do país, o rompimento da barragem do Fundão e conseqüente destruição de toda a bacia do Rio Doce, são a prova do descomprometimento dessas empresas, sobretudo transnacionais, com a sociedade brasileira (MAB, 2016).

Diante deste contexto e obviamente ainda sem a participação popular, em Junho de 2016, já na execução do TTAC, é criada a Fundação Renova, com intuito de promover as ações previstas no acordo, bem como seus 42 programas previstos para serem executados no processo de reparação. Assim sendo, o comitê interfederativo fica então com a tarefa de fiscalizar, acompanhar e demandar as ações desenvolvidas pela Fundação Renova.

IV - A SAMARCO, a VALE e a BHP instituirão uma Fundação de Direito Privado, com autonomia em relação às instituidoras, com o objetivo de gerir e executar todas as medidas previstas nos PROGRAMAS SOCIOECONÔMICOS e SOCIOAMBIENTAIS (TTAC, 2016, p. 13).

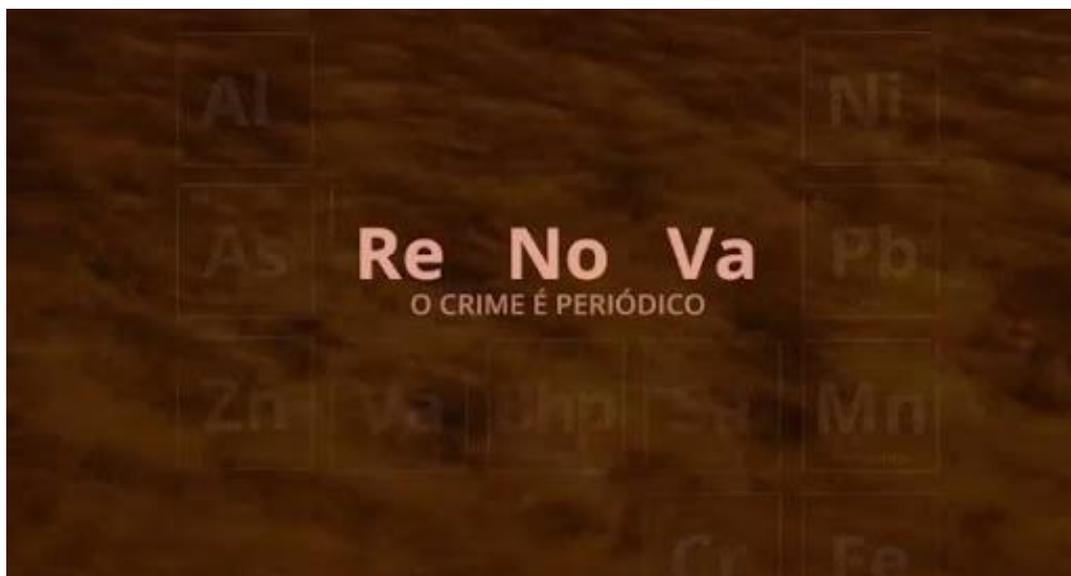
Somente a assinatura do termo, bem como a constituição da Renova, sem a participação dos atingidos e atingidas, já deslegitima todo o processo criado para mitigar

os danos, no entanto, a situação se torna ainda pior quando vamos entender a estrutura de organização da Fundação Renova. No topo da gestão da fundação 3 estruturas principais, onde temos a diretoria executiva, o conselho consultivo e acima destes, o conselho curador, que deste último, são chanceladas as decisões a serem executadas pela fundação.

Segundo o próprio site da entidade, estando no topo, o conselho curador da fundação Renova, em sua essência, é composto por 7 membros, 3 indicados pela Vale, 3 indicados pela BHP e 1 agente externo. Mesmo contendo outras estruturas de organização, estas, sobretudo o conselho curador, são as que dirigem como um todo a entidade.

Não concordando com o primeiro acordo, o ministério público, estadual e federal, entraram com recursos na esfera jurídica para a assinatura de um novo acordo, que neste, deveria prever maior participação dos atingidos e atingidas da bacia do Rio do Doce. Contudo, um novo acordo foi assinado, este chamado de TAC- Governança, ou TAC-GOV, e nele há a inserção dos atingidos em determinados espaços, como as câmaras técnicas (CT'S) que subsidiam o CIF com as informações técnicas acerca do crime, o CIF e a estrutura da Renova.

Figura 19: Foto de capa do documentário produzido pelo MAB acerca das violações cometidas pela Fundação Renova.

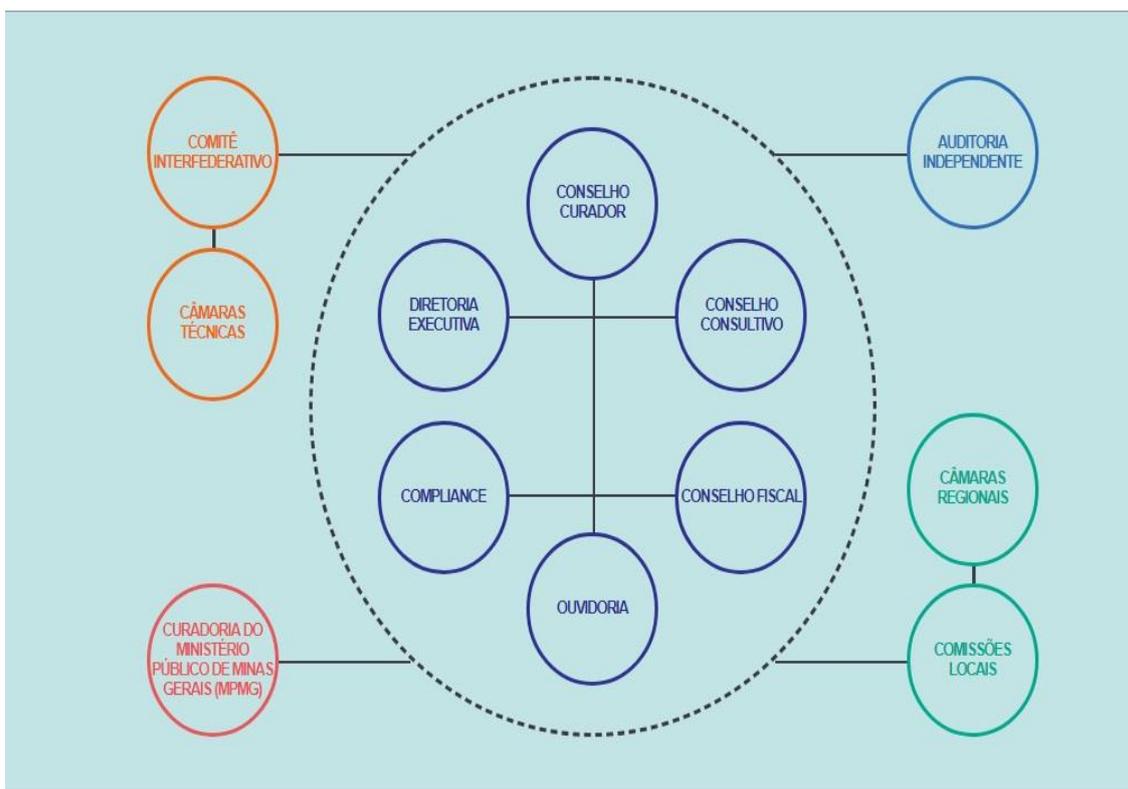


Fonte: <http://www.sjpmg.org.br/2019/02/documentario-sobre-saude-dos-atingidos-pela-lama-de-mariana-sera-exibido-nesta-terca-52/>

A posição do MAB sobre tal acordo, que novamente foi construído sem a participação dos atingidos, é de que ainda que haja a inserção dos atingidos e atingidas em alguns espaços, estes, não possuem equidade entre atingidos e demais membros,

tonando o espaço um legitimador das ações propostas pela empresa, uma vez que além de não ter poder de veto, os representantes das comunidades não tem a informação técnica necessária sobre todos os aspectos que permeiam o crime, ficando desprovidos de informações e conseqüentemente impossibilitados de apresentar contrapor os argumentos das empresas.

Figura 20 - Organograma do conselho curador da Fundação Renova.



Fonte: <https://www.fundacaorenova.org/a-fundacao/>

Toda essa engrenagem criada para solucionar os problemas decorrentes do rompimento da barragem em Mariana, segundo observações, pesquisas e os relatos dos atingidos, apontam fortes evidências de que tudo não passou de uma arquitetura para se esquivar do problema e ainda lutar para não reconhecê-lo. Por todas as comunidades, vemos relatos de inúmeros problemas relacionados ao péssimo trabalho feito pela Fundação Renova, onde os casos passam pelo não reconhecimento, descaso, enrolação, fuga do problema e chegando até a preconceito de gênero em alguns casos.

Figura 21- Atingidos ocupam escritório da Fundação Renova.



Fonte: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/09/19/integrantes-do-mab-fazem-protesto-em-frente-a-sede-da-fundacao-renova-em-bh.ghtml>

Diante de toda essa problemática, e no centro desse processo se encontram os atingidos, que não tem perspectivas de melhoras no processo por outras vias, a não ser a luta por um novo/diferente processo de reparação, necessitando colocar seus direitos em um balcão de negociação, onde de um lado está o povo atingido e do outro, as empresas materializadas na Fundação Renova.

Eu vou ser sincero com vocês, o trabalho da Renova é uma porcaria, sinceridade sabe? Ela coloca os advogados pra tirar dinheiro da gente, uma merda mesmo sabe? A gente já recebe uma migalha e ainda põe a porra de um advogado com uma combinação entre eles, e a gente não entende nada de lei sabe? E vou falar a verdade o trabalho da Renova é uma porcaria, com toda sinceridade (PESCADOR E).

As acusações das violações de direitos dos atingidos e atingidas por parte da fundação são inúmeras, a falta de construção das ações e diálogo com o povo são em maior parte, responsável por toda essa situação caótica no processo de reparação.

“Já cansei de ver esse povo da Renova vir aqui, gastar recurso, com hotel, carro, diária e tudo mais, vem na comunidade, faz o levantamento de 2 ou 3 casas e vai embora, isso não dava meio dia de serviço, enquanto isso o povo aqui sem nada (...)O nosso povo aqui ta doente já, eu to morrendo, eu sei que eu to morrendo, tomara Deus que a gente seja reconhecido antes de morrer, olha como eu já emagreci, eles tão matando a nossa comunidade, vão acabar conseguindo o que eles querem, mas fé em Deus eu vou receber, em nome de Jesus (PESCADORA A).

Vou te falar pra vocês, até ver o povo da Renova fazer papel de lei eu já vi, eles lacram as redes, lacram o barco, o motor, tudo, falam que a gente não pode exercer atividade de pesca nenhuma, e eles diziam que o ambiente tava limpo, mas que não era para pescar? Uai? Se tá limpo, por que não posso pescar? Diziam até que não podia falar mal dela (PESCADOR F).

A Samarco a Vale e a BHP, utilizaram da Renova como um instrumento legal pra enrolar ainda mais, pra fazer uma propaganda de que estão fazendo algo positivo nas comunidades (...) nada foi decidido junto com as comunidades, a gente tem aqui dono de embarcação e tripulante utilizando as mesmas documentações do barco, informando tudo certinho, o tripulante consegue ser reconhecido e o dono do barco não, os dois eram até muito amigos, pescavam desde sempre juntos, acabou que criou uma briga entre os dois, por que a própria Renova coloca fogo nisso, ele fala que um ta certo e o outro errado pra criar esse atrito (PESCADOR D).

3.5 Ô JOSUÉ, EU NUNCA VI TAMANHA DESGRAÇA: NÃO FOI ACIDENTE, A VALE MATA RIO, MATA PEIXE E MATA GENTE

Neste tópico, vamos levar o foco de nossa discussão para a esfera ambiental, e de antemão, podemos afirmar sem sombra de dúvidas que não é necessário nos aprofundarmos muito para compreender o quanto foi grave o enorme estrago proporcionado pelas mineradoras Vale, Samarco e BHP, com a deposição do mar de rejeitos que foram espelhados pela bacia do Rio Doce, causando sérios danos ao meio ambiente, na fauna, flora, ar e para a saúde das pessoas atingidas em todos os lugares por onde a lama passou.

O local do rompimento, assim como toda a extensão que os rejeitos percorreram, fazem parte do bioma Mata Atlântica, que é um dos mais importantes para a biodiversidade da região, contendo restingas, matas, rios, dunas e diversas formações naturais.

Logo após o rompimento, segundo relatório de 3 anos do rompimento divulgado pelo IEMA em seu site, mais de 11 toneladas de peixes foram encontradas mortas em toda a bacia, onde somente no estado do Espírito Santo, foram encontradas 3 toneladas, causando um alto desequilíbrio ambiental no sistema estuário da região litorânea. É importante ressaltar também, que no mesmo relatório, aponta que muitas espécies destes peixes eram nativas da região, que com o crime, passaram a estar sob risco de extinção.

Figura 22 - Caranguejo morto em meio a lama de rejeitos no manguezal de campo grande em São Mateus-ES.



Fonte: https://www.facebook.com/MardeRejeitos/?epa=SEARCH_BOX

Ainda de acordo com a mesma fonte, o problema que foi constatado não foi só nas águas contaminadas, mas, com a enorme quantidade de rejeitos que desceu pelo rio, muito do material contaminado foi depositado nas margens do Rio Doce, causando a morte da fauna terrestre que entrou em contato com o rejeito, bem como toda a diversidade vegetal que estava ali presente.

Diante do caos instaurado, a primeira medida tomada pelos órgãos responsáveis, foi, por meio das entidades responsáveis pelo tratamento de água, iniciar a suspensão imediata da captação de água do Rio Doce, como também, a 1ª vara federal de Linhares, determinou, ainda em 2015, a suspensão por tempo indeterminado da pesca na foz do Rio Doce, causando desespero aos pescadores de peixes e de camarões que sobrevivem nos pesqueiros próximos a costa, onde a maioria dos sedimentos foi depositada. Esta decisão ainda está em vigor até a escrita desta dissertação.

Figura 23 - Mar de lama de Rejeitos de minério na foz do Rio Doce em Regência no Espírito Santo.



Fonte: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/04/politica/1478293515_402075.html

A partir daí a situação ambiental vem se agravando cada vez mais sobretudo, quando se trata dos meios de produção da vida das populações atingidas, e na cidade de São Mateus, ainda que com alguma distância da foz do Rio Doce, a situação também é alarmante, pois com a dispersão das partículas pelo oceano, a costa mateense foi atingida e conseqüentemente afetaram os rios, através das bocas de barra, prejudicando assim os pescadores do rio e do mar, os agricultores e os que dependiam da cadeia de produção de ambos.

Depois que essa lama chegou aqui a gente não planta mais né, eu tinha 20 cabeça de porcos, morreu praticamente tudo, a aroeira que a gente planta não produz mais por que a fecundação que fazia eram as abelhas, e depois da contaminação as abelhas foram todas embora, não tem mais nenhuma, a gente já comprou enxame, mas não adianta, elas vão embora. Aqui dava pra gente produzir bem, agora a água não serve mais pra nada (AGRICULTOR B).

Aqui na ferrugem tem um valão de drenagem da água, esse valão liga direto no rio, quando a maré encheu, a lama subiu pelo rio e passou pelo valão, contaminou tudo aqui, não tem mais como plantar e nem criar peixe. Antes a gente podia criar aqui qualquer espécie de peixe, agora só algumas que sobrevive nessa água, e o rejeito acabou ficando preso aqui, por que alguns afluentes foram fechados e aumentou a vazão de água aqui no valão (AGRICULTOR A).

Figura 24 - Contaminação do Rio Mariricu em São Mateus-ES



Fonte: https://www.facebook.com/MardeRejeitos/?epa=SEARCH_BOX

No laudo técnico divulgado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) ainda em 2015, é nítido ao afirmar que:

Os rejeitos de mineração de ferro também têm potencial para afetar o solo ao longo do tempo por se tratarem de material inerte sem matéria orgânica, causando desestruturação química e afetando o pH do solo. Tal alteração dificultará a recuperação e o desenvolvimento de espécies que ali viviam, podendo modificar, a médio e longo prazo, a vegetação local, com o estabelecimento de ecossistemas diferentes dos originais (IBAMA, 2015, p.11).

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), também apontou diversos impactos relacionados ao sedimento de rejeitos, quando lança a nota técnica 24/2015/CEPTA/DIBIO/ICMBIO, que aponta:

- Fragmentação e destruição de habitats;
- Contaminação da água com lama de rejeitos;
- Assoreamento do leito dos rios;
- Soterramento das lagoas e nascentes adjacentes ao leito dos rios;
- Destruição da vegetação ripária e aquática;
- Interrupção da conexão com tributários e lagoas marginais;

- Alteração do fluxo hídrico;
- Impacto sobre estuários e manguezais na foz do Rio Doce;
- Destruição de áreas de reprodução de peixes;
- Destruição das áreas “berçários” de reposição da ictiofauna (áreas de alimentação de larvas e juvenis);
- Alteração e empobrecimento da cadeia trófica em toda a extensão do dano;
- Interrupção do fluxo gênico de espécies entre corpos d’água;
- Perda de espécies com especificidade de habitat (corredeiras, locas, poços, remansos, etc)
- Mortandade de espécimes em toda a cadeia trófica;
- Piora no estado de conservação de espécies já listadas como ameaçadas e ingresso de novas espécies no rol de ameaçadas;
- Comprometimento da estrutura e função dos ecossistemas;
- Comprometimento do estoque pesqueiro.

Toda essa problemática causada foi amplamente sentida pelas comunidades que tem diversos problemas relacionados aos impactos ambientais causados, que influenciaram diretamente a pesca e a produção de alimentos.

Onde eu moro tem um valão que é banhado pelo vale da curindiba, era onde eu colhia arroz ne? Tem muita gente em São Miguel que colhia, o Pedro, Teixeira, o Joel, todo mundo cortava arroz, de 2015 pra cá nunca mais eu consegui colher 1 único pé de arroz, ta tudo contaminado, toda vez que eu planto não sai nada mais, onde eu colhia arroz, hoje ta lá, eu levei a Renova lá, eles foram lá, olharam, anotaram, mas nunca tive resposta de nada (AGRICULTOR A)

Nosso maior impacto ambiental é na pesca, estamos vivendo um caos aqui na pesca, os pescadores vêm sofrendo, tem a área proibida de pescar na foz do Rio Doce, afetou nossos camaroeiros, la era o melhor pesqueiro, agora ta tudo contaminado, cade o peixe? Cade o camarão? sumiu tudo (PESCADOR G)

“Nossa agua aqui sempre foi cor de coca cola, eu tenho quase 40 anos, me criei aqui, do nada nossa água muda de cor, e o único peixe que consegui ficar aqui foi o bagre africano, depois sumiu todo mundo ne? Essa cor ficou durante muito tempo, a maioria das pessoas aqui, os nativos, olhavam e perguntavam o que é isso? Pedimos ajuda o pessoal do parque ecológico, do IEMA, eles não ajudaram a gente (...) veio professores de universidades, pessoas de fora pra falar que aquilo ali era resíduo da lama da Samarco, eles disseram que tinham lama de rejeito no nosso rio, nos mangues e no mar. Hoje em dia, ta todo mundo comendo o peixe, o caranguejo sem saber o grau de contaminação que está né? O que eu posso dizer pra vocês é que quem vai pagar a conta

são nossos filhos, com certeza ne? Vocês sabem que são nossos filhos que vão se ferrar com isso” (PESCADOR E)

A situação que as comunidades descrevem e vivem, são exatamente do tamanho ou maiores que os problemas relatados por meios dos técnicos e de seus relatórios, sendo ainda mais perceptíveis quando as atividades de renda se entrelaçam aos problemas causados pelo rompimento da barragem, trazendo percas irreparáveis ao meio ambiente, que tem na ação humana o desenvolvimento do trabalho em suas atividades e no domínio da natureza, agora, devastada pelos milhões e milhões de metros cúbicos de lama toxica que se encontram espalhados no estuário atingido.

“Com esse desastre ambiental, nosso turismo caiu muito, aqui é um local turístico, temos os festivais dos pescados, as belezas naturais, mas pro turista vir aqui e pedir um peixe, primeiro ele pergunta de onde é o peixe, onde é que ele foi pescado? Para tomar um banho no mar é aquele receio de se contaminar, e o turista que vem sempre aqui percebe como ta diferente, o gosto do peixe, a diminuição, a cor da água” (PESCADORA B).

3.6 EU ME ORGANIZANDO POSSO DESORGANIZAR: NOSSOS DIREITOS SÓ A LUTA FAZ VALER

Já não é implícito para o povo atingido, que o conflito existente é frente a duas das maiores mineradoras do mundo, ou seja, a maioria de nós tem a consciência de que é uma luta contra um dos grandes impérios capitalistas da produção mineral do mundo. Em contraponto a todo este cenário de correlação de forças, entre trabalhadores e capitalistas, que vai se agravando a cada vez que ocorre a renovação das violações de direitos dos atingidos e atingidas em toda a bacia do Rio Doce, existe o processo de organização das comunidades, que aponta estratégias de enfrentamento e resistência, como discorreremos neste tópico da pesquisa.

Muitas entidades de classe e formas de organização e enfrentamento se espalham ao longo da área atingida, é possível identificar para diversas associações das mais diversas, como por exemplo as colônias de pescadores, organizações não governamentais (ONG’S), movimentos sociais, coletivos, grupos de pesquisa e pesquisadores de diferentes unidades de pesquisa. Mesmo que com objetivos e finalidades distintas, a ideia principal de todos os grupos é uma só, fortalecer a luta dos atingidos e atingidas diante do difícil processo.

Nas comunidades atingidas do litoral capixaba, mais especificamente nas mateenses, local de nossa pesquisa, o cenário é idêntico, pois conseguimos identificar, a

partir da observação, uma atuação muito forte das associações comunitárias que englobam quase todos os moradores da comunidade, independente da profissão, pois se organiza nelas os moradores, produtores rurais, pescadores, marisqueiros, catadores de caranguejo e comerciantes, não tendo uma entidade de classe específica. É válido citar também o papel da colônia dos pescadores, que mesmo sendo utilizada mais como um instrumento burocrático, ainda há muitos pescadores centralizados pelas ações por ela propostas.

Todavia, é possível visualizar também, que na percepção dos atingidos, a ideia de organização para o embate frente ao poderio financeiro não pode se dar simplesmente na esfera local, mas pelo contrário, ampliar as vias de organização se torna fundamental para a construção de toda a metodologia da reparação do crime de forma coletiva, além de propiciar o alinhamento das propostas para as comunidades, pois ainda que possuam suas especificidades, o processo conjunto e organizado, como um todo, foi primordial para o avanço das pautas apresentadas pelos grupos de atingidos e atingidas.

Logo, neste processo os movimentos sociais conseguem obter uma centralidade importante, visto que a ideia de enfrentamento enxergada nestas entidades, perpassa a os caminhos dos enfrentamentos locais, como se o conflito gerado a partir das violações de direitos, conseguissem ser superados na esfera local, mas pelo contrário, eles apontam para uma superação do modo de produção capitalista, que numa visão materialista, como aborda nosso trabalho, é a raiz da exploração desenfreada, objetivando única e exclusivamente o lucro exacerbado, não levando em consideração as dimensões da atuação enquanto entidade privada, principalmente quando falamos num “império” de produção de riqueza.

Por conseguinte, no território estudado, vemos a atuação forte do Movimento dos Atingidos por barragens, que em sua ação, tem como primazia, a organização dos atingidos e atingidas, sem distinção, para organização e luta frente as mineradoras que causaram o crime, bem como frente ao modelo de mineração e modo de produção do capital. É óbvio que a construção da luta dos atingidos na cidade de São Mateus no Espírito Santo não é o fulcro da luta de classes, mas é fato que a construção deste enfrentamento na cidade, pode mudar a correlação de forças da reparação do crime entre as comunidades atingidas e as empresas, proporcionando um avanço na qualidade de vida e aumentando a possibilidade de mitigar os impactos sofridos.

Figura 25 - Atingidos em luta pelo reconhecimento dos direitos para populações atingidas por barragens.



Fonte: <http://spressosp.com.br/tag/movimento-dos-atingidos-por-barragens/>

Mas para compreender a atuação do MAB, como é conhecido este movimento de atingidos, é necessário que possamos entender sua história e como se dá a luta até chegarmos neste contexto, já que em sua maioria, a atuação do MAB, nunca foi relacionada a crimes envolvendo o rompimento de barragens, sobretudo deste porte.

Durante o período de expansão do capital pelo mundo, que coincidia com as lutas pela redemocratização do Brasil, surgem diversos novos movimentos sociais, que vão se constituindo a partir do enfrentamento ao acirramento da luta de classes causada por tal ação capitalista. Nesta fase, a questão energética era fundamental para o dito desenvolvimento do país, visto que o aumento da produção e da população, necessitavam de um novo aporte energético. Segundo documento publicado pela Comissão Mundial de Barragens (CMB), ela explicita o fato quando diz:

Entre as décadas de 1930 e 1970 a construção de grandes barragens tornou-se na opinião de muitos, sinônimo de desenvolvimento e progresso econômico. Vistas como símbolo de modernização e de capacidade do ser humano controlar e utilizar recursos naturais, houve um aumento dramático na construção de barragens. Essa tendência atingiu o auge nos anos 70, quando duas ou três grandes barragens eram comissionadas no mundo a cada dia.

Nesse contexto de construção de barragens pelo Brasil e pelo mundo, forma-se um processo de organização dos atingidos e atingidas, pois este processo de construção dos barramentos de água, trazem serias consequências as populações que são atingidas, pois uma grande área é inundada trazendo diversas violações de direitos por toda a área

que a barragem atinge. Assim, tal organização dos atingidos, se torna fundamental para o reconhecimento e luta para garantia da continuidade de sua existência.

Figura 26 - Reunião de grupo de base dos atingidos.



Fonte: Acervo do autor.

Deste processo de enfrentamento às grandes indústrias de produção energética, surge o Movimento dos Atingidos por Barragens, que unifica tais experiências espalhadas pelo país e no ano de 1991, em seu 1º Encontro Nacional de atingidos por barragens, “se consolida como um movimento nacional, organizado, popular e autônomo, de luta, de massa, com direção coletiva e rostos regionais, sem distinção de sexo, cor, partido político e grau de instrução, que luta pela garantia dos direitos dos camponeses, indígenas, quilombolas, pescadores, ribeirinhos e da população urbana”. Desde então o MAB se enraíza nos estados, estando presente em 20, organizando e formando as populações atingidas, através de seus grupos de base, que é o alicerce da organização do movimento.

O MAB é:

Um movimento autônomo, que se contrapõe as políticas do setor elétrico controladas pelo capital privado e ao modelo capitalista neoliberal de sociedade, pretendendo esclarecer, construir consciência de classe e organizar as populações atingidas (TRINDADE 2005, p.13)

Figura 27 - Logo do Movimento dos Atingidos por Barragens.



Fonte: www.mabnacional.org.br

Partindo destes princípios de construção organizativa da luta popular, se enraíza e solidifica a luta do MAB no estado do Espírito Santo, uma vez que antes do crime de Mariana ocorrer, o movimento não estava presente em terras capixabas, e só se inseriu a partir da necessidade de construir a luta dos atingidos e atingidas na bacia do Rio Doce, seguindo a descida da lama que acaba por chegar até o litoral capixaba, no final do ano de 2015.

Neste período, com o caos instaurado a partir do rompimento da barragem, e perante tal necessidade de organização popular, o movimento decide criar uma brigada de atuação nas cidades atingidas de Minas e Espírito Santo, com intuito de contribuir não só com a organização popular, mas também com a experiência de enfrentamento as grandes empresas, ainda que outrora fosse da produção energética e agora passaria a ser as grandes mineradoras e suas barragens.

A chegada do movimento em São Mateus, já pode ser encarada como uma personificação de sua face, de sua forma de atuação prática e concreta, tendo sido feita quando ainda em 2017, com a dispersão do rejeito no mar em direção a foz norte, intensificam-se os impactos na costa da cidade, atingindo severamente as comunidades que dependem das águas para manutenção da vida.

O MAB chega em nosso estado no contexto de desespero, nunca passamos por alguma coisa nem parecida, foi importante por que a gente estava perdido, e a orientação de quem tinha vivencia na parte dos nossos direitos foi fundamental pra gente saber o que precisava fazer, mas ainda assim foi muito difícil, muita gente falando muita coisa, mas o MAB sempre se manteve firme na luta com a gente, até hoje ne? E a gente olha pra trás e ve o quanto avançou, conquistamos muita coisa e ainda temos muito a conquistar, o MAB faz parte dessa história, de recuperar a vida da pessoas, a dignidade ne? (CATADORA DE CARANGUEJO A)

Como ainda não havia o reconhecimento de São Mateus, no norte do ES, como cidade atingida, uma vez que o Rio Doce não passa em seu território, onde somente estas cidades eram reconhecidas como atingidas. Porém, no dia 31 de março daquele ano, os atingidos organizados, ocuparam a frente do prédio onde ocorria a reunião do CIF, em Vitória, capital do estado, e que a partir da pressão popular, conseguiram o reconhecimento das cidades de São Mateus, Linhares, Aracruz, Serra e Conceição da Barra, após a publicação da deliberação 58 feita pelo comitê naquela data. O reconhecimento marcou a primeira mobilização massiva e organizada do MAB em terras mateenses, que anotou também, o início do alinhamento das reivindicações e lutas das comunidades locais atingidas.

A um tempo atrás, a gente aqui estava sem saber o que fazer ne? Abandonado pelas empresas e pelo poder público, aí apareceu o MAB, a gente foi na primeira audiência pública em Linhares na matriz, e o MAB entrou em contato, fez com que a gente tivesse perna pra chegar até lá, e ai começou tudo aqui pra gente, ali foi o marco zero pra gente, a partir de lá conseguimos trazer a Renova pra cá, que nunca tinha vindo, pra expor as coisas pra gente (...) O MAB é muito importante aqui pra nós (PESCADOR G)

Desde então, com o processo de organização dos atingidos sendo construído, a articulação da luta pela reparação justa de direitos toma um novo corpo, assumindo um papel central nos avanços obtidos pelos atingidos e atingidas. Os casos de avanços no reconhecimento de direitos são inúmeros, podendo citar alguns como a consideração de novas categorias antes não elencadas no processo reparatório, como os artesãos e os surfistas, o entendimento do duplo impacto para quem perdeu 2 atividades de renda que antes não eram mapeados pela fundação Renova, a separação das indenizações entre os casais, cada um com seu processo, o reconhecimento da mulher enquanto pescadora ou parte da cadeia produtiva do pescado.

“Com o MAB, nas suas reuniões e formações a gente aprende a trabalhar no coletivo, em prol de todos, é isso que o povo tem que entender, qual a nossa função no movimento social (...) Eu nunca participei de movimento nenhum, nem sabia que o MAB existia né? Ai

o MAB vem e ta me ensinando, ensinando a todos aqui nas comunidades a lutar pelos direitos tirados da gente, então a gente agradece muito ao MAB aqui” (PESCADOR E)

Ainda que todos estes avanços no embate contra as empresas, materializado no conflito frente a fundação Renova, tenham sido significativos para uma reparação mais digna e justa, a correlação de forças ainda é um ponto considerável em torno do processo de reparação, já que este conflito aqui entendido como socioambiental, é originário da luta de classes, entre trabalhadores e capital, logo, nem mesmo os acordos judiciais e tampouco os compromissos firmados pelas empresas, ainda que muito ruins, são cumpridos de forma adequada em consonância com o que foi estabelecido.

“Se pra uma comunidade você tem uma organização, uma associação de moradores, pescadores, o que for, uma colônia, que ta ali pra defender as questões de melhorias pra comunidade, pro setor pesqueiro, pros agricultores, pro que for, a associação ela vai ajudar muito, vai ter um papel fundamental pra lutar, agora se a gente pensa em vários municípios, várias comunidades, senão tivesse uma atuação do MAB, em questão de organização, em questão de informação, em questão de equipes, é que eles realmente se importam, que não estão ali só pra cumprir horário e receber no final do mês” (PESCADOR C)

“Então quando você tem a atuação do MAB como aqui no caso de São Mateus, do Espírito Santo, o movimento acaba fazendo muito mais do que a Renova, do que a própria justiça, o próprio município, que deveriam estar ajudando. O MAB aqui hoje faz o papel de defensor dos direitos, o que eu vejo né, defensor dos direitos humanos, defensor da parte ambiental, do socioambiental, do socioeconômico, então existe uma relação continua com as pessoas, não só em relação ao rompimento da barragem, mas em tudo no cotidiano das comunidades, além de fazer o intercâmbio de cultura, de vivencias de várias comunidades do estado e de outros estados” (PESCADOR D)

Toda essa problemática fica explicita, quando as combinações e determinações estabelecidas nas esferas jurídicas são totalmente ignoradas pelas empresas que, ainda que tenham várias decisões a seu favor, que aumentam a violação de direitos, os poucos acordos firmados em prol dos atingidos e atingidas não são cumpridos. Com isso, temos milhares de pessoas que ainda não foram reconhecidas, sequer receberam suas indenizações, mesmo estando em áreas legalmente entendidas como impactadas, muita exclusão nos direitos das mulheres que são as mais prejudicadas, tendo somente 35% atendidas com as reparações financeiras, os agricultores em maioria ainda sem resposta e as mudanças nos modos de vida totalmente ignoradas pelas empresas.

Ao decorrer do histórico da luta travada pelo MAB nos quatro cantos do Brasil, temos a clareza de que todas estas formas de negação de direitos não são exclusividades

dos atingidos do crime de Mariana, mas que, o *modus operandi* de atuação das grandes empresas, em seu escopo, são basicamente os mesmos, gerando conflitos semelhantes nos territórios ao qual elas se apropriam.

“No MAB a gente vê a luta né? Vejo organização, apoio, união, é a gente conseguir ter a oportunidade de construir nossa vida, o MAB apareceu para nos dar oportunidade de lutar pelos nossos objetivos e direitos, eu até espero que o MAB pudesse participar um pouquinho mais em nossas comunidades sabe? A gente aprende muito nessa caminhada” (PESCADOR F)

Figura 28 - MAB ocupa linha de trem da Vale em busca de resposta para a demanda dos atingidos.



Fonte: Acervo do autor.

Neste panorama, os atingidos e atingidas organizados de São Mateus, tem buscado se colocar como protagonistas de seus próprios processos de reparação, assumindo sua identidade de atingido por barragem, cumprindo um papel de construção de uma luta coordenada, alinhada a um pensamento coletivo, mesmo que com elementos individuais, galgando para um objetivo comum, que é a construção de uma alternativa ao modelo de exploração da natureza, uma luta prol da vida.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As disputas e conflitos sociais gerados a partir das grandes corporações capitalistas é um assunto amplamente debatido nos espaços da academia, e na maioria dos estudos realizados acerca da temática, inclusive neste, encontramos elementos que nos mostram que a simples presença da empresa e sua forma de atuação nos territórios modificam todas as relações existentes, ainda que não haja um crime específico para tais impactos, como foi o caso abordado neste trabalho.

Deste modo, é importante iniciar nossas considerações com plena nitidez de que toda a construção de nossa pesquisa, que é emergida da luta popular destes conflitos, não esconde aqui o seu lado na luta de classes vista neste processo, sobretudo no âmbito acadêmico, assumindo o lado dos trabalhadores e trabalhadoras que sofreram os impactos do crime. É fato também, que toda a ciência produzida tem o seu lado neste conflito, não havendo espaços para a neutralidade, mas muitas vezes se tornando uma ferramenta a serviço da utilização das classes em litígio.

Assim como toda a ciência produzida é oriunda de um viés classista, a própria concepção das memórias e do entendimento do rompimento da barragem, bem como seus desdobramentos, não são passíveis de isenção, pois como tratamos acima, o conflito se dá também desde o campo das narrativas até as esferas de decisões acerca do crime ocorrido. Então, nestas considerações, vamos tentar elucidar um pouco das construções dos raciocínios teóricos apresentados, não tentando dar conta de todas as discussões aqui levantadas, mas tendo o intuito de dar luz às principais linhas adotadas ao decorrer da grafia.

Neste sentido, é importante ter como primeira consideração, a partir dos elementos teóricos e empíricos dissertados neste trabalho, que o conflito socioambiental, que passa pela mediação do estado, é a materialização explícita da luta de classes travada entre os trabalhadores e trabalhadoras, atingidos e atingidas pelo crime do rompimento da barragem de Mariana, frente as empresas produtoras de capital a partir da mercantilização da natureza visando o lucro.

Diante desta consideração, de que o conflito visto entre os atingidos e as empresas, em sua raiz, se caracteriza como uma das faces da luta de classes, também fica evidente, que diante da edificação do sistema capitalista que culmina nos dias de hoje, conseguimos apresentar fragmentos para entender que o rompimento da barragem não está desconexo

deste cenário, onde conflitos socioambientais são oriundos das formas de comercialização da natureza para acumulação capitalista.

Assim sendo, diante do visto no trabalho, o rompimento da barragem de fundão, em Mariana – MG, é fruto sistemático deste contexto, que historicamente, grandes impérios, se apropriam dos meios de produção, exploram o trabalho e obtém lucros sem medidas, criando assim, campo para crimes contra as comunidades, uma vez que elas utilizam os territórios para produção da existência e constituem suas relações sociais, econômicas e culturais, fazendo com que aumente ainda mais, nestes lugares, a chama da divergência entre as classes.

Isso fica evidente, quando no âmbito da reparação, ela arma um processo sob seu domínio, mesmo que na teoria o Estado tenha tomado as decisões. Nesta ideia, inclusive podemos, diante dos fatos aqui escritos, de forma assertiva, utilizar a concepção de Estado burguês, que para Lênin (2010), o Estado burguês, é um corpo especial organizador e controlador da violência que se opõem os interesses divergentes das classes, trabalhadora e burguesa, que se encontram em posições e situações contrapostas.

Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. Assim, o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado (ENGELS, 2002, p. 193).

Todos os acordos firmados entre empresas e poder público, que geraram a criação do Comitê Interfederativo e da Fundação Renova, órgãos que tem por finalidade decidir os rumos do processo, bem como as decisões judiciais tomadas no caso Rio Doce, foram costuradas excluindo a participação popular, onde o foco ficou exclusivamente no embate técnico e/ou jurídico, excluindo a centralidade do sofrimento da vítima e o princípio da precaução, chegando a ponto da própria empresa determinar o conceito de atingido e quem se enquadra nessa categoria, que trocando em miúdos, é o criminoso determinando quem é a vítima do crime que ele cometeu.

Então, todo o desenrolar do processo pós rompimento da barragem, desemboca na estruturação construída por Estado e empresas, que determinaram não só formas de

invisibilizar a amplitude do crime e seus desdobramentos, mas também qualquer forma de consideração de aspectos não técnicos nas tomadas de decisões, uma vez que foram exclusivamente guiados aos sentidos científicos, excluíram assim, quaisquer formas de impactos humanos, como cultural e aos modos de vida presentes.

Por conseguinte, é totalmente plausível que neste trabalho, nós, em compromisso assumido desde o início de nossa caminhada, e diante das violações aqui explicitadas, não podemos deixar de assumir a categoria crime nesta dissertação, uma vez que as condições desumanas ao qual os atingidos e principalmente as atingidas foram submetidas, não nos deixam enxergar esse cenário sob outro olhar, mesmo que na esfera jurídica, o processo ainda não tenha tido decisões para o caso nesta perspectiva. Todavia, nesta escrita, temos uma grande diversidade de subsídios para reafirmar a categoria crime, que inclusive, já foi amplamente divulgada em diversos veículos de comunicação.

Mediante tal posicionamento, o conflito que foi abordado, visto no espectro socioambiental, nos aponta elementos para ser um fator determinante no condicionamento das pessoas às formas de organização para o enfrentamento, visto que a disputa gerada entre a utilização dos recursos naturais, alterando as condições dos modos de vida, causa uma mudança brusca na organização das comunidades, que agora, além de perder seus meios de produção da existência, precisam lutar para obter a manutenção da forma de organização já estabelecida historicamente.

Por conseguinte, prontamente, podemos considerar também, que tal mudança nas formas de organização social em decorrência dos conflitos, são decorrentes das diferentes formas de objetivação da natureza, pois também faz parte da contraposição, a luta pela utilização do território, que também é um fato importante a ser compreendido.

O objetivo traçado entre atingidos e empresas, são antagônicos quando falamos da utilização dos recursos naturais, que na perspectiva das populações, são para a manutenção do seu lugar de sobrevivência, agora, o impacto ambiental gerado é a partir da dominação pelo homem da natureza para a produção da sua existência, mas veja, uma vez que afirmamos com clareza a relação de dependência entre ser humano e natureza, excluimos de imediato a existência dele sem ela, logo, a visão dele sobre o seu território, apesar de retirar o seu sustento dali, não é de mercantilização para acumulação em larga escala, mas, somente para o sustento necessário para a comunidade, uma vez que há

relações estabelecidas entre a comunidade e o território, os modos de vida, sendo tais relações consequência da dominação natural dos indivíduos naquele espaço geográfico.

Já na perspectiva empresarial, a ideia da natureza é meramente a sua mercantilização para a obtenção do lucro, e isso, apesar de parecer simples, é importante demarcar que a exploração feita por uma empresa em um território, além de divergir dos objetivos da comunidade, também não estabelece naturalmente a manutenção das relações sociais ali existentes, mas as altera, criando novas, que são em suma as relações de reprodução capitalista, assim como na produção mercantil, não construindo modos de vida, mas os alterando, criando assim um conflito socioambiental.

Nesta discussão, também é importante considerar, que ao tratarmos do conflito socioambiental, que como dissertamos, em uma de suas caracterizações, passa pela disputa do território e seus recursos naturais, ou seja, pela natureza em si, a categoria central aqui estudada não é a natureza, mas o trabalho, que como modo de dominação da natureza se materializa.

O percurso de ideias que tentamos construir aqui, caminha pela compreensão de que o ser humano só exerce a dominação da natureza por meio do trabalho, sendo o trabalho a forma da produção da existência dele, assim sendo, o trabalho é uma condição para a existência do homem e da mulher. No entanto, quando o conflito emerge, apesar de em sua aparência, parecer que a disputa se dá pelo território, pelo lugar de exercer o domínio sobre a natureza, em sua essência, a busca é pela execução do domínio da natureza no lugar, mais precisamente em seu território, mantendo assim a concepção do modo de vida.

Portanto, criamos o entendimento de que a categoria trabalho se torna o ponto central desta pesquisa, pois o objetivo das comunidades em sobressair no conflito socioambiental é para a manutenção do exercício do trabalho, que é cerceada a partir do momento que as grandes empresas invadem o espaço com as relações de produção já constituídas, como no caso estudado aqui, onde a finalidade do pescador não é a água em si, mas a possibilidade de retirar o seu sustento através dela, com a pesca, que foi vedada a partir do rompimento da barragem de fundão.

Logo, precisamos entender que toda a cadeia econômica e a estrutura de organização social se volta para a concepção hegemônica da industrialização, que como vimos, gera os conflitos sociais. Portanto é um fato que acarreta na organização das

comunidades para a defesa do lugar, em que tais comunidades atingidas, muitas vezes tradicionais e camponesas, construam as bases populares junto aos movimentos sociais de resistência e de justiça ambiental, como se estivessem estruturando um mecanismo de defesa, pois somente assim, os atingidos se posicionarão frente ao conflito Socioambiental.

Como aqui já apontamos a utilização do materialismo histórico dialético como premissa teórico-metodológica, diante de tudo que foi discutido, esta concepção nos proporciona entender a fundo a raiz do problema em questão, que em sua aparência pode parecer simplesmente um desastre que acontece por acaso, um fato aleatório, sem conexão com toda a materialidade da acumulação primitiva e do modo de produção capitalista, principalmente quando falamos da produção de minério.

Kosik (1976) esclarece que:

Assim, na concepção do materialismo histórico dialético, diferentemente, o conhecimento da realidade histórica é um processo de interpretar e avaliar os fatos de forma crítica, procurando superar as aparências iniciais do fenômeno e ir além para chegar ao “concreto pensado” (KOSIK, 1976, p.36).

Capturando esta ideia, percebemos que o conflito socioambiental gerado a partir do rompimento da barragem de Mariana, não pode ser encarado, em nenhuma hipótese, como uma eventualidade gerada a partir de um fato isolado, mas que segue uma lógica histórica de conflitos gerados entre comunidades e grandes empresas, trabalhadores e detentores dos impérios capitalistas, ficando explícita aqui nesta pesquisa, vários elementos que caracterizam a busca do lucro incessante por parte das mineradoras, desnudando assim a luta entre as classes.

A compreensão de toda a estruturação capitalista, desde o período chamado de acumulação primitiva, que apresentamos ao decorrer da escrita, se torna uma importante peça no entendimento da materialidade da origem dos conflitos socioambientais que surgem pelo Brasil e pelo mundo, e no caso do rompimento da barragem de fundão, conseguimos levantar alguns pressupostos empíricos e teóricos que sustentam tal afirmação, colocando em xeque, a ideia da desconexão do crime de Mariana com a acumulação de capital por parte das empresas envolvidas.

Apresentando mais concretude e reforçando esta percepção, fica então o entendimento do conflito socioambiental suscitado pelo rompimento da barragem em Mariana, não pela aparência gerada, simplificando o fato de romper a barragem por um

descuido, porém, que em sua essência, as medidas tomadas pela empresa responsável, não só vislumbrava o aumento do lucro, como também apresentou ações e informações de que não era a intenção a segurança da barragem, bem como a preocupação com as consequências em caso de um rompimento, mostrando assim a verdadeira face da engrenagem capitalista que menospreza todo o território ao qual ela depende em detrimento do lucro.

Todas essas considerações nos levam a compreender por que esta pesquisa necessitou ser apresentada a luz do materialismo, pois ainda que a teoria nos apresentasse os elementos necessários para tal análise, a necessidade da identificação do concreto, do material, além de enriquecer o trabalho, esmiúça e materializa o observado a partir das referências teóricas propostas, pois, nos afastamos de uma ideia positivista de base exclusivamente científica, para dar vida as evidências capturadas na teoria, além de apresentar ao leitor, as magnitudes do universo estudado, não escondendo sua complexidade, mas desvelando, com base empírica, a verdadeira face do problema identificado.

“Eu espero que um dia a justiça seja feita”

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ANGROSINO, M.; FLICK U. (Coord.). **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ARAUJO, José Danilo Santos Cavalcanti. **A mobilidade do capital como marca da acumulação capitalista na mineração**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal De Sergipe, São Cristovão, 2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70 Ltda, 1977.

BERCOVICI, Gilberto. **A Acumulação Primitiva Permanente de Capital no Brasil**. Disponível em : <http://www.frentepelasoberania.com.br/economia-para-indignados/a-acumulacao-primitiva-permanente-de-capital-no-brasil/>. Acesso em 10 de Janeiro 2019.

BERNARDELLI, Tânia Marta dos Santos. A contribuição de Marx para a análise da crise socioambiental no capitalismo, 2010, Londrina. **Anais**. Londrina: UEL, 2010, p. 14-23.

BISPO, José de Almeida. **Itabaiana, nosso lugar: quatro séculos depois**. Aracaju: Infographics, 2013.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas: Sobre a teoria da ação**. Campinas: Papius Ed. 1996.

BOURDIEU, P.; DE SAINT MARTIN, M. **Anatomie du gout. Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 2, n. 5, p. 2-81, 1976.

BOWKER ASSOCIATES. **Samarco dam failure largest by far in recorded history**. 2015. Disponível em: <https://lindsaynewlandbowker.wordpress.com/2015/12/12/samarcodam-failure-largest-by-far-in-recorded-history/>. Acesso em: 20 de Janeiro 2019.

BRASIL. **Laudo Técnico Preliminar: Impactos ambientais decorrentes do desastre envolvendo o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais**. In: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Minas Gerais, 2015. Disponível em: http://www.ibama.gov.br/phocadownload/noticias_ambientais/laudo_tecnico_preliminar.pdf. Acesso em: 07 de dez. 2015

BRASIL. **Ministério da Pesca e aquicultura**. 2011. Disponível em<
<http://www.mpa.gov.br/pescampa/artesanal>> Acesso em 15 de março de 2014.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo séculos XXVIII**. 2. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2009.

BRINGEL, Breno; VARELLA, Renata. **Pesquisa militante e produção de conhecimento: o enquadramento de uma perspectiva**, 2014. Disponível em:
<<http://universidademovimentosociais.wordpress.com/artigos/>>. Acesso em 01 de agosto de 2020.

CALCANHOLO, Reinaldo. **Capital: essência e aparência**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CALDART, Roseli Salette. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal: parte geral**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. V. 1.

COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS. **Barragens e desenvolvimento: um novo modelo para tomada de decisões**, 2005.

DIEGUES, A. C. (Org.). **Biodiversidades e Comunidades Tradicionais no Brasil**. São Paulo: NUPAUB-USP-PROBIO-MMA-CNPQ,2005.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'anna. **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo, 2001.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Centauro, 2002.

ENGELS, Friedrich. **Anti Duhring**. 1877. Disponível em:
<http://www.culturabrasil.org/zip/antiduhring.pdf>. Acesso em: 07 de Janeiro 2019.

ESCOBAR, Arturo. **O Lugar da Natureza e a Natureza do Lugar: globalização ou pósdesenvolvimento?** CLACSO, Ciudad Autonoma de Buenas Aires, Argentina, 2005

FELIPPE, Miguel Fernandes. et al. **A tragédia do Rio Doce, a lama, o povo e a água: Relatório de campo e interpretações preliminares sobre as consequências do**

rompimento da barragem de rejeitos de Fundão (Samarco/VALE/BHP). Relatório da Expedição ao Rio Doce, janeiro de 2016. Disponível em: http://www.ufjf.br/noticias/files/2016/02/ufmg_ufjf_relatorioexpedicaooriadoce_v2.pdf
Acesso em: 10 de dezembro 2018.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais.** Artigos. Universidade Estadual Paulista. Setembro de 2015.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. **Da fartura a escassez: a agroindústria de celulose e o fim dos territórios comunais no extremo norte do Espírito Santo.** 2002. In: Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas.** Brasília: Liber Livros, 2005

GUERRA, I. **Modos de vida: novos percursos e novos conceitos.** Sociologia - Problemas e Práticas, n. 3, p. 59-74, 1993.

KNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada.** Curitiba: Intersaberes, 2014.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

HARMAN, Chris. **A teoria da Pobreza.** Artigos. Outubro de 1995. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/harman/1995/10/poverty.htm>. Acesso em: 12 de maio 2019.

LA BLACHE, P. V. **Princípios de geografia humana.** 2. ed. (S.I): Cosmos, 1954.

LAFARGUE, Paul. **O capital: extratos por Paul Lafargue.** Trad. de Abgvar Bastos. São Paulo: Venetta, 2014.

LENIN, Vladímir. I. **O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

- LIMA JUNIOR, Francisco A. de Carvalho. **Capitães Mores de Sergipe (1590 a 1820)**. Aracaju, SE: SEGRASE, 1985.
- LISBOA, Marijane. **“Em nome do desenvolvimento: um fundamento pouco sólido para a resolução de conflitos.”**. IN: ZHOURI, Andréa e VALENCIO, Norma (orgs) FORMAS DE MATAR, DE MORRER E RESISTIR: Limites da resolução negociada de conflitos ambientais. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2014.
- LOPES, A. P. **Territorialidades em conflito na Baía de Sepetiba, Rio de Janeiro, Brasil: estudo de caso dos conflitos entre os pescadores artesanais e o porto da Companhia Siderúrgica do Atlântico**. São Paulo: USP, 2013.
- LOPES, Luis Otavio do Canto. **Conflito socioambiental e (re)organização territorial: mineradora Alcoa e comunidades ribeirinhas do projeto agroextrativista juruti velho, município de Juruti-Pará**. In: Tese (Doutorado em Ciências Economicas). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.
- LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- MARQUES, M. I. M. **O modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira-PB**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo, 1994.
- MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- MARX, K. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas**. 5ª ed. São Paulo. Paz e Terra, 1986.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **História**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2006

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política. O Processo de Circulação do Capital.** São Paulo: Civilização Brasileira, 2005.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política. Livro I – o processo de produção do capital.** Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Marx – Vida e Obra.** São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. (Coleção Pensadores).

MÉSZÁROS, István. **Crise estrutural do capital.** Trad. de Francisco Raul Cornejo. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOLESCHOTT, Jacob; Der Kreislauf des Lebens; SCHMIDT, Alfred. **El concepto de naturaleza en Marx.** Madrid: Siglo Veintiuno, 1986. p. 84.

MOREIRA, Daniel Augusto. **O Método fenomenológico na pesquisa.** São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

MULLER, N. L. **Tipos de sítios em algumas regiões do Estado de São Paulo.** São Paulo, 1946. In: Tese (Doutorado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo, 1946.

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe colonial I.** São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2013.

PERONDI, Miguel, ANGELO. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar.** 2007, 237 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – PGDR. Porto Alegre/RS.

PINHEIRO, P. C.; GIORDAN, M. **O preparo de sabão de cinzas em Minas Gerais, Brasil: do status de etnociência à sua mediação para a sala de aula utilizando um sistema hipermídia etnográfico.** *Investigações em Ensino de Ciências*, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 355-383, ago. 2007.

POPULATION REPORTS. **Temas mundiais de saúde.** Como acabar com a violência contra as mulheres. V. xxxvii, nº4, Dezembro, 1994, 43p.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil.** 31. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PRADO, Luiz Régis. **Curso direito penal brasileiro**. 2.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. V. 1.

POLLAK, M. **Memória, esquecimento, silêncio**. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro: FGV, v. 2, n. 3, 1989.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Vol. 29. São Paulo: Ática, 1993.

RENOVA, Fundação. **Relatório Anual de Atividades**. Belo Horizonte, 2016.

RENOVA, Fundação. **Relatório Anual de Atividades**. Belo Horizonte, 2017.

ROTH, Marianne. **ABC do Comunismo-Leninismo Série A**. Lisboa: Avante, 1976.
Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/abc-marxismo/a03.htm>. Acesso em: 12 de maio 2019.

RUSSO, Fatima Ferreira. **Privatização da Vale do Rio Doce: Valores, Manifestações e Implicações**. 2002, 91f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação Getúlio Vargas, 2002.

SÁNCHEZ GAMBOA, Silvio. **A Dialética na Pesquisa em Educação: elementos de contexto**. In: FAZENDA, I. *Metodologia da Pesquisa Educacional*. São Paulo: Cortez, 1993.

SANTOS, MILTON. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SANTOS, MILTON; SILVEIRA, M. LAURA. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, C. N. **Territorialidades e modo de vida de pescadores do rio Itaquara**, Breves - PA. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SILVA, Vera Lucia da; LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. **A regulação jurídica da pesca artesanal no Brasil e o problema do reconhecimento do trabalho**

profissional das pescadoras. In: 17º Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas Sobre a Mulher e Relações de Gênero – REDOR na Universidade Federal da Paraíba, 2012. Disponível em:
<<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/viewFile/230/103>> Acesso em: 07/04/2015.

SOUZA, R. **O funcionalismo sistêmico nas teorias social e organizacional: evolução e crítica.** 19 ed. Santa Maria: UFSM, 2001.

SUGUIO, MARTIN & DOMINGUEZ. **Evolução da Planície Costeira do Rio Doce (ES) durante o quaternário: influência das flutuações do nível do mar.** 1982. Atas do IV Simpósio do Quaternário no Brasil.

TEIXEIRA, Caludinéia da Cunha. **A (re)organização da beira-mar: diferentes modos de uso e ocupação no norte do Espírito Santo.** In Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Espírito Santo, 2010.

THOMPSON, Edward. **A formação da Classe Operária Inglesa. A Maldição de Adão.** Vol. 3, 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

TROTSKY, Leon. **Questões do Modo de Vida: A época do “militantismo cultural” e as suas tarefas.** 44 ed. Lisboa: Edições antidoto, 1979. Disponível em:
<https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1923/vida/index.htm>. Acesso em: 13 de maio de 2019.

TRINDADE, Gestine C. (org). **A Educação no Movimento dos Atingidos por Barragens.** Brasília. Coletivo de educação do MAB, 2ª ed. 2005.

VAINER, Carlos B. **Conceito de “Atingido”: Uma revisão do debate.** In: ROTHMAN, Franklin D. (Org). **Vidas Alagadas – conflitos socioambientais, licenciamento e barragens.** Viçosa, MG: ED. UFV, 2008.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 2000.

WORLD BANK. (2015). **Commodity Markets.**, Disponível em:
<<http://www.worldbank.org/en/research/commodity-markets>> Acesso em: 22 de Fevereiro 2019

ZONTA, Márcio. & TROCATE, Charles. **A questão mineral no Brasil.** In: COELHO, Tádzio Peters, Zonta, Márcio; Trocate, Charles (orgs.). A questão mineral no Brasil – vol. 1 Projeto Grande Carajás: Trinta anos de desenvolvimento frustrado. Editorial Iguana, Marabá 2015, p. 9- 18.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D.B. **Introdução: desenvolvimento, sustentabilidade e conflitos socioambientais.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ANEXOS

Roda de Conversa – Roteiro de Discussão

Área temática: Direitos Humanos

Eixo temático: Rompimento de Barragens

Debatedor/a: Marcus Tadeu Barbosa Ferreira

Discussão
1- Como podemos entender o rompimento da barragem?
➤ Os motivos;
➤ A visão sobre o rompimento;
➤ As consequências.
2- Quais os impactos sociais e ambientais?
➤ Econômico, político, cultural e etc;
➤ A ligação com o trabalho;
➤ As consequências.
3- Como enxergar o processo de reparação?
➤ Econômico, Político, cultural e etc;
➤ Os direitos enquanto atingido/a;
➤ O modelo ideal.